



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS - UFAM  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS – ICHL  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA – PPGS**

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**

**MANAUS  
2010**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS - UFAM  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS – ICHL  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA – PPGS**

**RACIONALIDADE PRODUTIVA E *HABITUS* HÍBRIDO: estudos sobre o modo de vida na Comunidade Agrícola Nova Esperança, Manaus - AM.**

**MANAUS**

**2010**

Ficha Catalográfica  
(Catalogação realizada pela Biblioteca Central da UFAM)

Amaral, Francinézio Lima do

A485r Racionalidade produtiva e *habitus* híbrido: estudos sobre o modo de vida na Comunidade Agrícola Nova Esperança, Manaus - AM / Francinézio Lima do Amaral. - Manaus: UFAM, 2010.  
128 f.

Dissertação (Mestrado em Sociologia) — Universidade Federal do Amazonas, 2010.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dra. Therezinha de Jesus Pinto Fraxe

1. Hortaliças - Cultivo 2. Agricultura familiar 3. Horticultura I. Fraxe, Therezinha de Jesus Pinto II. Universidade Federal do Amazonas III. Título

CDU 635.1/.8(811.3)(043.3)

**FRANCINÉZIO LIMA DO AMARAL**

**RACIONALIDADE PRODUTIVA E *HABITUS* HÍBRIDO: estudos sobre o modo de vida na Comunidade Agrícola Nova Esperança, Manaus - AM.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Amazonas, como parte do requisito para a obtenção do título de Mestre em Sociologia, área de conhecimento Sociologia Urbana e Rural.

Aprovado em 12 de março de 2010.

**BANCA EXAMINADORA**

Prof<sup>ª</sup> Dr.<sup>a</sup> Therezinha de Jesus Pinto Fraxe – Presidente  
Universidade Federal do Amazonas - UFAM

Prof<sup>ª</sup> Dr.<sup>a</sup> Edna Maria Ramos de Castro – Membro  
Universidade Federal do Pará – UFPA  
Núcleo de Altos Estudos Amazônicos - NAEA

Prof. Dr. Manuel de Jesus Masulo da Cruz – Membro  
Universidade Federal do Amazonas - UFAM



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS - UFAM  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS – ICHL  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA – PPGS**

**RACIONALIDADE PRODUTIVA E *HABITUS* HÍBRIDO: estudos sobre o modo de vida na Comunidade Agrícola Nova Esperança, Manaus - AM.**

**Orientador (a): Prof. Dr<sup>a</sup>. Therezinha de Jesus Pinto Fraxe**

**Orientando: Francinézio Lima do Amaral**

**MANAUS**

**2010**

*À Orlângia, ao Caio e à Isabella, minha família, maior fonte de  
inspiração que eu poderia ter!  
À minha mãe Graça, minha amiga, minha guerreira!  
Às minhas irmãs Leila e Luciana!  
Aos produtores de hortaliças da Comunidade Agrícola Nova  
Esperança. Obrigado pela inestimável colaboração!*

*Ao meu Pai, Moacir Lázaro do Amaral, in memoriam!  
Todos os nossos momentos valeram muito à pena!!  
Muito obrigado, meu “veio”!  
Ainda não dá pra acreditar que tiver de escrever isso.*

*... E se eu fosse o primeiro a voltar pra mudar o que eu fiz quem então agora eu seria?... Ora, se não sou eu, quem mais vai decidir o que é bom pra mim? Dispensar a previsão. Se o que eu sou é também o que eu escolhi ser, aceito a condição...*  
*(Los Hermanos)*

## AGRADECIMENTOS

A convergência de vários fatores que conspiraram positivamente foi o que tornou possível o sucesso na realização deste trabalho. Assim sendo não haveria aqui espaço suficiente para citar todas aquelas pessoas que direta e indiretamente, ajudaram com um conselho, uma crítica, um incentivo. Porém, não seria justo deixar de agradecer a algumas pessoas que tiveram papel fundamental no decorrer dessa jornada. São elas:

Minha esposa, companheira nos momentos bons e nos nem tão bons assim. Te amo!

Meus filhos, por terem mais uma vez compreendido as razões pelas quais não pude dar a devida atenção e mesmo assim me honraram com seu amor e seu carinho!

Meus pais e minhas irmãs, pelo privilégio de contar com o mais forte dos esteios que um homem pode ter na vida!

Meus professores, que através do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Amazonas, oportunizaram a ampliação de meus conhecimentos acadêmicos e me incentivaram a percorrer o sinuoso caminho da pesquisa sociológica.

Minha orientadora, Therezinha de Jesus Pinto Fraxe, que aceitou o desafio e entendeu meus anseios e necessidades.

À Marluce Lima de Carvalho, Arquista e Secretária pela sua primordial colaboração nos nossos trâmites burocráticos. Valeu!

Meus colegas de mestrado, pioneiros na nova fase em que passa a configurar a Sociologia no Estado do Amazonas. Em especial mesmo ao Eudes, ao Marco, ao Tiago, ao Charles, ao Davyd, à Sâmia e à Suzete, muito obrigado mesmo pela amizade, pelas conversas, pelos churrascos...

O Sr. Alúcio que me apresentou a Comunidade Agrícola Nova Esperança e ao Sr. Lopes que me conduziu durante o trabalho de campo com a gentileza e a paciência, típicas do homem amazônico, e também aos demais homens e mulheres, produtores de hortaliças que, também de maneira gentil, aceitaram participar de nossa empreitada. Muito obrigado a todos e a todas!

## RESUMO

Com é possível perceber a consolidação de um novo modo de vida a partir das estruturas estruturadas através dos *habitus* do campo e da cidade que se amalgamaram de forma estruturante, resultando em um *habitus* híbrido no decorrer do processo de mobilidade social de áreas rurais para áreas urbanas, a partir da expansão territorial e econômica que reconfiguraram o espaço na cidade de Manaus? Essa é a questão central de nosso estudo, que tem por *locus* um grupo de famílias de produtores de hortaliças em área urbana, que constituem um bairro da periferia da cidade, a localidade conhecida como Comunidade Agrícola Nova Esperança. É esse hibridismo social, econômico, político e cultural que entendemos ser relevante na discussão sobre as atuais configurações entre espaço urbano e espaço rural dentro da perspectiva da racionalidade moderna. Sendo assim, a partir da compreensão do processo de formação desse espaço híbrido entre campo e cidade poderemos perceber de maneira mais clara as alterações no processo de racionalização da produção que modificou as relações na esfera de circulação dos agentes de comercialização da produção de hortaliças na capital amazonense.

## ABSTRACT

How is possible realize the consolidation of a new life way since the structures that were structured through the country and urban's *habitus* that were solidified in a structurant way, resulting in a hybrid *habitus* during the social changings process of country to urban areas, since the territorial and economic expansion that reconstruct the social space from Manaus city? That's the main question of our research, what has the main *Locus* in small familiars groups that produces some vegetables in urban areas. These families constitute a neighborhood in the outskirts of Manaus city. The locall is called Nova Esperanca agricultural community. So, that's what we consider too important: this social, economic and cutural hybridism, mainlly when the discussions are about the conections between the urban and the country areas in a perspective of the modern rationality. Therefor, through the comprhension about the constructions of these hybids spaces, we'll notice clearly the changins in the production's racionalization process that also modified the extent of the circulation of the trade agents of the vegetables production in amazonense capital.

## SUMÁRIO

### CONSIDERAÇÕES INICIAIS

#### CAPÍTULO 1

##### DESCREVENDO O AMBIENTE.....16

1.1 Caracterização da área de estudo.....17

1.2 A mobilidade social dos produtores de hortaliças.....22

1.3 O processo de construção do espaço e do lugar.....33

#### CAPÍTULO 2

##### A COMPLEXIDADE DO DEBATE SOBRE A RELAÇÃO CAMPO E CIDADE.....49

2.1. A atualidade do debate sobre a relação entre campo e cidade.....52

2.2 A Agricultura Urbana e Periurbana no Brasil e a produção urbana de hortaliças.....63

2.3. As contribuições da agricultura familiar no processo de construção de um novo modo de vida.....71

2.3 A produção de hortaliças a partir da constituição de um *habitus* híbrido.....73

#### CAPÍTULO 3

##### RACIONALIDADE PRODUTIVA E MODERNIDADE.....81

3.1. As alterações nas estratégias de trabalho.....82

3.1.1. O processo de trabalho no plantio das hortaliças.....87

3.2. Automação do trabalho e as relações com o mercado.....103

3.2.1. O processo de distribuição das hortaliças.....105

3.3 As novas demandas produtivas da cidade de Manaus.....108

3.4 A reorganização das relações sociais na Comunidade Agrícola Nova Esperança.....115

##### CONSIDERAÇÕES FINAIS.....119

##### REFERÊNCIAS.....123

##### GLOSSÁRIO.....128

## CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Ao iniciar minha carreira como professor da Secretaria Municipal de Educação, em maio de 2006, fui lotado na Escola Municipal Prof<sup>a</sup>. Aribaldina de Lima Brito, uma escola recém inaugurada no bairro Valparaíso, uma das diversas subdivisões do bairro Jorge Teixeira, Zona Leste do município de Manaus – AM. Logo nas primeiras semanas de aula, no processo de reconhecimento do perfil sócio-econômico dos alunos, percebi que a grande maioria deles dizia morar “ali na horta”. Intrigado com essa resposta dos alunos me dediquei em descobrir o real sentido daquela afirmação. Foi quando, para minha surpresa, me deparei com um lugar que parecia ter me transportado para qualquer das comunidades rurais espalhadas pela imensidão amazônica.

Foi assim que conheci a Comunidade Agrícola Nova Esperança, um pedaço rural dentro da selva de concreto que conforma a área urbana da cidade, com seu crescimento vertiginoso e desordenado, típico das cidades modernas. Trata-se de uma localidade que se formou em meados da década de 90, a partir da chegada de famílias vindas de alguns municípios do interior do Estado que já viviam da produção agrícola e participavam de um círculo bastante característico dos agentes da comercialização que envolvia além dos próprios produtores, patrões, regatões, etc. Porém, motivados pelas possibilidades de melhorar sua qualidade de vida, principalmente a partir de uma nova organização das relações sociais e econômicas, essas famílias se multiplicaram e inauguraram um modo de vida a partir da associação entre seu *habitus* tipicamente rural e o *habitus* urbano, amalgamando-os e produzindo um hibridismo característico e bastante singular.

Essas singularidades abriram uma gama de possibilidades de investigações sociológicas, das quais o interesse por compreender o processo de formação desse grupo social, predominou. Primeiramente, acreditei se tratar da expressão de uma “nova ruralidade” devido a relação entre campo e cidade, porém, ao longo da investigação, percebi que o fenômeno que interligava todos os demais aspectos envolvidos em tal perspectiva, remetia à observação do processo de racionalidade daqueles atores sociais que norteou todas as ações subsequentes para o rompimento com as relações econômicas anteriores e para a consolidação do novo modo de vida.

As discussões sobre as atuais configurações existentes entre o espaço urbano e o espaço rural vêm sendo a pauta de muitos trabalhos das mais diversas áreas do conhecimento

como a Sociologia, a Geografia, a Antropologia, a Economia dentre outras ciências humanas. Este estudo se insere dentro de uma perspectiva sociológica sem, contudo, deixar de considerar as contribuições já existentes produzidas pelas demais áreas do conhecimento que se interessam pelo tema na perspectiva da multidisciplinaridade. Considerando suas dimensões continentais, não é difícil perceber que, no Brasil, todas as formas de organização territorial, econômica e social possuem características diversas e singulares que, de certa forma, acabam por dificultar a consolidação de um projeto de desenvolvimento eficiente para o País, haja vista que estas se relacionam de maneira bastante heterogênea. Daí a necessidade de estudos que se concentrem na compreensão dessas singularidades para que, então, se torne possível uma análise das reais necessidades que devem ser acionadas de forma a contemplarem toda a diversidade social, cultural, econômica e ambiental que, juntas, conformam esse País continental.

O estudo se caracterizou dentro de uma perspectiva qualitativa que partiu de uma investigação local com vista a compreender um tema geral. Mais especificamente, refiro-me à localidade denominada Comunidade Agrícola Nova Esperança, situada na IV etapa do bairro Jorge Teixeira, Zona Leste do município de Manaus – AM, nas proximidades da Reserva Biológica Adolpho Ducke. Esta localidade apresenta um conjunto de relações sociais, econômicas, políticas e culturais entre os produtores agrícolas e entre estes e o meio urbano que o circunda. É a racionalidade daquele grupo social determinado, que interessou para a compreensão de um modo de vida que revelou em seu processo organizativo a iminente existência de um *habitus* híbrido formado a partir do *habitus* do campo e do *habitus* da cidade. Sendo assim, elegemos como objetivo geral da pesquisa a caracterização do modo de vida de um grupo de produtores de hortaliças a partir da formação de um *habitus* híbrido resultante da re-configuração da racionalidade que alterou a esfera de circulação dos agentes de comercialização da produção. Mais especificamente, pretendemos alcançar tal objetivo demonstrando o processo de organização espacial das famílias a partir da mobilidade territorial e do trabalho realizada pelos produtores de hortaliças, entendendo o processo de organização do trabalho engendrado pelos produtores de hortaliças a partir do debate sobre as relações entre o campo e a cidade e compreendendo o processo de racionalização que levou tais produtores a alterarem a esfera de circulação dos agentes de comercialização das hortaliças na cidade de Manaus.

Por uma questão metodológica, apresentamos a seguir as principais referências teóricas que nortearão este estudo, bem como a contribuição de cada uma para a compreensão do objeto proposto. Uma vez que nosso objetivo é caracterizar o modo de vida de um grupo social determinado, teremos como guia os ensinamentos de Pierre Bourdieu, tomando-lhe de empréstimo o conceito de *habitus* e suas relações com o campo social em que se insere. Essas teorias permearão todo o trabalho, aparecendo sempre que necessárias ao seu desenvolvimento. Uma vez que a relação entre o campo e a cidade também é bastante expressiva em nossa empreitada, faremos uma discussão sobre o tema a partir das análises de autores brasileiros que têm dedicado seus trabalhos a esta vertente teórica, optando pelas contribuições de José Eli da Veiga José Graziano da Silva e Ariovaldo Umbelino de Oliveira.

Para compreender o processo de mobilidade tanto territorial, quanto do trabalho que fora promovido por tal grupo social, escolhemos os ensinamentos de Jean-Paul de Galdemar. Por sua vez, ao estudarmos a formação e transformação espacial e temporal que consolidaram a localidade onde vive este grupo social utilizaremos as contribuições teóricas de Milton Santos e Yi-Fu Tuan, a partir de suas análises das categorias espaço, tempo e lugar. Não por acaso, deixaremos para o final do trabalho a discussão sobre o processo do que entendemos como a racionalidade produtiva engendrada no processo de consolidação do modo de vida na Comunidade Agrícola Nova esperança e para embasar nossa argumentação escolhemos as contribuições teóricas de Norbert Elias, Anthony Giddens, Octávio Ianni, Manuel Castells, entre outros.

O ponto de partida do trabalho será uma descrição etnografia com vista à contextualização do *locus* do estudo e que permitirá também, compreender os objetivos da investigação e as questões que nortearão o estudo empreendido. Essa contextualização é a base do primeiro capítulo e se faz necessária, principalmente, devido às peculiaridades encontradas entre as características percebidas no processo de formação do *locus* de nosso estudo – e que está intrinsecamente ligado ao modo de vida das famílias que o constituíram – e a maneira como o tema da relação entre campo e cidade vem sendo debatido pelas ciências sociais em outros Estados da região Norte e em outras regiões do País. Evidenciaremos desde o início da ocupação da área, passando pelos primeiros moradores que levantaram a hipótese de aproveitar seus conhecimentos para praticar a atividade de agricultura na cidade, pelos desafios enfrentados no decorrer desse processo, até chegar ao momento de sua consolidação como o espaço e o lugar dos produtores de hortaliças da periferia da cidade.

Tal caracterização reflete também as motivações que levaram aquele grupo social a acreditar no sucesso da empreitada, evidenciando as principais estratégias para o rompimento com a esfera da circulação dos agentes de comercialização envolvidos nas relações sociais e econômicas que tinham anteriormente, diferentemente do que pode ser observado nos trabalhos que tratam do tema, mas que se baseiam nas questões fundiárias, através das lutas por uma reforma agrária, em movimentos migratórios para a exploração de recursos naturais, etc. Em seguida, a partir da análise da movimentação desse grupo social, será possível caracterizar os tipos de mobilidades territoriais e do trabalho (se sazonal ou permanente) que essas famílias realizaram no decorrer do processo de formação da localidade denominada Comunidade Agrícola Nova Esperança, um núcleo rural inserido no espaço urbano, qual seja o complexo Jorge Teixeira, Zona Leste da capital.

O entendimento desse processo nos ajudará a perceber os níveis das relações econômicas entre os produtores de hortaliças e o mercado local. As categorias de espaço e tempo, por sua vez, nos permitirão perceber de que forma se deu o processo de estruturação espacial da localidade, destacando aí, as possibilidades de rompimento com a esfera da circulação dos agentes de comercialização das mercadorias produzidas pelas famílias que residem na Comunidade Agrícola Nova Esperança, no caso, a produção de hortaliças, a partir da aproximação destes com o centro consumidor, a cidade de Manaus. Buscaremos evidenciar também, e na medida do possível, os significados que o espaço e o lugar da Comunidade Agrícola Nova Esperança tem na vida daquelas famílias.

A partir de então, evidenciaremos, já na segunda parte do estudo, alguns aspectos do debate das ciências sociais envolvendo a relação entre o campo e a cidade, o rural e o urbano, primeiramente em âmbito geral pra, em seguida, fazer uma análise deste a partir das contribuições de três autores brasileiros a respeito do cenário da relação entre campo e cidade no País. Nesse momento, será possível verificar a complexidade do tema, especialmente quando se observam as diferenças de abordagens que cada autor adota em seus trabalhos. Será na análise desses pontos de vista distintos, que poderemos evidenciar as peculiaridades inerentes ao local onde o referido estudo se realizou, principalmente em relação ao foco adotado para sua consolidação, mostrando a disparidade entre as realidades locais e nacionais.

Enfim, na terceira e última parte do estudo, após o entendimento de todo o processo de formação social, política, econômica e cultural que envolveu as famílias de produtores de hortaliças da Comunidade Agrícola Nova Esperança se tornará possível identificarmos o *ethos*, o gosto e o estilo de vida no *modus operandi* que conforma seu *habitus*. Veremos, então, como se processaram as alterações que levaram diversas famílias a se deslocarem do interior do estado do Amazonas para a periferia da cidade de Manaus, constituindo nesta, uma localidade urbana que vive, economicamente, da produção de hortaliças, dando origem a um *habitus híbrido* que revela, entre outras coisas, a necessidade de olhares e ações mais específicas que possibilitem a consolidação e, quiçá, a expansão desse modo de vida.

Esse será o enredo do presente estudo que, além de encerrar o ciclo de formação para a obtenção do título de Mestre em Sociologia, pretende servir como uma ferramenta a mais para o exercício do debate sobre as dinâmicas das relações sociais, partindo de uma análise local, a compreensão da racionalidade no processo de reestruturação do modo de vida de um grupo social específico, mas com vistas à compreensão dos aspectos gerais das relações sociais que norteiam a vida na sociedade moderna. Pretende também, cumprir o seu papel no que diz respeito ao uso social da ciência ao possibilitar que os grupos sociais periféricos apresentem suas necessidades, perspectivas e potencialidades junto aos grupos sociais hegemônicos.

## CAPÍTULO 1

### 1. DESCREVENDO O AMBIENTE.

Dadas as características do trabalho, as contribuições da ciência etnográfica, que tem na observação das sociedades sua principal finalidade, são fundamentais para contribuir na concretização dos objetivos propostos. Assim, num esforço teórico-empírico de exercício etnográfico, porém sem a pretensão de realizar uma etnografia, mas evidenciar os vários aspectos da história da localidade, iniciamos este trabalho apresentando uma descrição tanto territorial quanto social do *locus* do estudo para que o modo de vida na Comunidade Agrícola Nova Esperança adquira visibilidade, pois se trata da análise de um caso específico com a pretensão de contribuir com as questões mais gerais que envolvem o tema abordado. Nesse ínterim, serão enfatizadas as contribuições dos sujeitos participantes da pesquisa na forma de relatos que permitiram concretizar os objetivos do estudo em foco. Tomando de empréstimo os ensinamentos de Marcel Mauss (1977), procurei, durante o trabalho de campo, manter a preocupação com a exatidão dos dados coletados a fim de fazer a descrição mais completa possível do grupo social pesquisado, tendo o cuidado de dizer apenas “o que se sabe, tudo o que se sabe, só o que se sabe” (MAUSS, p. 11, 1977), a partir dos métodos de observação indicados pelo autor.

Em se tratando, porém, de um estudo sociológico que considera a peculiaridade da relação entre o sujeito que pesquisa e o sujeito que é pesquisado, não poderia deixar de salientar as contribuições da metodologia interpretativa difundida, entre outros autores, por Clifford Geertz (1983) que considera a importância dos saberes não acadêmicos existentes no interior dos grupos sociais e que são comuns a todos os indivíduos que a compõe. Portanto, a visão de mundo expressa pelo senso comum dos sujeitos entrevistados durante a pesquisa conforma a maneira de perceber o ambiente em que estão inseridos e constituem parte importante do sistema cultural do grupo social em questão. Seguindo os ensinamentos de GEERTZ (1983), o objetivo é elaborar o “mapa aproximado da realidade” desses indivíduos, através das experiências cotidianas inseridas no “mundo familiar” que retrata o modo de vida no interior da Comunidade Agrícola Nova Esperança, tendo cuidado para não incorrer numa sistematização demasiada da percepção desses indivíduos. Em se tratando ainda de um estudo qualitativo, buscou-se perceber os significados atribuídos às experiências dos produtores de hortaliças da Comunidade Agrícola Nova Esperança para, então, compreender a racionalidade

intrínseca em seu modo de produção, aliando as técnicas da observação, que segundo Mauss representam as técnicas de observação e interpretação dos relatos dos sujeitos envolvidos na pesquisa a partir dos seus entendimentos da realidade, como fora proposto por Geertz (1983).

### **1.1. Caracterização da área de estudo.**

A área de localização da Comunidade Agrícola Nova Esperança está inserida entre alguns dos diversos bairros que formam o complexo Jorge Teixeira, limitando ao Norte com a Reserva Biológica Adolpho Duke e a Colônia Chico Mendes, ao Sul com a IV etapa do Bairro Jorge Teixeira, a Oeste com a etapa I do bairro Valparaíso e a Leste com os Bairros João Paulo II e Cidade Alta e para compreender o seu processo de formação contei com o apoio do Sr. Francisco Lopes dos Santos, um dos moradores mais antigos da localidade, que possui uma das produções de hortaliças mais bem estruturadas da área e foi a principal fonte de informação para o este estudo, pois a história da localidade está intimamente ligada à sua própria história. Aos 63 anos, Seu Lopes, como é conhecido, nasceu no município de Atalaia do Norte – AM, morou também no município de Benjamim Constant – AM e antes de fixar moradia na Capital do Estado, Manaus, onde já vive a quase vinte anos, e apesar de sempre ter tido contato com as atividades tipicamente rurais e ribeirinhas desses lugares, passou a maior parte de sua vida servindo ao Exército Brasileiro, onde fora Cabo, desempenhando a profissão de fotógrafo, o que lhe rendeu um vasto conhecimento sobre a região amazônica.

Após ingressar no quadro de militares reformados, Seu Lopes se viu sem uma atividade formal e já cansado da profissão de fotógrafo, que segundo ele *não iria render muito aqui fora*, decidiu investir na produção de hortaliças, aproveitando o fato de sempre ter lidado com a terra na infância e adolescência. Porém, ao contrário do poderia ser considerado um caminho “natural”, Seu Lopes não voltou para o interior do Estado, mas decidiu iniciar sua empreitada na cidade, principalmente por perceber que *lá no interior a vida é mais difícil e o que se produz não rende muito, porque os atravessadores pagam muito pouco*, além do fato de sua família já estar adaptada à vida na cidade, onde os filhos puderam estudar galgando, inclusive ao ensino superior. Percebe-se aí, os primeiros sinais peculiares de uma racionalidade própria dos produtores de hortaliças das áreas urbanas, qual seja a busca por estratégias que possibilitem alterar a esfera da circulação dos agentes de comercialização dentro de um processo produtivo que associa aspectos de uma economia dita “tradicional”,

pautada na produção com familiar, com a lógica capitalista de produção, pautada na acumulação de riquezas. Fato semelhante ocorreu na análise feita por FRAXE (2004) em seu livro *Homens Anfíbios*, em demonstra a racionalidade dos “caboclos ribeirinhos” a partir de seus processos de trabalho e suas relações com a economia capitalista.

Foi então que, em 1994 Seu Lopes se transferiu para o local que hoje é chamado de Comunidade Agrícola Nova Esperança, onde já se encontravam algumas famílias oriundas, sobretudo dos arredores dos municípios de Iranduba (Xiborema, Catalão, Ilha da Marchetaria) e Manacapuru, além do Lago do Úbim, do Paraná da Eva, de Janauacá. Naquele momento, a produção de hortaliças ainda era tímida, estando em seu estágio inicial, pois, segundo as informações de Seu Lopes havia pouco tempo que o Sr. Jacinto, o Sr. Francisco e Sr. Pacheco que por volta de 1992, tinham decidido plantar, mesmo num terreno arenoso, inadequado para a atividade agrária, devido a necessidade de obter uma fonte de renda para o sustento de suas famílias e aproveitando suas experiências anteriores. Esse último fato, aliás, foi um dos determinantes para a opção por culturas de ciclo curto e contínuo como é o caso das hortaliças. Vale destacar aqui, que nenhum dos três indivíduos citados acima foram encontrados durante o trabalho de campo, um já é falecido e os outros dois não moram mais na localidade. Outro personagem marcante no processo de formação Comunidade Agrícola Nova Esperança é Sr. Manoel da Costa, um nordestino de 64 anos, que nasceu no município de Campo Maio – PI e que sempre lidou com a pecuária, mas que *já estava cansado de trabalhar para os outros e queria ser dono do seu próprio negócio*. Assim, sendo, deixou sua terra natal e rumou para o Norte do País em busca de uma vida melhor, fato baste comum entre a população nordestina e já vastamente estudado por diversos ramos das ciências sociais.

Mas, a história do Sr. Manoel Costa não seguiu a mesma rota da maioria dos nordestinos que parte em busca de uma vida melhor. Isso porque ao invés de seguir para o Sudeste do Brasil, seguiu para o município de Santarém – PA, em busca de terras onde pudesse iniciar sua criação de gado, porém, não obteve muito sucesso e logo foi obrigado a procurar outro lugar. Insistindo em seu sonho partiu, então, para o município de Parintins – AM, onde mais uma vez ocorreu o insucesso na criação bovina, daí, ainda tentou se firmar em Novo Airão e Manacapuru, ainda sem sucesso. Foi então, que se mudou para Manaus, onde a intenção não era morar, mas apenas aumentar as chances de encontrar o tão sonhado lugar ideal para viver e ficou sabendo da existência de uma localidade com “ares de interior” dentro

da cidade e só então, foi convencido de que a pecuária se tornara inviável e que, portanto, deveria passar a lidar com a agricultura, mesmo que esta fosse uma atividade na qual não possuía o domínio das técnicas. Porém, isso não foi empecilho diante da determinação do Sr. Manoel Costa, que logo se juntou com os precursores da produção de hortaliças, somando forças para consolidar essa atividade econômica e com o tempo se tornou um dos maiores produtores do local. Com o passar dos anos a notícia da possibilidade de comprar terra com preço baixo e ainda poder administrar o próprio negócio chegava cada vez mais longe, atraindo famílias tanto de outros municípios amazonenses como Itacoatiara e mesmo Manaus, além de municípios de outros estados como Pará, Maranhão e Piauí. Temos aqui, mais um exemplo da miscelânea entre uma racionalidade rural que fora influenciada pelo pensamento urbano, que nos ajudou a consolidar a idéia de manifestação de *habitus* híbrido que se expressa no modo de vida das famílias que vivem Comunidade Agrícola Nova Esperança e que será mais bem explicada no decorrer do trabalho.

Retomando a conversa com o Seu Lopes, perguntei-lhe como havia ocorrido expansão da área, ou seja, quais os fatores que fizeram com que aumentasse o número de famílias que se transferiram para aquela localidade. Segundo ele, o que determinou tal expansão foi o fato de que cada família que lá se estabelecia e começava a prosperar comunicava o fato aos parentes e amigos que ainda se encontravam nos interiores do Estado o que traz à tona, mais uma vez, a expressão do *habitus* nos moldes apontados por BOURDIEU (1979), a partir de uma ação estruturada dessas famílias qual seja, o sentimento de partilha expresso na solidariedade com os aqueles que ainda se encontravam em uma situação adversa e que passa a ser estruturante na medida em que rege a nova organização social e, sobretudo, econômica dessas famílias. Já sobre a existência de informações a respeito da população que compunha a demografia local e o mesmo informou sobre uma primeira contagem feita em 2004 e que somou cerca de trezentas famílias no total, mas que apresentou apenas cento e oito delas vivendo exclusivamente da produção de hortaliças, número esse, que não foi confirmado na última contagem realizada em 2009 e que apontou, cinco anos depois, a diminuição da quantidade de famílias vivendo apenas da produção de hortaliças, passando para noventa e oito. Vale lembrar que foi desse universo de noventa e oito famílias que foi retirada a amostra trabalhada, uma vez que o que interessa ao estudo são apenas as famílias que lidam, exclusivamente com àquele tipo de produção.

O primeiro levantamento das famílias foi feito em 2004 e foi constatado que havia mais ou menos 300 famílias e 108 produtores de hortaliças. Agora fizemos outro e as 300 famílias continuam, mas só tem 98 produtores. E 415 casas de vegetação (Sr. Lopes, 63 anos, produtor).

As palavras de Seu Lopes ratificam, portanto, o argumento de que a Comunidade Agrícola Nova Esperança é basicamente formada por famílias que se mobilizaram do interior rumo à capital, ou, melhor ainda, deixaram a zona rural pela à zona urbana, dando início ao processo de adaptação de seu modo de vida original às novas necessidades e exigências da cidade. Modificaram, mesmo que parcialmente, suas casas, suas vestimentas, sua alimentação, sua educação, seu lazer, sua relação com a natureza e, principalmente, sua atividade econômica.

As figuras 2 e 3 a seguir permitem entender porque a área chamou a atenção para a necessidade desse estudo, pois mostra a íntima relação entre um espaço tipicamente rural e outro urbano, co-existindo simultaneamente. A primeira dessas imagens mostra a área total da Comunidade Agrícola Nova Esperança inserida dentro do grande bairro, no caso o bairro Jorge Teixeira, já que não foi possível encontrar dados que indicassem a divisão dos bairros menores (Valparaíso, Colônia Chico Mendes, etc.). Como será observado na figura 2, trata-se de uma área extensa, com terrenos que possuem em média 0,5 hectare, no caso dos menores, e 3,5 hectares, no caso dos maiores, concentrados, em sua maioria, na parte mais baixa do relevo formando a figura da letra “Y” invertida. Existem, porém, em menor número, terrenos que podem ser encontrados fora dessa concentração, na parte mais elevada (à direita da figura), misturados a outros com características de sítios residenciais que não participam do processo produtivo e que se pertencem a famílias que se instalaram algum tempo depois da área ser consolidada como o espaço da produção de hortaliças. A imagem seguinte mostra o setor sudeste da Comunidade Agrícola Nova Esperança.

Nela percebe-se a estreita relação entre a área dita rural, representada pelas hortas e a área considerada urbana, representada, nesse caso pelo bairro Valparaíso, reforçando a idéia do hibridismo entre os dois espaços já que as relações sociais entre eles são contínuas e em alguns momentos, difícil de determiná-las. Na visualização das figuras 2 e 3 pode não parecer complexo, *a priori*, determinar a área com características mais rurais da área mais urbana, porém, uma definição precipitada pode levar apenas a uma compreensão superficial da

realidade do local, o que dificulta sobremaneira o entendimento das relações sociais ali engendradas. É justamente quando se observam essas relações sociais de maneira mais detalhada que se percebe o hibridismo entre os dois espaços, caracterizado principalmente pela forma como se complementam. Essa complementaridade primeiramente se revela quando temos de um lado comércios, escolas, “casinhas de saúde”<sup>1</sup>, telefones públicos, ônibus, “lotação”<sup>2</sup>, etc., e de outro não só o distribuidor de hortaliças para os comércios e para os consumidores finais, mas que também emprega muitos moradores dos bairros adjacentes, convivendo harmoniosamente.



**Figura 1. Limites da Comunidade Agrícola Nova Esperança. Fonte: AMARAL, F.L., Trabalho de Campo/2009.**

<sup>1</sup> É como são chamadas as Unidades Básicas de Saúde do Programa Médico da Família da Prefeitura de Manaus em parceria com o Governo Federal.

<sup>2</sup> Tipo de transporte alternativo suplementar ao transporte coletivo e uma das principais fontes de renda da população das zonas periféricas da cidade.



Figura 2. Setor sudeste da Comunidade Agrícola Nova Esperança. Fonte: AMARAL, F.L., Trabalho de Campo/2009.

## 1.2. A mobilidade social dos produtores de hortaliças.

Para se entender a reconfiguração do modo de vida promovida pelas famílias de produtores que constituíram a Comunidade Agrícola Nova Esperança se faz necessário entender sua mobilidade social e a forma como estabeleceram as estratégias necessárias à reprodução material e simbólica da vida, inerentes aos processos de organização social, político e econômico para a manutenção da atividade agrícola em uma área urbana. Tomemos como parâmetro Jean-Paul de Gaudemar quando ensina que a mobilidade é, ao mesmo tempo, um sinal e um fator que contribui para o desenvolvimento das economias que, imposta pelo modo de produção capitalista ou desenvolvida como contra-estratégia a partir das lutas populares, ajusta e equilibra os fluxos de produção de mais-valia realizada pelo trabalho produtivo, sendo a força de trabalho o “agente real” da produção. Essa força de trabalho é, para o autor, “a mercadoria que o homem ‘possui’, ou ainda ‘o conjunto de faculdades psíquicas, físicas e intelectuais que existem no corpo de um homem (...) e que ele tem de pôr

em movimento para produzir coisas úteis” GAUDEMAR (1977, p, 188 – 189). No caso em questão (a Comunidade Agrícola Nova Esperança), a busca por novas relações econômicas que, objetivaram alterar a esfera da circulação dos agentes de comercialização os quais exprimem essa capacidade da força de trabalho em se mobilizar para produzir, porém, com características que fogem, em parte, ao modelo “formal” capitalista, uma vez que a mobilidade dessas famílias de produtores representou a aproximação entre produtores da mercadoria, no caso as hortaliças, e as novas demandas do mercado consumidor, a população da zona urbana de Manaus, redimensionando suas relações com os “atravessadores”.

Nesse sentido o mesmo autor desenvolve a idéia de “liberdade” do trabalhador como característica fundamental para que a força de trabalho se transforme em mercadoria. Sendo assim, essa liberdade deve ser positiva no sentido de ela pertence ao trabalhador, que “pode dela dispor à sua vontade” e deve, também, ser negativa quando impossibilita ao trabalhador escolher a forma de praticar sua liberdade, impondo uma única situação: “ou vende a sua força de trabalho para viver, ou não a vende e morre”. Surge daí, outras duas idéias que para o nosso trabalho são também importantes: 1) a “mobilidade forçada”; e 2) as lutas populares que se colocam como contra-estratégia às relações de produção. Em relação à mobilidade forçada, ela estimula o êxodo rural a fim de maximizar a satisfação da população do campo e equilibrar os conjuntos sociais, desde que o movimento migratório obedeça ao sentido campo-cidade, nunca o contrário. Para tanto, o modo de produção capitalista encoraja a mobilidade de grupos sociais de origem rural para o meio urbano a fim de facilitar a polarização e controle da mão-de-obra, desenvolvendo a formação profissional e intensificando a “produtivização” do trabalho nos diversos setores de produção direta (setores da indústria e comércio) ou indireta (setores da prestação de serviços), pois “a força de trabalho deve ser móvel, (...) quer dizer apta para as deslocamentos e modificações do seu emprego” GAUDEMAR (1977, p. 190). É nesse sentido, portanto, que as cidades se apresentam como o espaço privilegiado da produção das mercadorias, mediado tanto pelo fluxo das mercadorias, quanto pelo fluxo de pessoas, em especial daquelas que trabalham.

Essa estratégia foi, sem dúvidas, utilizada no processo de industrialização da região amazônica quando da criação em 1967, da Zona Franca de Manaus (ZFM), hoje Pólo Industrial de Manaus (PIM). É preciso ressaltar aqui, que o incentivo ao êxodo rural praticado pelas indústrias que se instalavam em Manaus foi muito além do recrutamento de mão-de-obra barata e da formação do chamado *exército de reserva*, pois, através da Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA) muitas comunidades rurais localizadas nos arredores da capital foram incentivadas a praticarem uma atividade econômica diferente daquelas que a maioria estava acostumada, no caso as atividades extrativistas da caça, da pesca e da coleta silvestre (FRAXE, 2004), uma vez que se fazia necessário suprir as necessidades de alimentação dos industriários e dos habitantes da cidade que cada vez mais se “modernizavam”, refletindo aí, as políticas do País não apenas para o Amazonas, mas para toda a Amazônia brasileira que seguem a idéia de expansão do capitalismo em busca da modernização, estágio incondicional para a consolidação do País como nação soberana diante dos demais países ditos *desenvolvidos* e praticamente deixando de lado a importância de se considerar as especificidades sociais e ambientais da região.

Podemos, então, perceber que a relação existente entre as necessidades e anseios de famílias de origem rural que traçam estratégias alternativas para a sua reprodução material e subjetiva no meio urbano de um lado, e as necessidades e anseios expressos pelas políticas de governo que ainda buscam afirmação no cenário mundial moderno desencadeiam uma variedade de novas demandas sociais, políticas e econômicas que ainda precisam ser mais bem compreendidas a fim de propiciar ações mais efetivas e resultados mais expressivos no que tange à minimização das desigualdades que levem em conta as peculiaridades desses modos de vida que trazem consigo conhecimentos diversos que também são vitais para um projeto de desenvolvimento.

Como resultado da própria dinâmica do modo de produção capitalista, com o passar dos anos o setor industrial passou a apresentar sinais de esgotamento no que diz respeito à absorção de toda a mão-de-obra que continuara a migrar das zonas rurais para a zona urbana. A partir de então, começamos a perceber que estes grupos sociais, com características bastante singulares, se vêem obrigados a buscarem novas estratégias de manutenção da vida já que o retorno ao campo tornara-se, praticamente inviável, demonstrando, assim, a fragilidade da estratégia utilizada pelo modo de produção capitalista da ZFM, que não foi capaz de antever os limites de suas ações. Mas, como já indicamos, no caso das famílias de produtores

que são tema de nosso estudo, os motivos que levaram ao processo de mobilidade da zona rural para a zona urbana se deram mesmo pela vontade e pela necessidade de promover novas relações econômicas na produção e comercialização de determinado produto, qual seja, as hortaliças, tornando-se um movimento peculiar dentro das idéias trabalhadas por Gaudemar (1977), pelo fato de que a liberdade dessas famílias de produtores de exercerem sua força de trabalho recebeu uma influência, no mínimo, indireta do sistema capitalista vigente. Esse fato fica evidente quando se observa que, apesar da pressão e incentivo ao êxodo rural, esses indivíduos conseguiram manter o poder de escolher a forma como venderiam sua força de trabalho.

É possível considerar então, que o caso das famílias que formaram a Comunidade Agrícola Nova Esperança está mais em conformidade com a mobilidade caracterizada pelas lutas populares que se contrapõem às relações impostas pelo modelo de produção capitalista refletida justamente na necessidade de alteração da esfera da circulação dos agentes de comercialização da qual estavam sujeitas antes de praticarem o êxodo rural, ou seja, havia de um lado o surgimento de novas demandas sociais resultantes do projeto de modernização posto em voga no Estado e de outros agentes sociais disputando seu espaço no campo social determinado, a fim de consolidar seu estilo de vida (BOURDIEU, 1993). Conforme indicado por este mesmo autor, entende-se o campo social como o espaço social onde se estabelecem relações sociais regidas por lutas em torno do poder. Sabemos que os resultados dessa luta desembocam, inevitavelmente, numa divisão social extremamente desigual e injusta, porém, é esse um dos fatores principais que fazem com que seja possível percebermos como cada subgrupo traça suas estratégias de produção e reprodução da vida dentro desse espaço social que, agora passa a ser comum, que é a cidade. Foi o que aconteceu com as atuais noventa e oito famílias de produtores de hortaliças que se instalaram a partir da década de 1990, numa “localidade” que segundo um dos fundadores *ainda pertence à Empresa de Plantações S.A.* e que hoje é denominada de Comunidade Agrícola Nova Esperança.

As famílias da localidade realizaram uma mobilidade territorial, porque mudaram para outra área, e do trabalho, na medida em tiveram de reorganizar o processo de produção das hortaliças a partir de novas relações econômicas (GAUDEMAR, 1977), numa época em que de um lado o Pólo Industrial de Manaus já se encontrava consolidado, já tinha enfrentado várias crises econômicas e redirecionado suas diretrizes com respeito à utilização de mão-de-obra e, de outro, a cidade passava por um forte processo de crescimento populacional desordenado que deu origem à maioria dos bairros da periferia. Esses fatores, associados a uma área relativamente propícia ao cultivo de hortaliças, fizeram com que grande parte dessas famílias se contrapusesse ao modelo de mobilidade forçada do trabalho, caracterizada pela mudança de ofício (no caso, de agricultor para operário) ao se estabelecerem como produtores agrícolas dentro da cidade, mesmo que em alguns casos tenha havido mudanças em relação à cultura que era cultivada anteriormente. Vale ressaltar que a Comunidade Agrícola Nova Esperança não é o único exemplo de uma relação intrínseca entre o rural e o urbano. Temos em Manaus, outros exemplos dessa relação como nos bairros Puraquequara, Coroadó e a Colônia Japonesa no bairro Parque 10 de Novembro, mas é na Comunidade Agrícola Nova Esperança que podemos perceber que essa relação entre o rural e o urbano apresenta uma forma cultural mais híbrida.

O hibridismo cultural aqui referido parte das contribuições teóricas de autores como Néstor García Canclini, quando aponta o estágio de “incerteza” em que se encontram as culturas latino-americanas ora pelas suas tradições ainda existentes, ora pelo processo de modernização que ainda não se completou. Esse estágio é, então, o fenômeno que possibilita o hibridismo cultural percebido, sobretudo, através das estratégias da

...“reestruturação” econômica e simbólica com que os migrantes do campo adaptam seus saberes para viver na cidade (...), os operários reformulam sua cultura de trabalho frente às novas tecnologias de produção sem abandonar crenças antigas, e (...) os movimentos sociais populares inserem suas reivindicações no rádio e na televisão (CANCLINI, 2000, p. 18).

O mesmo autor aponta ainda duas outras hipóteses para a compreensão do hibridismo cultural próprio da América Latina, qual seja a possibilidade de “elaborar uma interpretação mais plausível das contradições e dos fracassos” (CANCLINI, 2000, p. 20) da modernidade latino-americana através da reunião dos saberes das ciências que se ocupam da cultura como a Sociologia, a Antropologia, as Ciências da Comunicação, etc, e através destes estudos da heterogeneidade cultural “explicar os poderes oblíquos que misturam instituições liberais e hábitos autoritários, movimentos sociais democráticos e regimes paternalistas, e as transações de uns com os outros (CANCLINI, 2000, p. 19).

Entende-se agora, porque algumas dessas pessoas que saíram do campo e vieram para a cidade logo se empregaram nas fábricas do Pólo Industrial, caminho mais comum e mais almejado pela maioria, e outras se tornaram comerciantes, camelôs e motoristas de transportes alternativos (lotação e moto-táxi), dentre outras inúmeras atividades que expandiram consideravelmente o setor de prestação de serviços e o trabalho informal da cidade<sup>3</sup>. Porém, mesmo se enquadrando como mais uma atividade econômica informal dentro do setor de prestação de serviços, as famílias de produtores de hortaliças da Comunidade Agrícola Nova Esperança diferem das demais, que se instalaram na cidade de Manaus, justamente porque conseguiram associar seu modo de vida tipicamente rural ao modo de vida urbano, iniciando, como já mencionado, o processo de construção de um *habitus* híbrido. Para se compreender de forma mais incisiva o processo de mobilidade social dessas famílias, note-se as tabelas abaixo:

Local de origem/nascimento	Quantidade de famílias	Total (%)
Em Manaus	3	9,6
Em outros municípios do Amazonas	19	58,4
Em outras regiões do País	10	32,0

Tabela 1

Fonte: Dados de campo, 2008. Manaus – AM. Organizador: Amaral. F.L. 2009.

<sup>3</sup> A esse respeito ver SINGER (1976)

A tabela 1 indica o movimento realizado pelas famílias de produtores de hortaliças da Comunidade Agrícola Nova Esperança a partir do local de nascimento do chefe da família. Percebe-se o predomínio das famílias que se formaram no interior do Estado do Amazonas, principalmente das proximidades de Manaus como o município de Iranduba com 11 famílias, sendo que 02 (duas) destas da Ilha da Marchetaria e 03 (três) de Xiborema; Manacapuru com 05 (cinco) famílias; Itacoatiara com apenas 01 (uma) família. Porém, municípios mais distantes de Manaus também foram representados como é o caso de Atalaia do Norte e Parintins, ambos com 01 (uma) família. Já as famílias que se formaram em Manaus tiveram a menor representatividade com 03 (três) famílias apenas e, por fim o destaque para as famílias oriundas de outros Estados e Regiões do País com o Pará com 08 (oito) famílias, sendo 04 (quatro) de Santarém; 03 (três) de Óbidos e 01 (uma) de Itaituba, além de Piauí com 01 (uma) família do município de Campo Maio e Maranhão também com 01 (uma) família do município de Altamira.

Outro dado importante no processo de mobilidade dessas famílias se refere à mobilidade do trabalho, ou seja, as mudanças, ou não, de ofícios a partir da transferência para a cidade. As variáveis utilizadas na tabela 2, abaixo, dizem respeito à principal atividade econômica praticada antes dessa transferência.

<b>Tipos de trabalhos exercidos antes da mudança para a nova localidade</b>	<b>Total (%)</b>
Agricultura. Plantava hortaliças	60,0
Agricultura. Plantava mandioca, milho, outros	38,0
Pecuária. Criava gado	1,0
Outras atividades	1,0

Tabela 2.

Fonte: Dados de campo, 2008. Manaus – AM. Organizador: Amaral. F.L. 2009.

É possível perceber a partir dos dados acima que houve uma mudança significativa de atividade, mesmo que dentro do mesmo ramo, no caso a agricultura, na medida em que 38% dos produtores tiveram que reaprender a plantar e adaptar as novas técnicas de cultivo. Apesar de pouco representativas atividades como a pecuária e as demais (ex: Seu Lopes era fotógrafo antes de virar produtor de hortaliças), também revelam uma mudança significativa, que corroboram a capacidade de adaptação dessas famílias a partir da mobilidade de seu trabalho. Essa mobilidade reflete o que já fora indicado em parágrafos anteriores, ou seja, de modo geral houve, na constituição da Comunidade Agrícola Nova Esperança uma mobilidade do trabalho que resistiu às imposições do modo de produção capitalista ao não ser incorporada pelos setores industriais e comerciais típicos do meio urbano. Porém, a porcentagem expressiva de famílias que tiveram de realizar adaptações (novas técnicas de plantio e de manejo, por exemplo) em suas atividades faz com que deva ser destacada também a existência da mobilidade do trabalho que torna obrigatórias essas adaptações, de acordo com as demandas e necessidades inerentes ao novo espaço social construído.

A tabela 3 a seguir, contribui para a compreensão dos motivos que levaram à mobilidade das famílias do campo para a cidade e também dos motivos para a persistência na realização de atividades tipicamente rurais. Lembremos que uma das idéias norteadoras desse estudo aponta para possibilidade de alteração da esfera de circulação dos agentes de comercialização da produção de hortaliças devido, entre outros motivos, ao aumento da demanda de consumo dessas hortaliças posta pela expansão urbana, mesmo que não planejada, da cidade de Manaus. Além disso, pode-se perceber a racionalidade produtiva dessas famílias, conceito este que foi um dos pontos principais do estudo, na parte final do trabalho.

Motivos da transferência para a Comunidade Agrícola Nova Esperança	Total (%)
Facilidade na logística da produção e diminuição de custos	91,4
Possibilidade de melhorar a vida da família (saúde, educação, etc.)	8,4
Outros	0,2

Tabela 3.

Fonte: Dados de campo, 2008. Manaus – AM. Organizador: Amaral. F.L. 2009.

Os dois depoimentos abaixo ilustram ainda mais os dados da tabela 3:

... o interior tem mais dificuldade, apesar da terra mais fértil, mas tem mais dificuldade, tanto pra se vender, quanto pro transporte. Tudo isso aí se torna bem mais difícil pra gente. E aqui não, aqui você vende na hora, (...) toda hora tem gente passando aqui procurando por produto e às vezes a gente nem tem (Seu Lopes, 63 anos, produtor de hortaliças).

... lá em Altamira [MA] era negócio de arroz, a gente pagava renda. A vida lá não era muito boa não, lá eu não tinha nada, eu trabalhava pros outros, pra agüentar a minha família, trabalhava na diária (Sr. Francisco, 37 anos, produtor de hortaliças).

Os dados a seguir, que compõem a tabela 4, mostram a maneira como as famílias souberam da possibilidade de deixar o campo, ir para a cidade, mas continuar e aprimorar o trabalho na agricultura. Revela-se também, as características de adaptabilidade e comunicabilidade entre esses indivíduos, marcante nos modos de vida tipicamente rurais.

Formas de divulgação da existência da Comunidade Agrícola Nova Esperança entre as famílias de produtores.	Total (%)
Através de parentes e vizinhos, via telefones	52,3
Através de parentes e vizinhos que me visitavam	47,5
Outros	0,2

Tabela 4.

Fonte: Dados de campo, 2008. Manaus – AM. Organizador: Amaral. F.L. 2009.

Como é possível perceber, a vinda para a cidade não rompe os vínculos das famílias com o seu local de origem, pois o contato com parentes e vizinhos fica garantido pela força dos laços afetivos. Também ficam evidenciadas as estratégias adotadas para uma mobilidade o mais segura possível, quando em alguns casos antes da mudança definitiva, um parente é enviado à localidade para sondar e garantir que essa mudança possibilite a concretização dos objetivos. Novamente, os discursos dos informantes ratificam os argumentos:

... através de parente, né. Nosso cunhado veio aqui né, comprou um terreno, aí ele avisou a gente (Sr. Evanche, 29 anos, Produtor de hortaliças).

... daí eu vim pra cá, pra casa de um cunhado meu, ele disse que era bom pro cabra trabaiá, aí eu vim. Primeiro eu vim só né, depois a minha esposa veio, já tem uns doze anos (Sr. Francisco, 37 anos, produtor de hortaliças).

Outro indicador importante para compreender a mobilidade social das famílias está refletido no desejo de estabelecer laços afetivos com o novo lugar escolhido para viver. A tabela 5 mostra esse desejo ao apresentar os dados que traduzem o tempo de moradia das famílias na localidade e aponta também as preocupações em construir o novo espaço buscando manter as características originárias da vida rural, contudo, aproveitando as facilidades da vida na cidade. Como é possível perceber abaixo, a maioria dos sujeitos entrevistados mora na Comunidade Agrícola Nova Esperança a mais de uma década, tempo suficiente para estabelecer e consolidar os laços afetivos que compreendem o processo de construção do espaço e do lugar daquelas famílias.

<b>Tempo de moradia na Comunidade Agrícola Nova Esperança</b>	<b>Total (%)</b>
Mais de 15 anos	54,8
Entre 11 e 15 anos	34,0
Entre 5 e 10 anos	11,8

Tabela 5.

Fonte: Dados de campo, 2008. Manaus – AM. Organizador: Amaral. F.L. 2009.

Têm-se, então, um espaço constituído por uma maioria de (ex)produtores rurais que se deslocaram do campo para a cidade e começaram a ocupar, a partir de 1993, uma área específica da Zona Leste de Manaus que, por sua vez, já abrigava em seus diversos bairros a massa da população migrante tanto do interior do Estado, quanto de outras regiões do País. Esta área específica, apesar de não apresentar na época nenhum tipo de atividade, juridicamente

...ainda pertence à Empresa de Plantações S.A, de propriedade da família dos DAOU, que depois alguns anos e com o aumento do número de famílias e da atividade de produção de hortaliças, aí abriram mão dos direitos da terra, mas a Prefeitura não quer liberar para a gente poder legalizar a situação (Sr. Lopes, 63, produtor de hortaliças).

Como visto, a falta do título definitivo da terra é um dos maiores empecilhos para os produtores de hortaliças, principalmente em relação à inviabilidade de buscar financiamentos junto aos Bancos e a outras Agências de Fomento, o que impossibilita a aquisição de equipamentos e a introdução de novas tecnologias que elevem a qualidade da produção. Através da Associação Comunitária dos Produtores Rurais que existe desde 01 de outubro de 1993, várias tentativas de regularização dos terrenos já foram feitas, mas até agora ainda não tiveram êxito. De acordo com Seu Manoel Costa, o maior impasse está no fato das diferenças de tamanho entre as áreas produtivas que, para os órgãos da Administração Municipal, devem ter a metragem padronizada dos terrenos da área urbana, ou seja, mais ou menos 160 m<sup>2</sup>, o que tornaria inviável a produção das hortaliças.

...os terrenos são muito grandes e de tamanhos variados. Eles têm em média de 0,5 a 1 hectare, mas tem uns que são bem maiores, e eles querem que tudo tenha o mesmo tamanho, mas aí não dá prá produzir nada né (Sr. Manoel Costa, 64, produtor de hortaliças).

É importante salientar por agora é que essa área configura uma espécie de núcleo rural dentro da cidade, daí a possibilidade de classificá-la como uma grande “roça urbana” ou um espaço *rurbano* como o fez SILVA (1999) e também de entendê-la como o espaço da agricultura urbana como preconiza OLIVEIRA (2003). Vemos, então, lembrando o processo de formação da Comunidade Agrícola Nova Esperança, a existência de uma mobilidade que não se limitou apenas aos municípios circunvizinhos de Manaus, mas ocorreu tanto em outros municípios mais distantes quanto de outros estados do País. É importante ressaltar que essa iniciativa se tornou bem sucedida principalmente pela associação feita entre àquelas primeiras famílias em prol do fortalecimento da produção de hortaliças, uma vez que nem todos dominavam as técnicas desse cultivo, revelando aí uma característica bastante comum entre as pessoas de origem rural que é o processo de ajuda mútua, fundamental na consolidação do espaço e do lugar da vida das famílias da Comunidade Agrícola Nova Esperança.

### **1.3. O processo de construção do espaço e do lugar.**

Outro fator determinante para compreendermos o modo de vida das famílias que formaram a Comunidade Agrícola Nova Esperança diz respeito à construção do espaço e do lugar onde estas se estabeleceram e as que motivaram sua transferência para a cidade. Assim como o processo de mobilidade territorial e do trabalho, a caracterização do “espaço” e da “localidade” onde nosso estudo se realiza, também obedece à busca por entender as novas relações econômicas que alteraram a esfera da circulação dos agentes da comercialização das hortaliças. Para entendermos melhor esse processo, tomaremos como referencial os ensinamentos de Milton Santos (1985) que caracterizou o espaço como um todo constituído e analisado a partir de elementos que possuem funções determinadas que interagem e variam entre si e como o meio em que encontra-se inserido, tais elementos são: os homens, as firmas, as instituições, o meio ecológico e as infra-estruturas, (SANTOS, 1985).

Desse modo podemos dizer que no caso das famílias de produtores rurais que formaram a Comunidade Agrícola Nova Esperança o espaço físico por ela constituído se apresenta pela forma como os homens encontram-se divididos entre os produtores de hortaliças, que participam do processo produtivo como fornecedores do trabalho e as crianças e os idosos, que demandam uma quantidade determinada de trabalho que é regulamentado em parte pelas organizações locais (a Associação, as escolas, as igrejas, e os próprios produtores rurais que produzem bens, serviços e idéias) e pelas instituições que fiscalizam a atividade agrícola (IDAM, SEPROR, por exemplo). Com relação ao meio ecológico, temos que este corresponde à área total que abrange as roças, as residências e demais firmas como as escolas, igrejas, comércios, etc., e que somadas aos ramais que interligam a localidade entre si e esta ao meio externo (os consumidores), também materializam as infra-estruturas. Essa classificação do espaço da Comunidade Agrícola Nova Esperança obedece ao método que Santos (1985) indica como fundamental, uma vez que se deva considerar a especificidade do lugar que determina a valoração dos elementos constituintes daquele espaço.

E, em se tratando da valoração do espaço a partir das especificidades do lugar onde ele se realiza, esta se dá de acordo com uma combinação entre a época e as tecnologias disponíveis que se articularão com o capital e o trabalho. Assim sendo, “cada lugar é uma combinação de diferentes modos de produção particularmente ou modos de produção concretos (...) cada lugar é uma combinação de técnicas qualitativamente diferentes, individualmente dotadas de um tempo específico” (SANTOS, 1985, p. 12). O autor define, então, o espaço como sendo

... o *locus* da produção. A idéia de produção supõe a idéia de lugar. Sem produção não há espaço e vice-versa. Mas, o processo direto da produção é, mais que as outras instâncias produtivas (circulação, repartição, consumo), tributário de um pedaço determinado de território, adredemente organizado por uma fração da sociedade para o exercício de uma forma particular de produção (SANTOS, p. 61, 1985).

Compreende-se, então, a ação do que pode ser entendida como a nova geografia da cidade de Manaus que fora imposta na década de 60 pela expansão industrial estimulada pelo Governo Federal e concretizada pela implantação do Distrito Industrial na cidade de Manaus que, ao re-configurar sua estrutura territorial organizou, conseqüentemente, a sua nova espacialidade a partir das especificidades de cada lugar que a compõe. Essa organização reflete um conjunto de normas que regulamentam as variáveis de determinado número de agentes sociais (SANTOS, 1985). Esses fatores possibilitaram a mobilização de um grupo social determinado, no caso, as famílias de produtores rurais, do campo para a cidade, estabelecendo as características de um novo lugar em uma espacialidade específica em que se estabelecem as bases das novas relações econômicas que garantirão a alteração da esfera da circulação dos agentes da comercialização das hortaliças, uma vez que o espaço encontra-se em permanente evolução. Essa evolução do espaço esta intrinsecamente ligada à evolução estrutural ocorrida entre os elementos que o compõe. Com respeito à noção de estrutura espacial, esta é entendida como

... uma combinação localizada de uma estrutura demográfica específica, de uma estrutura de produção específica, de uma estrutura de renda específica, de uma estrutura de consumo específica, de uma estrutura de classes específica e de um arranjo específico de técnicas produtivas e organizativas utilizadas por aquelas estruturas e que definem as relações entre os recursos presentes (SANTOS, p. 17, 1985).

A partir de então se tem que, no caso da Comunidade Agrícola Nova Esperança, o espaço encontra-se determinado pelas características de sua localização territorial, por suas técnicas de produção de hortaliças, pela maneira como as famílias de produtores rurais organizam sua produção e distribuição, e como se relacionam com o mercado consumidor. Por conseguinte, todos esses fatores fazem parte de um sistema mais amplo, constituindo uma unidade de sistema que influencia e é influenciado por um sistema macro. Assim, o espaço da Comunidade Agrícola Nova Esperança contém e está contido no lugar onde se realiza. Para Santos (1985), este lugar

... constitui na verdade uma fração do espaço total, pois só esse espaço total é o objeto da totalidade das relações exercidas dentro de uma sociedade, em um dado momento. Cada lugar é objeto de apenas algumas dessas relações “atuais” de uma dada sociedade e, através de seus movimentos próprios, apenas participa de uma fração do movimento social total (SANTOS, p. 18, 1985).

Esse movimento social é que garante à Comunidade Agrícola Nova Esperança ser entendida como um espaço e um lugar, simultaneamente, ao possibilitar aos seus atores sociais liberdade e segurança, Tuan (1983), estando inserida em um território urbano, qual seja o bairro Valparaíso, que por sua vez compõe o conjunto de bairros que formam a Zona Leste da cidade de Manaus que, por sua vez, determina, a partir da nova geografia que já fora referida, os tipos de relações sociais, econômicas e políticas dos indivíduos que nela habitam. Não se pode deixar de destacar que a escolha do lugar onde se fixaram as famílias de produtores de hortaliças levou em consideração a capacidade daquele espaço em oferecer os meios necessários para garantir o retorno econômico do capital que fora investido, refletidos no tipo de terreno utilizado na plantação, as técnicas de plantio, e as facilidades no escoamento da produção que, devido à aproximação com o mercado consumidor e à nova localização (inserida no meio urbano), permite que essas famílias não dependam mais dos meios de transportes fluviais e sim dos terrestres. Esses fatores também ajudam a justificar porque as famílias optaram por se instalar naquele lugar e não em outro qualquer da cidade.

Dessa forma, a consolidação de um lugar com características rurais – pela sua atividade econômica, a produção de hortaliças - dentro de um espaço urbano – o bairro Valparaíso – é, ao mesmo tempo, consequência e reflexo da rigidez com que se consolidaram os capitais fixos na cidade de Manaus através de seu Pólo Industrial, fruto das novas exigências técnico-científicas da sociedade moderna. Consequência, por ser oriunda como já enfatizado anteriormente, da necessidade de abastecimento do consumo das hortaliças que compunham a dieta de parcela significativa da população envolvida no setor industrial e reflexo, na medida em que suas relações sociais, econômicas, políticas e culturais passam a seguir o mesmo ritmo daquelas praticadas na cidade. Esses fatores explicam, também, os processos de fluxo das mercadorias produzidas, no caso, as hortaliças, que aumentam em quantidade de acordo com o aumento da demanda do mercado consumidor, exigindo daquelas famílias de produtores, maiores investimentos técnicos e organizacionais que melhorem a sua produção.

É possível, dessa forma, apontar as roças, que neste trabalho convencionou-se chamar de “roças urbanas”, as residências, que na grande maioria das vezes encontra-se localizada fora dos espaços de produção, os bares, a loja de materiais e acessórios agrícolas, a sede da Associação, etc., como os espaços fixos da Comunidade Agrícola Nova Esperança. A idéia de espaço fixo é para Santos (*apud* FRAXE, 2004) a possibilidade imediata do trabalho,

Os fixos são os próprios instrumentos de trabalho e as forças produtivas em geral, incluindo a massa dos homens. Não é por outra razão que os diversos lugares, criados para exercitar o trabalho, não são idênticos e o rendimento por eles obtido está em relação com a adequação dos objetos ao processo imediato do trabalho (FRAXE, p. 250, 2004).

É esse espaço fixo que, ao gerar massas, dentro do campo da economia, traz consigo a possibilidade do surgimento de redes onde se realizam as relações sociais, políticas e culturais. Essas redes derivam dos espaços fluxos que interligam os diversos pontos fixos existentes. Esses fluxos se materializam nos espaços de circulação e distribuição das mercadorias e nas práticas de consumo dos indivíduos inseridos no espaço. Assim sendo, os espaços fluxos na Comunidade Agrícola Nova Esperança se dão, principalmente, pelo movimento realizado durante a comercialização das hortaliças (sua colheita, transporte, comercialização nos mercados e feiras, até seu consumo final), na reposição e aquisição de novos equipamentos, bem como nas necessidades das famílias de consumir as mercadorias externas à localidade, etc.

Os fluxos são o movimento, a circulação e assim eles nos dão, também, a explicação dos fenômenos da distribuição e do consumo (...). E a capacidade de mobilizar uma massa no espaço é dada exatamente pelo poder econômico, político ou social, poder que por isso é maior ou menor em cada grupo social e os homens em ação (FRAXE, p. 250, 2004).

Santos (1994), contudo, não deixa de frisar as dificuldades encontradas ao se utilizar as os conceitos de fixo e fluxo como categorias de análise. Para ele,

... a análise dos fluxos é às vezes difícil, pela ausência de dados. Mas o estudo dos fixos permite uma abordagem mais cômoda, através dos objetos localizados: agências de correio, sucursais bancárias, escolas, hospitais, fábricas ... Cada tipo de fixo surge com suas características, que são técnicas e organizacionais. E desse modo a cada tipo de fixo corresponde uma tipologia de fluxos (...). Fixos e fluxos interagem mutuamente (SANTOS, *apud* FRAXE, p, 250, 2004).

Essa relação metamórfica entre fixo e fluxo, nos remete à observação das relações que os indivíduos mantêm tanto com espaço quanto com o lugar a que pertencem. Aliás, essa noção de pertencimento traz à tona importância de buscar compreender o processo de identificação ocorrido entre as famílias de produtores rurais e formação da Comunidade Agrícola Nova Esperança. Para tanto, recorreremos aos ensinamentos de Yi-Fu Tuan (1983), porém, nesse primeiro momento, nos deteremos apenas a fazer uma breve distinção de como o autor compreende essa relação dos indivíduos com o palco onde se desenrola a vida cotidiana. Interessa recordar aqui, que o espaço é entendido como a possibilidade de liberdade, já o lugar significa segurança (TUAN, 1983). Assim, o espaço da Comunidade Agrícola Nova Esperança, traz, para as famílias de produtores a possibilidade de continuarem livres para praticarem a atividade econômica que passaram a dominar, ao mesmo tempo em que podem explorar e se relacionar com novos lugares, no caso, o meio urbano, com maior facilidade. Essa liberdade se torna possível, justamente porque essas famílias de produtores rurais têm com o lugar onde vivem um sentimento de segurança, haja vista que é nele que estão a casa (refúgio, sossego), a roça (garantia de subsistência), as Escolas (possibilidade de ascensão social), as Igrejas (realização espiritual), o Bar e o campinho (possibilidade de sociabilização e lazer), etc., para onde sempre retornam.

Quando deixamos o bairro Valparaíso e adentramos na Comunidade Agrícola Nova Esperança, a primeira impressão é a de que acabamos de chegar numa das centenas de “comunidades” existentes na vastidão amazônica. Finda o asfalto e começa o piso arenoso e sempre úmido, das ruas (ou ramais, como são mais freqüentemente chamadas pelos moradores), o ar fica mais leve, a brisa aumenta e a sensação térmica torna-se mais agradável. Os ruídos típicos do meio urbano como o barulho de automóveis e o vai-e-vem acelerado das pessoas num intenso frenesi, dão lugar ao “silêncio” da natureza, com a dança suave das folhas das árvores e o canto, mesmo que raro, de alguns pássaros, que só são rompidos, vez ou outra, pelo barulho das motocicletas que transportam a produção das hortaliças ou dos poucos carros que se aventuram a entrar no local, dado o risco de ficarem atolados na areia.



**Figura 3. Ramal do Paracanaxi, que dá acesso à Comunidade Agrícola Nova Esperança. Fonte: AMARAL, F.L., Trabalho de Campo/2009.**

Nos ramais encontram-se distribuídas, logo na entrada, algumas casas, mescladas entre alvenaria (que predomina), madeira (com assoalhos e paredes de tábuas e cobertura de telhas de alumínio) e mistas (madeira e alvenaria, cobertas com telhas de alumínio ou do tipo “brasilit”, que é o material mais usado). Existe também uma variação considerável no tamanho dessas habitações, que estão intrinsecamente relacionadas com a estrutura e a organização econômica de cada família, independente da quantidade de indivíduos que a compõem. Isso permite encontrar desde residências de alvenaria, com sala, cozinha, banheiro, quarto (algumas com 1, outras com 3 ou mais), forro (em PVC ou madeira), varanda, calçadas, e com pequenos quintais, encontrados geralmente à frente das casas, (vale ressaltar aqui que pouquíssimas casas são muradas, pois na maioria das vezes os limites dos terrenos são determinados por cercas de arame, madeira e placas de plástico (re) aproveitados dos resíduos de fábricas), até casebres de madeira, com no máximo dois cômodos (sala e quarto), banheiro externo (a *casinha*), e cozinhas que podem ser resumidas à apenas uma pia para lavar louças e roupas e preparar os alimentos (o *girau*), com quintais que muitas vezes se resumem ao espaço mínimo entre uma case e outra. Esses aspectos refletem o forte sentimento de “vida em comum” trazido dos lugares de origem pelas famílias que vieram do campo e que se contrapõem ao sentimento de propriedade privada difundido na cidade, ao mesmo tempo em que co-existe com ele, sendo mais um reflexo do *habitus* híbrido que ora se dá de forma estruturada, ora de forma estruturante (BOURDIEU, 1993).



Figura 4. Exemplo de casa de alvenaria. Fonte: AMARAL, F.L., Trabalho de Campo/2009.



Figura 5. Exemplo de casa de madeira. Fonte: AMARAL, F.L., Trabalho de Campo/2009.



**Figura 6. Exemplo de casa do tipo mista. Fonte: AMARAL, F.L., Trabalho de Campo/2009.**

Quando adentrei as casas de algumas das famílias que participaram do estudo, pude perceber, na disposição dos cômodos, móveis e demais utensílios encontrados em seu interior, que alguns costumes trazidos dos locais de origem ainda persistem, principalmente entre os mais velhos como fotos decorando as paredes, e objetos de decoração criados a partir do reaproveitamento de latas, pote e outras embalagens, que enfeitam os poucos móveis e a mesinha da TV.



Figura 7. Vista interior de uma casa . Fonte: AMARAL, F.L., Trabalho de Campo/2009.



Figura 8. Camas dispostas na sala. Fonte: AMARAL, F.L., Trabalho de Campo/2009.



Figura 9. Cozinha de alvenaria. Fonte: AMARAL, F.L., Trabalho de Campo/2009.

Observei, ainda, que os mais velhos continuam a preferir dormir em redes e que em camas. Aliás, algumas casas, as salas também servem de dormitórios, e podem-se encontrar, facilmente, cordas para atá-las, apesar de existirem camas. As cozinhas são geralmente constituídas de um armário que guarda alguns pratos e demais utensílios (geralmente colheres, já que o uso de talheres não é muito comum), e um pequeno fogão, onde são preparados os alimentos, basicamente frangos, carnes, peixes, enlatados, farinha, arroz, feijão. O depoimento abaixo ilustra o argumento.

... quando [estamos] em casa, a gente come do jeito que a gente quer, só de colher. Eu, quando vou [comer], quando dá vontade, principalmente um peixe ah, eu meto a mão, faço aqueles bolinhos. Como é que a mamãe falava? Ah, eu num sei, uns bolinhos lá. Mas aí tem os dias, por exemplo, vai num restaurante, aí já muda você num vai [chegar] lá e [meter] a mão (D. Rizonilda, 33, doméstica).

Outro costume comum que pude observar entre essas famílias, independente de *status*, é que as refeições diárias geralmente são feitas na parte externa da casa (que pode ser tanto numa varanda da cozinha, quanto em baixo de uma árvore). Quanto aos mais novos, crianças e jovens, por já estarem completamente adaptados ao ritmo de vida urbano, já não compartilham desses costumes com a mesma frequência. A grande maioria deles dorme em camas e alguns, inclusive, demonstraram não gostar de comer peixes, preferindo frangos e enlatados.



Figura 10. Local das refeições, na área externa. Fonte: AMARAL, F.L., Trabalho de Campo/2009.

Adentrando um pouco mais, encontram-se os primeiros comércios, o Bar 3 Irmãos, um dos principais locais de lazer (jogos eletrônicos e bilhar) das crianças e adolescentes, em seguida o Bar Vascão Drink's, o mais antigo e o principal ponto de referência local, que durante o dia funciona como comércio (taberna) e que ao entardecer, reúne jovens e adultos, a maioria homens, para jogar bilhar, beberem e conversar, ao som de músicas como o forró e o “sertanejo”, e o Comércio do Seu Francisco, que vende equipamentos e ferramentas para os produtores das hortaliças, além de produtos do varejo (ex: alimentos enlatados e produtos de limpeza). Os dois últimos estão localizados no entroncamento que divide a parte menor da localidade que concentra a maioria das casas, com quintais de tamanho mais ou padronizados

que, às vezes, cultivam algumas plantas ornamentais (papoulas, roseiras, etc.) e frutíferas (mangueiras, jambeiros, bananeiras, etc.), da parte maior, que concentra as plantações das hortaliças.



Figura 11. Bar 3 Irmão, local de lazer e comércio. Fonte: AMARAL, F.L., Trabalho de



Figura 12. Bar Vascão Drink's, local de lazer e local de concentração para reuniões. Fonte: AMARAL, F.L., Trabalho de Campo/2009.



Figura 13. Comércio do Seu Francisco, venda de estivas e varejo. Fonte: AMARAL, F.L., Trabalho de Campo/2009.



Figura 14. Entroncamento entre a maior concentração de casas (à esquerda) e a área de concentração dos plantios (à direita). Fonte: AMARAL, F.L., Trabalho de Campo/2009.

Seguindo à direita de quem entra rumo à maior concentração de áreas de cultivo, a primeira impressão diz respeito ao relevo, pois, apesar da maioria destas estarem na parte mais baixa, é possível encontrar algumas localizadas nas partes mais altas e mesmo em barrancos. Em meio a essas áreas de cultivo, é possível encontrar, também, algumas famílias que conjugam no mesmo terreno a casa e a horta (situada geralmente na lateral ou ao fundo do terreno), diferindo da maioria das famílias que possuem uma área de cultivo no local, mas residem em outro lugar, que pode ser tanto dentro da Comunidade Agrícola Nova Esperança, na parte de maior concentração de casas, quanto nos bairros adjacentes. No caso desses últimos, eles trabalham em suas hortas e retornam para casa ao final do dia, mas existem casos em o dono da plantação contrata o trabalho de terceiros e apenas gerencia a produção.

Em relação ao abastecimento de energia, inicialmente as famílias eram dependentes das redes clandestinas (os “gatos”), mais desde 2005 a Comunidade Agrícola Nova Esperança possui rede de distribuição de energia, proveniente do Programa Luz para Todos do Governo Federal. Junto com a energia elétrica foi feita a rede de distribuição de água, porém, o abastecimento ainda é precário já que a rede ainda não atende todas as famílias, principalmente as que estão instaladas nas partes mais elevadas da área e os moradores ainda dependem dos dois poços artesianos, construídos pela SEPROR, na mesma época da instalação das redes de energia e água. Essa ineficiência vem trazendo prejuízos tanto para as pessoas (doenças), quanto para a produção uma vez que o processo de irrigação das hortaliças é deficiente e inadequado, prejudicando a qualidade dos produtos. É interessante observar que dentre os motivos principais que incentivaram as famílias a escolher a Comunidade Agrícola Nova Esperança para morar estão, a facilidade de conseguir terrenos para morar e trabalhar e a vida tranqüila e pacata.

Esses fatores superam inclusive a existência de inúmeras adversidades como a falta de água, asfalto, esgoto, etc., mesmo assim, é possível afirmar que a mudança de localidade dessas famílias não determinou um rompimento com os laços afetivos as suas localidades de origem, uma vez que todos os atores sociais entrevistados demonstram que ainda preservam uma relação íntima com elas ao visitarem parentes e amigos com frequência e, em alguns casos, manterem residências nessas localidades, onde passam períodos de férias e finais de semana reforçando assim, a idéia de preservação do *habitus* original, mesmo após as adaptações feitas para a vida na cidade.

## CAPÍTULO 2

### 2. A COMPLEXIDADE DO DEBATE SOBRE A RELAÇÃO CAMPO E CIDADE.

No capítulo anterior foi feita a descrição e caracterização do *lócus* do estudo, a Comunidade Agrícola Nova Esperança, apresentando as singularidades do seu processo de consolidação enquanto espaço de produção e reprodução material e simbólica da vida a partir das articulações sociais, culturais e políticas possibilitadas pelo hibridismo cultural característico das sociedades modernas. A seguir, se inicia uma discussão à cerca de alguns conceitos que baseiam muitas das teorias que atualmente buscam dar conta de explicar e caracterizar esse tipo de fenômeno social que vem se reproduzindo no Brasil durante as últimas quatro décadas. Afinal, a existência de uma localidade com fortes características rurais, que produz hortaliças dentro do espaço urbano da cidade de Manaus pode ser considerada, a partir dessa vertente teórica, como um exemplo das novas expressões da ruralidade brasileira ou trata-se da consolidação da agricultura urbana, já praticada em muitos países e que se apresenta como consequência das demandas impostas pela sociedade moderna? Essa é a pergunta que fundamenta a seqüência do presente estudo.

Antes, porém, de adentrarmos nas discussões desses conceitos, é importante fazer uma breve digressão a respeito de algumas interpretações das ciências sociais inerentes à complexidade das relações entre campo e cidade e como estas vêm norteando as pesquisas no Brasil, ressaltando que a Geografia e a Economia estão entre as que mais têm produzido teorias sobre a relação entre o rural e o urbano. As ciências sociais, em seu período clássico, nos séculos XIX e XX, sempre trataram as relações entre campo e cidade como duas realidades sociais distintas que travavam uma espécie de disputa desigual onde de um lado, tínhamos o campo, atrasado tecnológica e economicamente, fadado a ceder lugar ao outro lado, à cidade, legítima representante do progresso capitalista. Nesse sentido o conceito de rural limitava um determinado espaço geográfico a partir de características como a atividade agropastoril, a baixa tecnologia e o modo de vida simples de sua população, o que representava o velho, o atraso em relação ao “progresso” representado pelas cidades “ditas” urbanas, com intensa atividade econômica e alta tecnologia representada pelas indústrias e pelos serviços, e pelas relações sociais complexas das pessoas que a habitavam, enfim, o novo.

Nesse ínterim, a relação entre rural e urbano assume determinadas características que revelam uma disputa entre forças sociais que se tencionam ao defenderem seus interesses particulares mesmo que em determinados momentos essa disputa apresente contornos de desigualdade entre tais forças. No entanto, essa disputa nem sempre significou apenas a contradição entre opostos, pois poderia haver, em algumas ocasiões, a possibilidade de uma co-existência pacífica entre estes, mesmo que ainda haja a disputa pelos interesses particulares de cada um. Para o caso estudado, o segundo exemplo é mais relevante, dadas as características do *lócus* onde se realizou a pesquisa, pois temos a constituição de um espaço rural dentro do espaço urbano que mantêm uma relação de cooperação entre si onde atuam os distintos sujeitos sociais que compõem cada grupo.

A tônica de algumas literaturas clássicas que versam sobre a análise da relação campo-cidade apresenta como vetor principal o estudo individualizado destes fenômenos – como no caso da sociologia rural – o que dificultou sobremaneira uma compreensão mais ampla das contradições que envolvem a relação entre o rural e o urbano. Nesse período, diversas correntes teóricas das ciências sociais e, da sociologia em especial, buscaram apontar uma definição que pudesse dar conta das contradições inerentes a essa relação e, mesmo com suas particularidades, acabavam tendo como base a idéia de que essa relação se daria sempre a partir da subordinação do campo pela cidade, condição inevitável resultante do processo de expansão do modo de produção capitalista que, em sua lógica, se apropriaria também, do espaço rural. É a partir de então, que a sociologia rural começa a se posicionar em busca de apontar o instrumental teórico que pudesse dar conta da superação da idéia de que o campo significava atraso, atrapalhando o desenvolvimento capitalista. Para MARTINS (1986), por exemplo, uma das condições para que o campo fosse visto como um empecilho para a expansão do modo de produção capitalista advinha, principalmente, do fato de que, ao contrário do fora previsto no período clássico, essa expansão não se deu de forma linear e homogênea, e muitos países experimentaram o que se convencionou chamar de “capitalismo tardio”.

Tal visão clássica ainda ocupa lugar relevante em muitos estudos que abordam a relação entre rural e urbano, ou campo e cidade, de forma que quase sempre a definição predominante é aquela que coloca o rural como o velho, o superado e o urbano como o novo, o progresso inevitável. Mesmo assim, a partir de meados do século XX a idéia de que o rural sucumbiria em seu atraso e daria lugar ao urbano começa a ser substituída pela idéia de urbanização e modernização do campo ao invés de substituí-lo. Começam, então, os investimentos em maquinarias, infra-estrutura, transporte e comunicação, bem como as preocupações com a sustentabilidade do meio ambiente. O campo passa a ter uma funcionalidade em relação à cidade, ou seja, a dinâmica urbana passa a considerar e, de certa forma, depender do desempenho da produção rural, contrapondo a idéia de substituição e ressaltando a possibilidade de co-existência entre estes. Desse fato decorre a teoria que considera a existência de um *continuum rural-urbano* (QUEIROZ, 1979) que intensifica a interação entre esses extremos em diferentes graus, porém, generalizando e camuflando as contradições inerentes a essa relação.

No caso da Comunidade Agrícola Nova Esperança, podemos perceber, *a priori*, a existência deste *continuum rural-urbano* apontado por (QUEIROZ, 1979) ao observar a não existência, por exemplo, de conflitos em relação à posse da terra, mesmo que a área do bairro onde está situada a Comunidade Agrícola Nova Esperança, tenha sido constituída a partir de ocupações irregulares. Contudo, isso não significa que não possa haver tensões, por exemplo, entre os produtores de hortaliças e os órgãos públicos que regulamentam a atividade agrícola no Estado, expressando-se, desse modo, as disputas de interesses de cada lado envolvido nesse processo. E é justamente a existência desses conflitos que justificou a idéia do desenvolvimento desigual do capitalismo expresso em períodos determinados de tempo, como indicou (LEFEBVRE, 1971), ao destacar os conflitos históricos entre as sociedades, a complexidade da divisão do trabalho nas sociedades industriais e a possibilidade de recriação das relações de produção, que também acontecera com os produtores do caso estudado.

## 2.1. A atualidade do debate sobre a relação entre campo e cidade.

No Brasil, uma das teorias que buscou caracterizar a relação rural/urbano defende a idéia de uma “nova ruralidade”, onde se destacou o economista José Graziano da Silva (1999) que, em seus estudos seguiu, respeitando as devidas proporções, a idéia de modernização do campo realizada pelos países desenvolvidos, a partir do conceito de *continuum*, expressado por QUEIROZ (1979) anteriormente. Como se sabe, se entre estes países tal modernização proporcionou um avanço considerado em relação às possibilidades de elevar a qualidade de vida através de uma melhor organização das atividades rurais quer fossem agrícolas ou não-agrícolas, através de associações e sindicatos com forte representação política, no Brasil essa modernização tomou a forma de investimentos concentrados no agronegócio, na manutenção de latifúndios e em fracas ou quase inexistentes políticas de Reforma Agrária, resultando na continuidade da concentração das riquezas.

Para o referido autor, portanto, no Brasil, país que configura entre aqueles de desenvolvimento capitalista tardio, a relação entre o rural e o urbano ganhou contornos mais complexos devido a tecnificação do campo e a transformação do camponês tradicional no *part-time farmer*, ou seja, no prestador de serviços que concilia atividades agrícolas e não-agrícolas usufruindo ao mesmo tempo de trabalhos assalariados e autônomos, aliado, entre outros fatores, a um planejamento imediatista das ações do Estado que sempre tratou essas questões sempre apenas pelo seu viés econômico, deixando aspectos sociais e culturais em segundo plano. Mesmo quando o tema fora abordado pelas demais ciências sociais a tônica da maioria dos trabalhos parecia ser sempre a mesma, ou seja, ressaltar a importância da industrialização para consolidar o crescimento do País.

Segundo a tese defendida por SILVA (1999), o resultado dessas ações é que na corrida para alcançar os patamares de desenvolvimento dos Países do primeiro mundo várias etapas do planejamento não foram colocadas em práticas, como por exemplo, o plano de Reforma Agrária, fazendo com que os avanços tecnológicos para o campo ficassem concentrados apenas com as empresas do chamado *agrobusiness* e os pequenos produtores permanecessem desassistidos em suas necessidades e explorados pela própria agroindústria. Essas mudanças na relação entre o rural e o urbano deram origem ao que (SILVA, 1999) chamou de *novo rural* e passaram a chamar atenção para um *novo paradigma*, caracterizado, entre outras coisas, não apenas pela mobilidade no sentido campo-cidade, que continuou a existir, mas

pela fixação dos camponeses no próprio campo e pelo movimento citadino rumo a esse campo que, para o autor, possibilitou que as famílias que moram no meio rural passassem a desenvolver a pluriatividade resultante das novas demandas do mercado de trabalho, principalmente através do comércio, do turismo de natureza, do artesanato, o lazer, etc. (SILVA, 1999).

Mas, como seria possível perceber o “novo rural” ou a “nova ruralidade”? SILVA (1999) explica que, enquanto conceito, a percepção da nova ruralidade, refere-se primordialmente às alterações sofridas pelo mundo rural a partir da expansão do modo de produção capitalista, mas que não corresponderam exatamente ao que vinha sendo projetado nos escritos das ciências sociais clássicas, ou seja, a substituição do campo pela cidade. Observou que tal substituição não seria possível e que o campo, mesmo ainda sendo considerado o lugar do não-progresso, demonstrou ter papel vital para a sobrevivência do próprio modo de produção capitalista, combinando atividades agrícolas com atividades não-agrícolas, o que permitiu uma associação com outras atividades típicas das áreas urbanas de forma a propiciar novas demandas de trabalho (SILVA, 1999).

A partir dessa conceituação, o autor destacou quatro “grandes subconjuntos” que caracterizam a nova ruralidade tanto em países desenvolvidos quanto naqueles de “desenvolvimento capitalista tardio”, como é o caso dos países latino-americanos e, portanto, do Brasil. No primeiro subconjunto, tem-se a agricultura moderna que tem como base econômica os *commodities* e pode ser representada pelo *agrobusiness*; no segundo subconjunto, encontram-se aquelas atividades que foram excluídas pelo próprio processo de modernização da agricultura e que corresponde às atividades de “subsistência” como a criação de pequenos animais e a agricultura rudimentar, que também tem a função de fixar os camponeses nas zonas rurais; no terceiro subconjunto, temos o crescimento das atividades não-agrícolas como o lazer (ex: o turismo de natureza), a prestação de serviços e a introdução de algumas atividades industriais; e, por fim, temos o subconjunto que compreende à “novas” atividades agropecuárias destinadas para “nichos específicos” (SILVA, 1999).

Observa-se então que, para o autor supracitado, mesmo que as zonas rurais brasileiras passassem a apresentar características multifuncionais, com variadas atividades agrícolas e não-agrícolas, apenas as atividades agrícolas de grande porte receberam investimentos e incentivos, tornando os pequenos lavradores, artesão, pescadores, etc., fadados a sobreviver apenas de seu “auto-sustento”. Mesmo quando as atividades de prestação de serviços como o turismo de natureza passam a ganhar incentivos e investimentos mantêm-se a idéia de concentração, haja vista que esse ramo de negócios parte na grande maioria das vezes de empreendedores das cidades. Todos esses fatores revelaram a proximidade entre campo e cidade ou zona rural e zona urbana que contrapõe, de certa maneira, a cisão entre estes espaços que fora propiciada, conforme aponta SILVA (1999), pelos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios –PNAD, que baseiam as ações do IBGE, pois

...a diferença entre o rural e o urbano é cada vez menos importante. Pode-se dizer que o rural hoje só pode ser entendido como um *continuum* do urbano, do ponto de vista espacial; e do ponto de vista da organização da atividade econômica, as cidades não podem mais ser identificadas apenas com a atividade industrial, nem os campos com a agricultura e a pecuária (SILVA, p. 1, 1999).

Entendemos assim, que de acordo com as idéias trabalhadas por SILVA (1999), o modo de produção capitalista, ao “modernizar”/“tecnificar” o campo, permitiu que: a) os latifundiários, incentivados pelo Estado e associados aos grandes investidores nacionais e internacionais, consolidassem o agronegócio como o setor responsável pelas relações de comercialização no âmbito macroeconômico; b) os pequenos produtores ditos tradicionais, tivessem acesso a certas tecnologias que possibilitassem reorganizar as relações na esfera de circulação das mercadorias no âmbito da microeconomia, limitando-se apenas a determinados setores do abastecimento no País. Em parte, o autor tem razão, pois esse era o caminho natural a ser seguido que resultou do modelo de planejamento adotado pelas políticas de Estado, porém, à discordâncias sobre a idéia do desaparecimento da figura do camponês e do campesinato, por conseguinte.

No bojo das discussões que levam em conta, de maneira supervalorizada, os dados estatísticos dos órgãos oficiais e os métodos utilizados para caracterizar o território nacional e a delimitação entre o que é rural e o que é urbano, que surgem algumas das contribuições do economista José Eli da Veiga (2003), na tentativa de sistematizar uma visão crítica sobre como essas questões vêm sendo tratadas não apenas pela Geografia, mas pelas demais ciências sociais, uma vez que quase todos os trabalhos referentes a esse tema acabam recorrendo freqüentemente aos dados oficiais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Isso porque, as metodologias até então utilizadas nas coletas censitárias revelam, de acordo com VEIGA (2003), uma preocupação exacerbada em tornar o território nacional essencialmente urbano, industrializado, “moderno”, novamente associando as características rurais com sinônimos de atraso, fato que já evidenciamos anteriormente. O resultado disso é traduzido, segundo o autor, numa urbanização forçada que classifica como cidade qualquer aglomerado humano com mais de 10 mil habitantes (VEIGA, 2003), prejudicando sobremaneira as possibilidades de equilíbrio na distribuição não de riquezas, mas de possibilidades menos desiguais de produzi-las, fazendo com que o autor determinasse a existência de “cidades imaginárias” onde as características rurais seriam mais evidentes do que realmente aparecem nas estatísticas dos órgãos oficiais. Daí a sugestão do autor de que “o Brasil é mais rural do que se imagina”.

Quando se tenta analisar as características dessas “novas ruralidades” a partir das peculiaridades da Amazônia, região que apresenta uma amplitude significativa em relação as características rurais, percebe-se que outras expressões de trabalho se juntam àquelas já citadas âmbito das multifuncionalidade. Entram em evidência a pesca, a caça, o extrativismo vegetal e a mineração que na grande maioria das vezes se combinam entre si das mais variadas formas. Nesse sentido, a idéia de uma urbanização “forçada” vem à tona novamente, pois temos de um lado os dados censitários da Pesquisa Nacional Por Amostra de Domicílios – PNAD/IBGE, que indicam considerável crescimento da população urbana na Região Norte, no Amazonas e em cidades como Manaus, mesmo que as características sociais, econômicas e culturais dessas ditas “cidades” revelem o contrário, com a exceção da capital amazonense que mesmo com o *status* de “metrópole” ainda apresenta uma população rural de significativa relevância, que cresceu 7,36% entre 1991 e 2000, segundo o Atlas de Desenvolvimento Humano em Manaus (2006).

No estado do Amazonas, por exemplo, mesmo que o crescimento urbano tenha sido maior que o crescimento rural, a maioria das localidades dos municípios do interior são classificadas como cidades, segundo os dados censitários de 2000, o que contraria àquelas características sociais, econômicas e culturais já citadas anteriormente que evidenciam um modo de vida bastante diferente do modo de vida urbano. Nem por isso, essas diferenças representam uma inviabilidade de convivência já que é muito comum encontrarmos famílias que moram um período na zona urbana e outro na zona rural. É o caso, por exemplo, da relação entre a capital Manaus e alguns municípios circunvizinhos como Iranduba, Manacapuru, Itacoatiara, entre outros.

Apesar de esses municípios possuírem uma sede dita “urbana”, estas geralmente são de pequeno ou médio porte e têm a agricultura, a pesca, o extrativismo vegetal, o artesanato e o turismo como as principais atividades econômicas. Porém, praticamente toda sua produção vem das comunidades que compõe o interior desses municípios, ou seja, das suas zonas rurais, evidenciando a estreita relação entre o rural e o urbano. Geralmente, essa relação mostra alto grau de dependência da zona rural pela zona urbana, principalmente em relação ao escoamento de sua produção. Essas evidências contribuem sobremaneira para trazer à tona as discussões sobre a atual eficácia das definições de espaço rural e espaço urbano que sobrepõem questões geofísicas e políticas em detrimento de questões sociais e culturais.

Segundo VEIGA (2003) é equivocado imaginar que “o mundo rural possa ser reduzido à sua dimensão agropastoril” (p. 88) e por isso contesta a forma como o órgão oficial, no caso o IBGE, classifica os municípios do território nacional, originando o que ele chamou de “cidades imaginárias”. Para ele, as características rurais não podem ser entendidas como atraso social e econômico, mas, ao contrário, um redimensionamento dessa classificação propiciaria a criação e execução de políticas públicas mais eficientes no que tange a realização de uma reforma mais agrária e menos agrícola (VEIGA, 2003). Essa idéia reflete principalmente as ações das políticas governamentais realizadas pelo Estado que em nome de uma promessa de Reforma Agrária concentrou essas ações apenas em investimentos nos agronegócios e insuficientes estratégias de assentamentos de produtores rurais, mantendo uma estratégia que privilegia a concentração desigual das riquezas.

O que foi comentado aqui até agora, revelou que as análises realizadas sobre a relação entre rural e urbano e a possibilidade de uma “nova ruralidade” de uma maneira ou de outra trataram, e vem tratando, o assunto dando a entender que tanto numa visão clássica, quanto numa visão moderna essa relação se movimenta sempre no sentido do urbano para o rural, da cidade para o campo, onde o primeiro condiciona o segundo, dentro de uma visão economicista. Mesmo quando se trata das concepções da possível existência de uma “nova ruralidade” que, de certa maneira, estreitou sobremaneira tal relação, vê-se que de um lado o mundo rural se diversifica em atividades econômicas, do outro o mundo urbano se infiltra também de inúmeras maneiras, contribuindo para acelerar as mudanças no espaço rural, mesclando-se. Sabendo que dificilmente este estudo contenha algo de inédito, o que justifica nossa empreitada é justamente o fato de se tratar de um movimento contrário àquele citado anteriormente. Mas, que movimento é esse, então?

Trata-se, de um movimento do rural em direção ao urbano. Mas não apenas nos moldes do já conhecido êxodo rural, onde famílias interioranas deixam seu lugar, seus costumes, seu trabalho e partem em direção às cidades, pequenas ou metrópoles e passam a adotar outros lugares, outros costumes, outras identidades, e a desempenhar variados tipos de atividades econômicas, deixando para trás parte significativa de suas vidas. Ao contrário, foi um movimento específico de um grupo de famílias que deixaram sim, os lugares onde viviam rumo a outro, com maiores possibilidades de obter qualidade de vida através do trabalho, mas não o trabalho comum da cidade e sim uma oportunidade singular de reproduzir, noutro lugar, o meio urbano, parte significativa de seu *habitus* rural, mesclando-o com as alterações promovidas pelo *habitus* urbano. Esse é o caso das famílias que deixaram algumas localidades do interior do Amazonas e se agruparam na Zona Leste de Manaus onde deram origem à Comunidade Agrícola Nova Esperança, uma espécie de “roça urbana” que produz diversos tipos de hortaliças que abastecem boa parte do mercado local, diferenciando-se, portanto, da ideia de “novas ruralidades” e aproximando-se mais do conceito de Agricultura Urbana.

A afirmação acima ajuda a entender um pouco da complexidade inerente ao *lócus* do estudo aqui empreendido, pois o fato de exercerem uma atividade tipicamente agrícola não permite, por si só, definir tal localidade como um “espaço rural”. Ao mesmo tempo, também não seria totalmente correto afirmar que se trata de um “espaço urbano” já que nele não se encontram a maioria dos equipamentos sociais (escolas, hospitais, saneamento básico, etc.) necessário para tal classificação. Resta-nos, então, entendê-lo a partir de seu hibridismo e buscar identificar de que forma se tornou possível transformar tal espaço em lugar propício para se viver. Como vimos em relação ao conceito de “nova ruralidade”, é possível dizer que este não se encaixa à forma como se desenvolveu o processo de formação da Comunidade Agrícola Nova Esperança, apesar deste também estar associado ao processo de expansão territorial e econômica da região amazônica, do estado do Amazonas e da cidade de Manaus.

Quando se observa à expansão territorial da cidade de Manaus, percebe-se que tal processo obedeceu, de certo modo, à formação comum das cidades modernas. Isso quer dizer que se trata de uma unidade geográfica, ecológica e econômica onde indivíduos compartilham de conveniências sociais e dispositivos administrativos sob um estatuto que regula suas relações de forma a mantê-las equilibradas. É geográfica porque ocupa um espaço determinado da superfície terrestre, é ecológica porque possui forças que operam de forma a ordenar a relação entre sua população e suas instituições e equipamentos, e é econômica porque funciona administrativamente a partir de uma divisão do trabalho. Esse fenômeno é mais bem observado não em termos da divisão da cidade em zonas geográficas, mas pela aglutinação de sua população. Temos, então, que essa distribuição direcionou para as zonas Norte e Leste (as que têm o maior território e a maior densidade demográfica, juntas) a maioria da população de menor poder econômico e que ocupam os ofícios de baixa remuneração e pouca escolaridade, e que têm relativa proximidade com Distrito Industrial e com as maiores áreas verdes da cidade.

Se por um lado os dados do Atlas do Desenvolvimento Humano em Manaus (2006) indicam que os produtores de hortaliças da Comunidade Agrícola Nova Esperança são moradores da zona urbana da cidade de Manaus, haja vista que esta se encontra situada entre os bairros Valparaíso, Colônia Chico Mendes, Cidade Alta e João Paulo II, que formam parte do complexo Jorge Teixeira, fazendo fundos com a Reserva Biológica Adolpho Duke, por outro é impossível desconsiderar o fato deste grupo social determinado apresentar uma dinâmica social própria que merece atenção por ter se configurado fora dos padrões de

mobilidade social, geralmente observados no percurso campo/cidade, além de evidenciar a necessidade de novas articulações por parte dos órgãos públicos na promoção de políticas públicas adequadas a essa nova demanda social. Nosso estudo difere, portanto, daqueles tantos outros que trabalharam como o conceito de “novas ruralidades” a fim de dar conta de certas demandas de cunho mais macro-econômico, contudo, acreditamos que mantivemos o propósito de evidenciar a importância que deve ser dada ao fenômeno social que revela o hibridismo entre rural e urbano, que vem tomando grandes proporções em todo o território nacional, principalmente nas duas últimas décadas do século XX.

Ainda a partir do texto de Veiga (2003), que versa sobre a forma como os países desenvolvidos estabeleceram uma relação econômica e social harmônica entre o espaço rural e o espaço urbano ficam evidentes respeitadas as devidas diferenças, que a relação híbrida entre esses dois espaços é uma realidade, mas, a maneira como tal hibridismo responderá às expectativas dos indivíduos em relação à qualidade de vida almejada, no caso em questão, vai depender em grande parte da capacidade destes mesmos indivíduos de articularem as estratégias necessárias ao reconhecimento da importância dessa atividade, qual seja a produção de hortaliças, para a economia municipal e estadual, e consolidará o modo de vida das famílias de produtores de hortaliças da Comunidade Agrícola Nova Esperança.

Outra opinião a ser considerada no debate que vem sendo travado sobre as alterações na relação entre cidade e campo é aquela proposta pelo geógrafo Ariovaldo Umbelino de Oliveira (2003), quando faz a crítica das abordagens realizadas por SILVA (1999) e VEIGA (2003). Segundo OLIVEIRA (2003), ambos os autores, ao elaborarem suas análises sobre a relação entre a cidade e o campo, cometeram alguns equívocos que, ao serem reproduzidos por outros pesquisadores vêm causando certas distorções na forma de entendimento dessa relação, fazendo com que sua complexidade seja resumida à apenas uma simples defesa de pontos de vista particulares e, de certo modo, “desconectados da realidade”. Como já indicamos anteriormente, a relação entre o rural e o urbano, segundo as teorias consultadas, sempre foi marcada por disputas de forças sociais que buscam defender seus interesses particulares e que por vezes desencadearam desequilíbrio entre essas forças, gerando conflitos que, no caso brasileiro, por exemplo, foram e ainda são a tônica da história. Nesse sentido, OLIVEIRA (2003) nos indica os principais motivos pelos quais muitos autores se enveredaram na busca por compreender a realidade do País tendo como ponto de partida as “barbáries” que marcam as ações do agronegócio, via violência de jagunços, e as ações dos

movimentos populares de resistência que, também reagem violentamente quando são ameaçados. Porém, a tônica das análises de SILVA (1999) e VEIGA (2003) aponta para dois conceitos distintos os quais OLIVEIRA (2003) critica, apontando seus limites e suas falhas.

Em relação ao trabalho de José Graziano da Silva, OLIVEIRA (2003) indica que este “acredita que o campo praticamente acabou e que a agricultura é atividade de ‘tempo parcial’ (*part-time farmer*)” (p. 43) sendo um *continuum* da cidade e que refletiriam nas “fábricas verdes”, resultantes das “relações sociais de produção e de trabalho capitalista, quer dizer assalariadas, dominassem tudo e todos” (p. 44). Mas, essa idéia somente, não explica as alterações sofridas no campo, provocadas pela modernidade, além de que as “fábricas verdes” não conseguiram suplantam a resistência camponesa. Apesar de destacar a importância que SILVA (1999) dá à modernização no mundo urbano e à industrialização do campo, OLIVEIRA (2003) destaca que o campo continua sendo campo e cada vez mais busca consolidar sua importância na relação conflituosa e contraditória estabelecida com a cidade. E podemos acrescentar, ainda, o fato de que além de continuar sendo campo, a própria dinâmica da industrialização que modernizou o campo também permitiu a este a possibilidade de desenvolver, no âmbito da cidade, atividades rurais que cumprem o papel de suprir as demandas de consumo de determinados produtos, principalmente alimentícios ao mesmo tempo em possibilitam aos seus produtores, acesso mais facilitado a uma gama de bens de consumo típica da cidade.

Aqui, podemos evidenciar certa semelhança com o que acontece no caso que fora investigado nesse trabalho, pois como já evidenciamos ao mesmo tempo em que os produtores de hortaliças romperam com a esfera da circulação dos agentes de comercialização, ao reestruturarem as relações entre estes entes agentes, também conseguiram acesso a muitos recursos e possibilidades de consumo que não teriam, ou teriam com maiores dificuldades, se continuassem no campo. Nesse sentido, entendemos que ao modernizar/tecnificar o campo, o modo de produção capitalista permitiu que: a) os latifundiários e empresários consolidassem o agronegócio como o responsável pelas relações macroeconômicas, além de estabelecer a hegemonia do poder político nas tomadas de decisões de setor; b) os pequenos produtores, ao lutarem das mais diversas formas pela sua sobrevivência, alcançassem determinadas conquistas, principalmente ao reestruturarem e reorganizarem as relações econômicas com seus mercados consumidores, adquirindo, nesses

casos, certo grau de autonomia em relação à produção, mesmo que limitados a determinados setores do abastecimento, ou seja, à microeconomia.

É por isso que OLIVEIRA (2003) critica o posicionamento adotado por José Graziano da Silva (1999), uma vez que seu trabalho acaba por se concentrar em apenas uma das vertentes que envolvem a complexidade da relação entre campo e cidade, pautada apenas em dados estatísticos que acabam por não permitirem a apreensão da realidade, correndo o risco de se permanecer na superficialidade das análises. Essa preocupação de OLIVEIRA (2003) se intensifica ainda mais quando analisa as contribuições de José Eli da Veiga (2003), que também recorreu às bases estatísticas para elaborar seu conceito, mas que, na contramão do trabalho de SILVA (1999), tenta apontar que as cidades brasileiras apresentam características muito mais rurais do que são consideradas pelos órgãos oficiais do País, uma vez que de acordo com sua análise, a maioria dos municípios brasileiros tem nas atividades rurais o vértice de suas economias sendo, portanto, espaços eminentemente rurais. Além disso, OLIVEIRA (2003) critica a forte inclinação política presente no trabalho de VEIGA (2003) e “a ausência de pesquisa na literatura acadêmica sobre o tema” (p. 51) estabelecendo “uma relação puramente idealizada” (p. 53) com o tema abordado.

Na síntese dessas críticas, OLIVEIRA (2003) argumenta principalmente sobre a insistência dos autores em ainda entenderem o rural e o urbano a partir de uma segregação considerada, atualmente e por grande parte dos pesquisadores, como inadequada para análises que busquem compreender a realidade brasileira em sua complexidade. Assim, expõe algumas questões que são importantes para alimentar o debate a respeito da complexa interação estabelecida entre rural e urbano a partir da concepção do que o próprio autor entende como “novas” expressões da racionalidade. A questão central, então, deixa de ser a busca por uma definição do que seja campo e do que seja cidade e passa a ser uma busca pela identificação dos momentos em que estes se revelam no interior da realidade em que se encontram inseridos a partir de uma concepção “nova” de divisão sócio-espacial, determinada, agora, pela relação entre centro e periferia. Nesse sentido,

A análise do mundo moderno impõe a todos o conhecimento do espaço enquanto noção e enquanto realidade, pois cria hoje as condições através das quais a reprodução da sociedade se realiza. (...) Na realidade, cidade e campo sinalizam o modo como se realiza a inserção do Brasil no quadro da economia mundial, na divisão socioespacial do trabalho, revelando a racionalidade imposta pela globalização do capital, reproduzindo na escala internacional a hierarquização de espaços dominados/dominantes. (...) Assim, a questão que reveste importância, na realidade, é qual o conteúdo do processo de reprodução continuada da cidade e do campo – nos planos econômicos, políticos e sociais (OLIVEIRA, 2003, p. 60).

As reflexões que até aqui engendradas sinalizam o quão complexo e ainda contraditório o debate envolvendo as relações entre rural e urbano, ou campo e cidade, ressaltando a importância das pesquisas que visem compreender, principalmente, as distinções existentes entre as regiões do País, quando o objeto de estudo objetivar análises internas, e as distinções entre países ou continentes, quando da análise em âmbito mais global. Essa idéia nos remete como já fora explicitado durante nossa exposição, à observação das peculiaridades inerentes ao objeto dessa pesquisa, quais sejam o hibridismo percebido entre o *habitus* rural e o *habitus* urbano percebido a partir da produção de hortaliças na periferia da cidade de Manaus. Isso porque até agora o debate envolvendo rural/urbano, campo/cidade esteve focado em aspectos que podemos considerar como gerais ou, sendo mais específicos, aspectos concentrados na realidade do centro-sul do País, o que deixa de fora do debate as peculiaridades da região amazônica.

As políticas públicas para o desenvolvimento da agricultura no Brasil sempre adotaram o modelo de industrialização e tecnificação do campo com vistas à produção em grande escala e voltado para as importações dos produtos, possibilitando o crescimento econômico do País. Contudo, Na parte da Amazônia que corresponde à Região Norte, tais medidas não conseguiram obter os resultados esperados pelos órgãos governamentais competentes, fazendo com que apenas alguns setores específicos conseguissem se adaptar ao modelo nacional, como é o caso do Sul do Estado do Amazonas, que mesmo tendo modernizado em parte, a sua forma de produção ao adotar a monocultura, tem resultados pouco expressivos em relação ao percentual produzido pelas demais regiões, principalmente a Região Centro-Oeste e a Região Sudeste e tal fato reflete a pouca preocupação com as questões culturais e sociais das populações daquela parte da Amazônia onde a produção e a economia têm fortes enlacs familiares.

Surge então o seguinte questionamento: se as características da produção agrícola no Estado do Amazonas indicam que o modo rural de produção familiar apresenta-se como o modelo mais adequado economicamente para suprir o abastecimento interno de gêneros alimentícios, porque alguns desses produtores encontraram no meio urbano as condições ideais para sua reprodução social, cultural e econômica? *A priori* vimos que a motivação para produzir hortaliças na cidade partiu do estágio de racionalidade alcançado por alguns, e apenas alguns, produtores rurais que perceberam as novas demandas colocadas pelo mercado e pela possibilidade de romper com a esfera de circulação dos agentes de comercialização, resultando na maior autonomia e competitividade da produção. É essa racionalização que torna ainda mais complexa a relação campo/cidade estabelecida pelos produtores de hortaliças da Comunidade Agrícola Nova Esperança, pois o movimento do campo em direção à cidade, observado no *locus* dessa pesquisa, segue na contramão das teorias e das ações políticas que defendem uma nova ruralidade baseada apenas na modernização do campo, sendo este a extensão produtiva da cidade, sinalizando para a consolidação da chamada Agricultura Urbana.

## **2.2. A Agricultura Urbana e Periurbana no Brasil e sua relação com a produção de hortaliças na Comunidade Agrícola Nova Esperança.**

Se para alguns estudiosos das Ciências Sociais as mudanças ocorridas nas relações entre o campo e a cidade, ou entre o rural e o urbano, significaram o surgimento de novas expressões da ruralidade, modernizada pelas intervenções tecnológicas e econômicas do meio urbano, para outros, no entanto, o debate ganha contornos mais específicos no que diz respeito à atividade de produção e comercialização de alimentos dentro do território urbano, a partir das iniciativas tomadas por pequenos produtores, através da organização de grupos de produção familiar ou de cooperativas. Trata-se da chamada Agricultura Urbana e Periurbana, que apesar de ainda não ter um conceito construído solidamente, parte da idéia de multifuncionalidade de atividades que possibilitem a promoção de trabalho e renda.

O incentivo à agricultura em meio urbano ganhou forças a partir das necessidades de garantir a segurança alimentar e geração de renda, em muitos países onde os índices de pobreza e desigualdade social são altos, principalmente na América Latina, Caribe e África, sendo uma iniciativa das Nações Unidas, através da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação – FAO, e em parceria, no caso brasileiro, com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDA, por meio de incentivos a projetos que visem apoiar as iniciativas de agricultura familiar, criação de pequenos animais e prestação de serviços de pequenos grupos de produtores e/ou cooperativas. Segundo os relatórios dessas instituições, mesmo que ainda esteja em formação, o conceito de Agricultura Urbana e Periurbana (AUP), pode ser entendido como

*A Agricultura Urbana e Periurbana AUP é um conceito multidimensional que inclui a produção, a transformação e a prestação de serviços, de forma segura, para gerar produtos agrícolas (hortaliças, frutas, plantas medicinais, ornamentais, cultivados ou advindos do agro extrativismo, etc.) e pecuários (animais de pequeno, médio e grande porte) voltados ao auto-consumo, trocas e doações ou comercialização, (re) aproveitando-se, de forma eficiente e sustentável, os recursos e insumos locais (solo, água, resíduos, mão-de-obra, saberes etc.). Essas atividades podem ser praticadas nos espaços intra-urbanos, urbanos ou periurbanos, estando vinculadas às dinâmicas urbanas ou das regiões metropolitanas e articuladas com a gestão territorial e ambiental das cidades. (...) Essas atividades devem pautar-se pelo respeito aos saberes e conhecimentos locais, pela promoção da equidade de gênero através do uso de tecnologias apropriadas e processos participativos promovendo a gestão urbana social e ambiental das cidades, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da população urbana e para a sustentabilidade das cidades (BRASIL, MDS, FAO, p. 11, 2007) (Grifo nosso).*

Como podemos perceber, os órgãos institucionais internacionais e nacionais entendem as atividades produtivas e de prestação de serviços de pequena escala como uma possibilidade de viabilizar as ações de gestão e de sustentabilidade que visem a amenização das situações de pobreza e exclusão da maioria da população de países considerados não desenvolvidos ou em desenvolvimento, especialmente através da promoção de linhas de crédito que auxiliem na organização econômica e social desses grupos específicos de produtores, uma vez que tais ações de sustentabilidade ainda encontram grandes resistências por parte das organizações capitalistas. Contudo, essa definição do que seja Agricultura Urbana e Periurbana (AUP) nos remete à observação de algumas questões importantes para o entendimento dos objetivos

engendrados nas ações tanto das Instituições quanto dos grupos de produtores praticantes dessas atividades.

Primeiramente, a definição de Agricultura Urbana e Periurbana (AUP), leva em consideração dos setores do meio urbano, quais sejam, o centro e a periferia como territórios privilegiados para a produção, transformação, comercialização e prestação de serviços que se originam da atividade típica do campo. Nesse ínterim, entendemos que o espaço urbano pode reservar uma diversidade de possibilidades para a prática da AUP, que pode ir desde o cultivo de plantas ornamentais e medicinais, que por sua vez despendem de pouco espaço físico e poucos equipamentos, estando assim mais alinhados com os centros urbanos, até a produção de hortaliças e a criação de pequenos animais (aves e suínos, principalmente), que requerem espaços físicos maiores e mais bem estruturados, além de equipamentos e tecnologias específicas para seu desenvolvimento, alinhando-se mais com as regiões periféricas das cidades.

Outro ponto importante diz respeito à noção de multifuncionalidade adotada pelo documento intitulado *Panorama da Agricultura Urbana e Periurbana no Brasil e Diretrizes Políticas para sua Promoção* (1997), organizado de forma conjunta pela Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação – FAO, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, Secretaria de Segurança Alimentar e Nutricional – SESAN e Departamento de Promoção de Sistemas Descentralizados – DPSD, que caracteriza as ações da AUP. Essa multifuncionalidade envolve as diversas atividades que podem ser praticadas nos espaços urbanos e periurbanos e que estão subdivididos em: a) Produção Agrícola, Pecuária e de Insumos; b) Transformação; c) Comercialização; d) Auto-Consumo, Trocas e Doações; e) Prestação de Serviços.

Em relação à produção agrícola encontramos, principalmente, o cultivo de hortaliças, plantas aromáticas e medicinais e ornamentais e árvores frutíferas. A produção pecuária envolve a criação de pequenos e médios animais (aves, peixes e suínos, principalmente), enquanto os insumos produzem sementes, mudas, composto, húmus, etc., além de promover o re-aproveitamento da água e dos resíduos sólidos. O processo de transformação, segundo o referido documento, deve abranger pelo menos um produto oriundo da AUP, desde que de forma artesanal e em pequena escala, a ser realizado por Associações e/ou Cooperativas de pequenos produtores, por famílias individualizadas, e ainda, pelo poder público através de

projetos específicos e a comercialização destes produtos (*in natura* ou beneficiados) deverá obedecer aos critérios do *comércio justo* e poderá ser feito através de estabelecimentos formais ou de maneira informal.

Uma das características mais marcantes da AUP é a produção para o auto-consumo. Podemos dizer, inclusive, que esse foi mote principal dos estudos que buscaram compreender tal atividade em meio urbano, principalmente pelo fato de que a imensa maioria das famílias que praticam AUP é oriunda de áreas rurais. Sendo assim, essa prática encontra-se também associada às atividades de trocas e doações, evidenciando o traço marcante dos hábitos e simbologias campestres que resistiram às alterações do modo de vida decorridas a partir da mudança dessas famílias para as cidades. Por fim, temos a prestação de serviços que envolvem pesquisas, assessorias, capacitações, gerações de tecnologias, liberação de crédito, entre outros serviços que auxiliem no fortalecimento da organização social, econômica e política dos diversos grupos de produtores, comunidades, Associações e Cooperativas que praticam a AUP, sempre considerando os conhecimentos ditos “tradicional” desses indivíduos como fator fundamental para que todas as ações políticas promovam a associação entre sustentabilidade e desenvolvimento.

Até agora, vimos alguns parâmetros que tem por finalidade servir como norteadores das ações políticas de instituições governamentais e não-governamentais que defendem a lógica da sustentabilidade através do desenvolvimento de todos os setores econômicos e também sociais do mundo globalizado. O que podemos perceber também é que os estudos no Brasil ainda estão restritos às regiões que, historicamente, estiveram ligadas à produção de alimentos, fato este que acaba por evidenciar certa fragilidade e pouco alcance do raio de ação dessas políticas. Esses fatores remetem ao *locus* de nossa pesquisa, pois ao analisarmos os documentos oficiais e revisarmos as teorias a respeito do tema pesquisado, fica claro que no Estado do Amazonas a AUP ainda é um tema que necessita ganhar mais evidência nas discussões acadêmicas e nas pautas políticas das Instituições competentes. Sendo assim, a prática da produção de hortaliças na periferia da cidade de Manaus chama a atenção para a importância e a relevância do debate a cerca dessas atividades.

É de suma importância, porém, lembrarmos que um dos objetivos dessa pesquisa foi buscar entender o modo de vida das famílias de produtores que compõem a Comunidade Agrícola Nova Esperança a partir da conformação de seu *habitus* que evidencia, conseqüentemente, a racionalidade engendrada na nova relação entre o rural e o urbano ou entre o campo e a cidade, que foi constituída por estes indivíduos. Assim, sendo, a discussão proposta nesse capítulo objetivou primeiramente a revisão de algumas das teorias que buscam compreender as complexidades da relação cidade/campo para, posteriormente construir uma definição, a mais completa possível, do *lócus* onde o trabalho foi realizado. Seguindo esses objetivos, vejamos agora como as teorias revisadas podem nos auxiliar na compreensão das peculiaridades do modo de vida das famílias de produtores de hortaliças da Comunidade Agrícola Nova Esperança.

No início deste capítulo vimos que, ao revisarmos as teorias que ainda compreendem a relação entre rural e urbano como espaços dicotômicos, mesmo considerando todas as influências do meio urbano sobre o meio rural e a proximidade entre esses espaços. Nesse sentido, como já afirmamos, nosso trabalho evidenciou tal proximidade entre o campo e a cidade, porém, noutra perspectiva, a do movimento do meio rural em direção ao meio urbano, revelando uma racionalidade organizacional típica dos períodos modernos quando os produtores de hortaliças da Comunidade Agrícola Nova Esperança rompem com a esfera da circulação dos agentes da comercialização das mercadorias produzidas, evidenciando, nesse sentido, que a proximidade e a miscelânea entre tais espaços não constituem uma via de mão única.

Em seguida, vimos que muito mais do que buscar definições exatas do que seja o campo e do que seja a cidade, é entendermos as particularidades apresentadas em cada momento da realidade em que essa relação se manifesta, a fim de compreendermos as nuances que compõem suas singularidades. Foi possível observar então, que a proximidade entre campo e cidade revela também a possibilidade de alternativas que buscam aumentar a capacidade de determinados grupos sociais de melhorarem a qualidade de vida de suas famílias. É dessa maneira que podemos destacar como exemplo, o modo de vida das famílias de produtores de hortaliças da Comunidade Agrícola Nova Esperança na busca para melhorarem o seu padrão de vida e possibilitarem melhores oportunidades para as futuras gerações.

As iniciativas tomadas por esse grupo social específico e não homogêneo que é Comunidade Agrícola Nova Esperança, podem ser entendidas também a partir de outros exemplos existentes pelo País a partir dos estudos que apontam a Agricultura Urbana e Periurbana – AUP como o conjunto de atividades que podem contribuir para o fortalecimento de ações da gestão sustentável de recursos e da inclusão através da organização social econômica e política. Então, quais são os aspectos do modo de vida dos produtores de hortaliças da Comunidade Agrícola Nova Esperança que melhor podem ser entendidos a partir das definições de Agricultura Urbana e Periurbana – AUP que foram evidenciadas até aqui? Primeiramente, temos o histórico da maioria das famílias de produtores ligado às atividades rurais e que buscavam melhores condições de vida, mesmo que desempenhando outras atividades que não fosse a agricultura. Porém, a possibilidade de (re) aproveitar os saberes e conhecimentos “tradicionais” surge como um facilitador para a fixação dessas famílias na cidade.

Em seguida, é possível evidenciar nas formas de organização social política desenvolvida por aqueles produtores a necessidade da união de esforços para superar as adversidades e estruturarem sua produção e mesmo que ainda seja frágil e limitado o nível de formalidade das ações tomadas em conjunto, essa atitude foi essencial para a consolidação daquela localidade como espaço adequado para a prática da agricultura, no caso, a produção de hortaliças, identificada pelos atores sociais envolvidos como a principal demanda do setor de alimentos do mercado consumidor da cidade de Manaus. No entanto, diferentemente do preconizam as orientações sobre Agricultura Urbana e Periurbana - AUP, a produção de hortaliças das famílias da Comunidade Agrícola Nova Esperança não está voltada para o auto-consumo, pois, a quase totalidade dos produtos é destinada à comercialização. Além disso, das espécies cultivadas, apenas o cheiro-verde (formado pelo coentro, pela cebolinha e pela chicória) é consumidos pela maioria das famílias e, mesmo assim, sem uma regularidade, pois geralmente o cheiro-verde é consumido junto com o peixe, que por sua vez já não é mais a base da alimentação dessas famílias devido à introdução de outros alimentos no cardápio daqueles indivíduos.

No que diz respeito à comercialização, outro fator que constitui as ações de AUP, podemos evidenciar uma das peculiaridades de maior destaque na produção de hortaliças na Comunidade Agrícola Nova Esperança, percebendo com maior clareza o rompimento, ou pelo menos a significativa alteração ocorrida na relação produtor/atravessador/consumidor. Isso porque os produtores urbanos, diferentemente dos produtores ribeirinhos, não dependem mais dos atravessadores para escoar sua produção, além de não precisarem mais atravessar o rio para vender seus produtos no mercado, pois estão localizados mais próximo deste. Mas, o que chamou mais a atenção é que toda essa mudança nos induziu, *a priori*, pensar que a tendência seria o desaparecimento da figura do atravessador e com isso os próprios produtores venderiam para o consumidor final, o que não ocorreu, pois continuam vendendo sua produção para os atravessadores (feirantes, supermercados, etc.), porém, a proximidade com o mercado consumidor, as novas tecnologias que passaram a ser utilizadas e, possibilitaram a estes produtores, agregarem mais valor aos seus produtos.

Essa, aliás, é uma questão da qual todos os produtores se orgulham e prezam bastante, pois agora eles produzem e os atravessadores é que vão até as hortas para comprar um produto colhido na hora e que chega ao consumidor final ainda com alta qualidade, como podemos perceber no argumento abaixo

Pra mim se [tornou] [melhor], porque aqui, né a gente não precisa tá se transportando de lá pra cá, não tem condições também né. E aqui gente planta e o pessoal vêm aqui dentro, compra *tudinho*. Não precisa a gente tá correndo atrás de vender, indo de um canto pro outro (...) o pessoal vem pegar na porta, os atravessadores. Eu planto e espero. Eles sabem o dia que tem pra colher e eles ficam andando aqui dentro e comprando. Vamos [supor], se eu não tenho agora, mais o outro do meu lado já tem, aí eles já tão de olho pra cá. Acabou lá, aqui já tá no jeito, aí eles já vem comigo, e assim vai. Eles compram a onde [tiver]. (Sr. Silvano Silva, 32, produtor de hortaliças).

Vemos com esse exemplo que os produtores de hortaliças da Comunidade Agrícola Nova Esperança, mesmo que ainda com uma organização política embrionária, conseguiram compreender a importância das mudanças ocorridas na relação entre os atores da esfera de circulação dos agentes de comercialização das hortaliças, ou seja, entre eles e os atravessadores, entendendo que passaram a poder negociar com maior autonomia ao não precisarem mais transportar a produção para o mercado, diminuindo, assim, os custos da produção. Temos, então, que em relação às práticas da AUP, o exemplo apresentado aqui não dependeu, ainda depende muito pouco, de ações das Instituições e órgãos governamentais e não-governamentais para concretizar a produção de hortaliças em meio urbano como a atividade econômica principal daquelas famílias.

Em relação a não dependência das Instituições e órgãos governamentais e não-governamentais, ficou claro durante a pesquisa de campo que diferentemente de alguns dos exemplos verificados entre os textos consultados, onde percebemos que a idéia de praticar AUP foi estimulada em determinadas localidades que possuíam pré-requisitos como o cultivo de plantas medicinais e ornamentais, árvores frutíferas ou ainda a criação de galinhas, aproveitando os quintais das casas e com o intuito principal de garantir a segurança alimentar dessas famílias. A sistematização e a comercialização dessas produções acabam se tornando ações secundárias, ainda que seja parte importante do processo. Na Comunidade Agrícola Nova Esperança, no entanto, as motivações foram outras, pois partiram da necessidade e também da vontade de determinados indivíduos de almejarem melhorias no padrão de vida de suas famílias.

Esses indivíduos, ao perceberem a possibilidade de praticarem uma atividade rentável, partiram de seus locais de origem, a maioria vinda do interior do Estado do Amazonas, rumo à cidade onde uma tentativa de cultivo de hortaliça tinha dado sinais sucesso. Temos, então que desde o seu princípio essa atividade de agricultura em meio urbano foi motivada pelo propósito da comercialização da produção e não para o auto-consumo, pois como já indicamos anteriormente, dos produtos cultivados naquela localidade, apenas o *cheiro-verde*, composto pelo coentro, pela cebolinha e pela chicória é consumido por parte das famílias, principalmente os indivíduos mais velhos e, mesmo assim, somente como ingrediente do molho que acompanha os pratos à base de peixes. Estas são, provavelmente, as peculiaridades do *lócus* estudado que podem ser mais bem evidenciadas tendo em vista a maneira como este se constituiu, as expectativas das famílias que decidiram por investir na

atividade de produção de hortaliças na cidade e, principalmente as estratégias engendradas na construção de uma nova relação social, econômica, cultural e política entre dois modos de vidas singulares – o rural e o urbano – revelando nesse bojo a capacidade de adaptação de seu *habitus*.

### **2.3. As contribuições da agricultura familiar no processo de construção de um novo modo de vida.**

Segundo WABDERLEY (1996), apesar de ter assumido “ares de novidade e renovação” nos estudos de Sociologia Rural, a agricultura familiar enquanto categoria social não é um fenômeno recente. Trata-se, no entanto, de um conceito genérico, por incorporar em seu bojo “uma diversidade de situações específicas e particulares” que faz com que seja entendida

...como aquela em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo. É importante insistir que este caráter familiar não é um mero detalhe superficial e descritivo: o fato de uma estrutura produtiva associar família-produção-trabalho tem conseqüências fundamentais para a forma como ela econômica e socialmente (WANDERLEY, 1996, p. 2).

A partir dessa definição podemos verificar que na Comunidade Agrícola Nova Esperança o processo de trabalho engendrado na produção de hortaliças encontra-se alinhado com a proposta de realização de uma agricultura familiar uma vez que as famílias são donas do meio de produção e participam ativamente das atividades produtivas, obedecendo a determinada divisão do trabalho. Vale ressaltar, porém, que mesmo que os membros da família trabalhem na produção a contratação de mão-de-obra de terceiros, não fica inviabilizada, estando, porém, vinculada às necessidades da produção. Esse fato chama a atenção para a preocupação com o futuro da produção por parte dos agricultores e que nos revela um sentimento misto de desânimo e esperança por parte dos indivíduos mais velhos que acreditam que se por um lado o contato com o modo de vida urbano tende a afastar os indivíduos mais novos das tradições inerentes, principalmente, à atividade econômica, por

outro acreditam que esta mesma proximidade poderá garantir a tecnificação necessária para aprimorar o modo de produção.

Quando a autora analisa as formas de agricultura familiar nas sociedades modernas nos ajuda a entender melhor a relação entre campo e cidade da qual nos propomos tratar neste capítulo. Para além das proposições dos outros autores expostas até aqui a hipótese da autora sobre o “campesinato que permanece” nos ajuda a perceber que o que mudara mesmo nesse tipo de sociedade foi a postura enquanto grupo social, ou seja, a noção de comunidade dá lugar a noção de coletividade como fator elementar na maneira de reorganização territorial e social, mesmo que essa noção não seja claramente percebida pelos atores sociais envolvidos.

Esses fatores remetem às características das adaptações da agricultura familiar às transformações da sociedade moderna apresentadas pela autora. A principal hipótese trata da multiplicidade de formas de apresentação e percepção dessa agricultura familiar dentro da sociedade moderna e aqui, novamente, o *locus* do nosso trabalho se apresenta como mais uma dessas formas e numa perspectiva ainda pouco observada que, como já evidenciamos durante nossa exposição, associa cidade e campo num hibridismo distinto consolidado a partir das adaptações desses dois modos de vida distintos e justificado pela “integração e subordinação à sociedade globalizante e pelo esvaziamento das sociedades locais, provocados pelo êxodo rural” (p. 7). Nesse sentido, tomando os argumentos de JOLLIVET e MENDRAS, a autora explica que

Pode-se analisar as mudanças em curso, como uma passagem de do modelo de “comunidade” de interconhecimento tradicional para uma coletividade mais diferenciada, próxima do modelo urbano, onde a dimensão espacial permanece, no entanto, mais determinante que na cidade (WANDERLEY *apud* JOLLIVET e MENDRAS, 1996, p. 7).

Nesse sentido é que podemos entender a produção de hortaliças dentro da cidade, a partir de um modo de vida híbrido que associou *habitus* rural e *habitus* urbano, como um processo de ruptura entre a produção familiar antiga e a produção familiar “moderna”, determinada por um novo propósito de vida que vai além da necessidade de sobrevivência das famílias e engloba perspectivas de felicidade e *status* social inerentes ao mundo capitalista, sem, contudo, incorporarem totalmente a lógica de produção desse sistema econômico.

#### 2.4. A produção de hortaliças a partir da constituição de um *habitus* híbrido.

O propósito de entendermos a maneira como o *habitus* dos produtores de hortaliças da Comunidade Agrícola Nova Esperança se amalgamou, constituindo um modo de vida híbrido foi uma das questões primordiais para que pudéssemos compreender a racionalidade engendrada nesse processo, que culminou numa nova expressão da relação entre o rural e urbano. O *habitus*, enquanto categoria de análise nos permitiu perceber a forma como as intervenções dos indivíduos envolvidos nessa relação possibilitaram alterar algumas das estruturas já estabelecidas nas relações comerciais do mercado de hortaliças de Manaus. Nessa empreitada, as contribuições teóricas de Norbert Elias e Pierre Bourdieu foram fundamentais.

A proposta da obra de Norbert Elias se concentrou em romper com idéia de que indivíduo e sociedade deveriam ser considerados como pólos distintos, preconizada pelos teóricos funcionalistas através da compreensão dos costumes que permitiriam identificar as formas como estes influenciariam na capacidade dos indivíduos de interferirem e alterarem o cotidiano social. Em sua obra *A Sociedade dos Indivíduos* (1994), o autor faz uma minuciosa reflexão sobre a construção sociológica e histórica dos conceitos de indivíduos e de sociedade para, em seguida, demonstrar a maneira com estes se relacionam de forma intrínseca, desmistificando a idéia funcionalista que os aborda de forma antagônica e polarizada. O tema da relação indivíduo/sociedade é central na obra do autor que se dedicou em demonstrar como as ações individuais são construídas a partir das formações sociais que estruturam o cotidiano, ao mesmo tempo em que evidencia a maneira como esses mesmos indivíduos, tendo como base essas estruturas, alteram de maneira mais ou menos incisiva, tais formações estruturais. Para ele,

A relação entre os indivíduos e a sociedade é uma coisa singular. Não encontra analogia em nenhuma outra esfera da existência. Apesar disso, a experiência adquirida observando-se a relação entre as partes e o todo em outras esferas pode, até certo ponto, ajudar-nos nesse aspecto. (...) Não se compreende uma melodia examinando-se cada uma de suas notas separadamente, sem relação com as demais. Também sua estrutura não é outra coisa senão a das relações *entre* as diferentes notas. (...) Deve-se começar pensando na estrutura do todo para se compreender a forma das partes individuais (...) *para compreendê-los, é necessário desistir de pensar em termos de substâncias isoladas únicas e começar a pensar em termos de relações e funções* (ELIAS, 1994, p. 25).

E continua,

Quer se encontrem como amigos ou inimigos, pais ou filhos, marido e mulher, ou fidalgo e servo, rei e súditos, diretor e empregado, o modo como os indivíduos se portam é determinado por suas relações passadas ou presentes com outras pessoas. (...) O que as liga à sociedade é a propensão fundamental de sua natureza (ELIAS, 1994, p. 25-26).

Ainda que pareça que as passagens supracitadas coloquem o indivíduo numa situação de inferioridade em relação à sociedade, ELIAS (1994) chama nossa atenção para o fato de que as configurações das diferentes sociedades dependem substancialmente, da intensidade com que esses indivíduos construirão suas relações entre si, o que dependerá muito da maneira como cada indivíduo constrói sua auto-imagem, ou seja, o entendimento do “eu” influencia substancialmente o tipo de relação a ser mantida com o “nós”. Aqui, podemos fazer uma alusão à maneira como os produtores de hortaliças, enquanto indivíduos fizeram a leitura de sua condição enquanto um “eu” inserido no “nós” que corresponde, nesse caso, ao espaço urbano do qual passou a fazer parte. Sem dúvidas foi esse entendimento que diferenciou os indivíduos que decidiram deixar o campo – com suas adversidades e as poucas chances de prosperidade – rumo à cidade – onde o leque de possibilidades para prosperar é maior. Não podemos esquecer, no entanto, que o diferencial desse processo foi a manutenção de uma atividade “tradicional” herdada das relações originais desses indivíduos que se amalgamou com as formações estruturais do cotidiano urbano.

Em outra obra de Elias, *Mozart: Sociologia de um gênio* (1995) evidenciamos de maneira mais contundente a maneira como as figurações agem sobre os indivíduos e, principalmente, as estratégias elaboradas pelos indivíduos, no caso o músico Amadeus (Mozart), para alterarem o cotidiano das figurações sociais em que se encontram inseridos, o que nos ajuda a entender melhor a constituição do *habitus*. Quando Elias indaga sobre a importância da emergência da criatividade na sociedade da corte, ele nos revela as nuances complexas da relação entre indivíduo e sociedade e a maneira como as figurações moldam o comportamento individual, ao mesmo tempo em que o desejo, a vontade individual absorve essas experiências, transformando-as, em determinadas circunstâncias, na força motriz capaz de elaborar estratégias que alterem o funcionamento e a forma como essas figurações agirão sobre o cotidiano das sociedades.

Tomando esse argumento como referência, podemos analisar as relações entre os indivíduos de origem campesina, que historicamente estiveram fadados a uma vida sofrida e de oportunidades de educação, saúde, alimentação e cultura extremamente limitadas por figurações sociais que determinavam o cotidiano, deixando pouco espaço para ações de sucesso nas tentativas de mobilidade espacial e social. Porém, dentre a diversidade dos indivíduos que formavam essa sociedade, alguns conseguiram se destacar em termos da percepção de si, enquanto indivíduos e das figurações sociais que determinavam seu cotidiano. Nesse ínterim, a vida particular de cada um desses indivíduos, as articulações que fizeram com os membros de dentro da comunidade, de outras comunidades e dos municípios vizinhos, rurais e urbanos, determinaram a formação do *habitus* que continha todas as normas culturais e morais que organizavam o cotidiano do qual participavam, assim como o desejo de mudar de vida, romper com esse cotidiano “imposto” pela sociedade. Mas, *a priori*, o desejo de melhorar de vida não seria comum a todos os indivíduos que se encontrem em situações adversas? Quais, os fatores que diferenciaram, então, os indivíduos que saíram em busca dessa melhoria de vida e os que permaneceram em seus locais de origem?

Podemos dizer que assim como a genialidade de Mozart foi o ponto determinante para que ele pudesse influenciar e alterar (mesmo que *a posteriori*) as figurações da corte onde estavam inserido, as relações sociais dos indivíduos de origem rural também foi determinante para que eles conseguissem se diferenciar dos demais indivíduos do grupo social a que pertenciam e que não fizeram o êxodo rural. Como exemplo, relembremos aqui a história do Sr. Lopes, um dos produtores de hortaliças mais bem estruturados da Comunidade Agrícola Nova Esperança. Durante as entrevistas, o “Seu Lopes”, como é conhecido, revelou que nasceu e cresceu no município de Atalaia do Norte, Amazonas, e cresceu em uma família de agricultores, porém, quando chega à fase adulta em vez de seguir os passos dos pais e continuar trabalhando na “roça”, Seu Lopes vai servir no Exército Brasileiro, onde aprende a profissão de fotógrafo, exercida durante toda sua carreira militar.

Ao ingressar na Reserva Militar, tinha a sua frente a oportunidade de viver tranquilamente na cidade tendo como fonte de renda os vencimentos de sua aposentadoria, voltar para o interior e levar uma vida pacata, ou fazer algo diferente e inesperado para alguém que já trabalhara tanto na vida. E foi o que Seu Lopes fez, ao saber que na cidade onde estava morando, havia uma área que juntava um pouco da tranquilidade do interior com a oportunidade de continuar trabalhando e ainda aumentar suas rendas. O fato é que Seu

Lopes tinha um vasto conhecimento da região e da vida urbana, fruto de seu período no Exército, e conhecia bem a realidade de quem dependia apenas da agricultura para viver. Essa mistura entre os *habitus* determinou uma visão de mundo diferenciada, facilitando a construção de um novo modo de vida, a partir das condições dadas pela localidade onde se construiu a Comunidade Agrícola Nova Esperança.

Essas idéias nos dão uma noção das bases sociológicas que conformam o *habitus* individual e também coletivo que se relacionam dentro das sociedades e servem para que possamos evidenciar as características híbridas que envolveram o processo de construção do modo de vida dos produtores de hortaliças da Comunidade Agrícola Nova Esperança. Porém, se faz necessário ampliar ainda mais as discussões sobre o *habitus* agora, enfatizando também o campo que envolve o processo das relações sociais. Para tanto, utilizaremos as contribuições teóricas de Pierre Bourdieu. Em *O Desencantamento do Mundo* (1979), onde o autor analisa as estruturas econômicas e temporais da vida tendo como *locus* comunidades camponesas da Argélia, podemos perceber a construção do *habitus* a partir das articulações entre os capitais culturais, econômicos, simbólicos e materiais dos indivíduos envolvidos no processo que conforma transformações nas relações sociais. Já na introdução do texto, o autor nos indica que

... a transformação do sistema de modelos culturais e dos valores não é resultado de uma simples combinação lógica entre os modelos importados e os modelos originais, sendo ao mesmo tempo consequência e condição das transformações econômicas; tal transformação só se realiza pela medição da experiência e da prática de indivíduos diferentemente situados em relação ao sistema econômico. (...) Em consequência, a lógica da transformação das práticas toma formas diferentes segundo as situações econômicas e sociais nas quais ela se realiza (BOURDIEU, 1979, p. 11 – 12).

Dessa forma, apesar do *habitus* estruturar o comportamento, os valores e os gostos dos indivíduos ele também está condicionado a sofrer alterações que re-estruturem com maior ou menor ênfase todos esses componentes da vida. É por isso que o fato de pertencerem ao meio rural, não foi determinante para impedir que as famílias de produtores de hortaliças se deslocassem para o meio urbano. Porém, o que determinou esse movimento foram justamente os níveis de capitais culturais, morais, econômicos e sociais desses indivíduos que possibilitou perceber que poderiam modificar seu modo de vida a fim de melhorá-lo. Para isso, associaram

seus conhecimentos com as necessidades de mudanças e com as possibilidades apresentadas pelo território onde se instalaram. É por isso que quando Ricardo Ortiz, comenta sobre a elaboração do conceito de *habitus* por parte de Bourdieu, afirma que ao recuperar a idéia de *modus operandi*, tal conceito pode ser entendido como

...sistema de disposições duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionarem como estruturas estruturantes, isto é, como princípio que gera e estrutura as práticas e as representações que podem ser objetivamente “regulamentadas” e “reguladas” sem que por isso sejam o produto de obediência de regras, objetivamente adaptadas a um fim, sem que se tenha necessidade da projeção consciente deste fim ou do domínio das operações para atingi-lo, mas sendo, ao mesmo tempo, coletivamente orquestradas sem serem o produto da ação organizadora de um maestro (ORTIZ, 1983, p. 15).

Entendemos, então, que o *habitus* é formado a partir da “adequação entre as ações do sujeito e a realidade objetiva da sociedade como um todo” (Idem, p. 15), ou seja, a probabilidade das aspirações individuais se realizarem dependerá das condições e necessidades objetivas predispostas pela sociedade através de “esquemas generativos” que antecedem as ações individuais. Essa definição nos ajuda a entender também a característica ao mesmo tempo social e individual do *habitus* definida a partir de uma interiorização subjetiva das representações objetivas dos agentes sociais que são estruturadas pelas instituições onde estes se socializam, e que são elementos essenciais para a determinação do campo onde se darão as disputas inerentes ao processo de construção do modo de vida dos produtores de hortaliças da Comunidade Agrícola Nova Esperança.

Em relação à noção de campo, Bourdieu nos ensina que este, em qualquer instância social é, incondicionalmente, um lugar de disputas pela legitimação do poder, individual e/ou coletivo no interior da sociedade. Uma vez que o campo envolve relações sociais conflituosas, é preciso, então, equilibrar a equação entre os conflitos internos e externos para que seja possível, então, o reconhecimento da sociedade, que é o que determinará a posse, ou não, do monopólio da competência a que se destina e reivindica. Para tanto, é preciso também equalizar as motivações intrínseca e extrínseca que movem os indivíduos envolvidos no processo de modo que seus interesses possam também ser importantes para os outros, ou seja, para as demais instâncias da sociedade, e possam garantir, assim, o retorno do capital material

e intelectual investido na forma de reconhecimento, prestígio, sucesso, etc. Segundo Eduardo Socha (2008), para Bourdieu o conceito de campo pode ser entendido como

... noção que caracteriza a autonomia de certo domínio de concorrência e disputa interna. Serve de instrumento ao método relacional de análise das dominações e práticas específicas de um determinado espaço social. Cada espaço corresponde, assim, a um campo específico – cultural, econômico, educacional, científico, jornalístico etc – , no qual são determinados a posição social dos agentes e onde se revelam, por exemplo, as figuras de “autoridade”, detentoras de maior volume de capital (SOCHA, 2008, p. 46).

Entendemos desse modo, que o que fez os produtores de hortaliças da Comunidade Agrícola Nova Esperança se diferenciarem dos demais moradores do bairro Valparaíso, que em sua maioria também têm origem rural, foi a convergência de determinadas intelectualidades que se destinaram a se afirmarem como produtores urbanos de hortaliças, demarcando, assim, seu campo de atuação, o que contribuiu no processo de autonomização desses indivíduos. Nesse sentido, o campo de produção dos produtores de hortaliças se dá a partir da objetividade com que produzem tanto bens materiais quanto bens simbólicos, para o mercado específico. A esse respeito, Bourdieu ensina que

O sistema de produção e circulação de bens simbólicos define-se como o sistema de relações objetivas entre diferentes instâncias definidas pela função que cumprem na divisão do trabalho de produção, de reprodução e de difusão de bens simbólicos (BOURDIEU, 2004, p. 105).

Portanto,

Pode-se medir o grau de autonomia de um campo de produção (...) com base no poder de que dispõe para definir as normas de sua produção, os critérios de avaliação de seus produtos e, portanto, para retraduzir e reinterpretar todas as determinações externas de acordo com seus princípios próprios de funcionamento (BOURDIEU, 2004, p. 106).

A esse respeito, vimos que os produtores de hortaliças construíram laços de relacionamento tanto na esfera familiar quanto na esfera comunitária que viabilizaram um cotidiano de atividades, respeitando certa divisão do trabalho, capaz de garantir o funcionamento da produção em todo o seu processo, desde a preparação do terreno, passando pela escolha de sementes, ferramentas e produtos químicos, semeadura, até a colheita e venda da produção. Para tanto, combinaram seus conhecimentos tradicionalmente rurais de produção com uma dinâmica de produção e distribuição característica do meio urbano, influenciando e alterando o comportamento de todos os indivíduos, pois para tanto, precisaram entender as necessidades e exigências do mercado no que diz respeito à quantidade e qualidade da produção.

Sendo assim, com respeito à identidade e à autonomia desses indivíduos no interior do campo dos produtores de hortaliças podemos entender que estas se deram a partir do momento em que os demais moradores do bairro, os comerciantes e as instituições que compõem o setor de produção agrícola (SEPROR, IDAM, ONG's, IBAMA, etc.) passam a reconhecer suas competências, seus saberes, os conhecimentos adquiridos e suas experiências na produção de hortaliças, fazendo parte do sistema de produção tanto simbólico quanto econômico, evidenciando aí, a relação entre a objetividade do sistema e a subjetividade dos indivíduos envolvidos no processo.

Já em se tratando das influências do processo educacional, podemos dizer que a educação formal não pode ser entendida como um fator preponderante para a diferenciação entre os indivíduos que permaneceram na zona rural e os que se deslocaram para a zona urbana, pois de acordo com os dados da PNAD (2000) os níveis de escolaridade entre os moradores mais velhos da área onde a Comunidade Agrícola Nova Esperança está inserida são baixos. Mas, de alguma forma, foi o contato com as instituições típicas do meio urbano que corroboraram essa diferenciação. Ao contrário da educação, nossas observações empíricas sugeriram que tal diferenciação teve forte influência de uma *ética* religiosa pautada na esperança de prosperidade – a partir da determinação no trabalho – e o contato com possibilidades de melhoria de vida – representadas pelas tecnologias e aparelhamento sociais, típicos da vida moderna.

Acreditamos que esses exemplos ajudam na compreensão de nossa opção em entender o modo de vida dos produtores de hortaliças da Comunidade Agrícola Nova Esperança como um sistema híbrido de *habitus* que, como já nos indicaram Elias e Bourdieu, é estruturado, ao determinar o conjunto de normas de conduta dos indivíduos envolvidos no processo, e estruturante na medida em que possibilita a elaboração de estratégias capazes de construir um novo campo de atuação social, cultural e econômica desses indivíduos, seja na sua (re) produção simbólica, seja na sua (re) produção material da vida. As evidências desse processo surgem com maior ênfase a partir do momento em que esses indivíduos romperam os seus vínculos sociais, culturais e econômicos com os demais agentes do sistema de produção, mais especificamente com os padrões, regatões, etc, e passam a construir um novo campo de produção, com novas regras, nova ética e novos valores regendo o processo das relações sociais, fruto do hibridismo entre o *habitus* original, advindo da vida rural, e o *habitus* incorporado do meio urbano.

As evidências desse hibridismo no *habitus* dos produtores de hortaliças da Comunidade Agrícola Nova Esperança, não podem ser entendidas dissociadas de um processo de racionalização que também fora construído a partir das relações sociais, culturais e econômicas desses indivíduos e que também está intrinsecamente associada a um macro conjunto de relações que determinam todo o processo social e econômico do País. Nesse sentido, todo o processo de modernização da sociedade brasileira teve e ainda tem influência determinante na vida daqueles indivíduos e, portanto, tornou-se imprescindível para nosso trabalho uma elaboração de uma reflexão a respeito dessas influências e determinações da modernidade brasileira na vida dos produtores de hortaliças a fim de compreender melhor os processos que determinam a distinção e a diversidade dos grupos produtivos no interior da sociedade brasileira. Esse será, portanto o objetivo de nosso próximo capítulo.

### CAPÍTULO 3

#### TRABALHO E RACIONALIDADE PRODUTIVA.

No segundo capítulo fizemos uma discussão com o intuito de mostrar que a relação entre cidade e campo adquiriu, na sociedade moderna, especialmente a partir de meados do século XX, contornos bastante singulares que redirecionaram o debate sobre o tema. Essas singularidades aumentam ainda mais quando focamos a relação entre o mundo rural e o mundo urbano no Estado do Amazonas, onde as necessidades de adaptação do homem ao meio ambiente em que vive é uma constante e possui uma dinâmica própria, diferente daquelas que vem sendo analisadas pelas teorias que buscam explicar o papel do campo e da cidade na totalidade do País.

Foi essa dinâmica de adaptabilidade que nos chamou a atenção quando verificamos a existência de um grupo social que redirecionou seu modo de vida ao estabelecer uma relação relativamente harmoniosa entre *habitus* rural e *habitus* urbano, amalgamando-os possibilitando um rearranjo territorial, espacial e social bastante distinto daquele que comumente era conhecido. Essa associação de *habitus*, porém, é mais bem entendida a partir da compreensão da racionalidade engendrada por esse grupo durante todo o processo que viabilizou a consolidação da Comunidade Agrícola Nova Esperança como um pólo de produção de hortaliças do bairro Valparaíso, periferia da cidade de Manaus. Reafirmamos aqui que nosso trabalho não se preocupou em analisar as técnicas de produção, a qualidade dos produtos, mas sim perceber como a racionalidade daquele grupo de indivíduos possibilitou a construção de uma distinta adaptação às necessidades e demandas impostas pela vida.

Por isso, apesar de que *a priori*, nosso trabalho possa ter enveredado por uma vertente rural, se aproximando das discussões sobre novas ruralidades, trata-se mesmo de tomar como exemplo uma atividade agrícola na cidade para compreendermos a forma como as dinâmicas da sociedade moderna rearticulam e reestruturam as relações sociais nas mais diferentes esferas da vida como a economia, a cultura, as relações de poder, etc., a partir das diferentes expressões da racionalidade que por sua vez distinguem, tanto âmbito econômico quanto no social, os múltiplos grupos que compõem a tal sociedade. Nesse sentido, entender o papel do trabalho como vetor do processo de adaptabilidade, a racionalidade da produção de

hortaliças na cidade a partir de uma nova esfera de circulação das mercadorias, e as distinções entre os grupos sociais dentro da dinâmica social moderna serão a matéria-prima da discussão realizada neste capítulo.

### **3.1. As alterações nas estratégias de trabalho.**

Quando observamos a análise da categoria trabalho engendrada por Karl Marx, vemos que ela está pautada no viés econômico para explicar a natureza das relações e, principalmente das transformações sociais, utilizando como método analítico o materialismo histórico dialético. Marx buscou mostrar que a economia seria a melhor forma de explicar e entender as transformações das condições materiais de existência e, portanto, o trabalho exerceu papel fundamental nessa análise. Mas não se trata de qualquer trabalho e sim daquele realizado pelo homem, que transforma a natureza a fim de satisfazer as necessidades de reprodução das condições materiais de sua existência e que em determinado momento histórico passa a ser elemento essencial na consolidação do capitalismo como sistema hegemônico de produção. Sendo assim, sobre as características inevitavelmente sociais do trabalho, o autor nos ensinou que

Antes de tudo, o trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. Defronta-se com a natureza como uma de suas forças. Põe em movimento as forças naturais do seu corpo, braços e pernas, cabeça e mãos, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana. Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza. Desenvolve as potencialidades nela adormecidas e submete ao seu domínio o jogo das forças naturais. Não se trata aqui das formas instintivas, animais, de trabalho. (...) Pressupomos o trabalho sob forma exclusivamente humana. Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha supera mais de um arquiteto ao construir sua colméia. Mas o que distingue o pior arquiteto da melhor abelha é que ele figura na mente sua construção antes de transformá-la em realidade. No fim do processo do trabalho aparece um resultado que já existia antes idealmente na imaginação do trabalhador. Ele não transforma apenas o material sobre o qual opera; ele imprime ao material o projeto que tinha conscientemente em mira, o qual constitui a lei determinante do seu modo de operar e ao qual tem de subordinar sua vontade. (MARX, 1994, p. 202).

Marx se referiu nesse momento à condição exclusivamente humana de produção de seus meios de existência que “ao produzirem seus meios de existência, os homens produzem, indiretamente, sua própria vida material” (p. 44), sendo, portanto, o reflexo daquilo que produzem. A partir do inevitável aumento da população e das mudanças com relação à noção de propriedade privada é que se estabelecerá o nível de desenvolvimento de uma sociedade e a conseqüente necessidade de uma divisão do trabalho que fará a distinção entre o trabalho industrial e comercial do trabalho agrícola, acentuando a divisão entre a cidade e o campo e que mais adiante levará a separação entre o trabalho industrial e o trabalho comercial. Vale ressaltar que para o autor esse processo engendrava uma gradual perda da importância da agricultura na economia das sociedades capitalistas, fato este que não se concretizou plenamente.

Mesmo assim, foi possível fundar as bases da infra-estrutura<sup>4</sup> determinada por Marx e que serão, conseqüentemente, administradas por sua superestrutura<sup>5</sup>. Essa categoria de análise é vastamente apreendida na obra marxiana como em “A Ideologia Alemã” (1846) e nos “Manuscritos Econômico-Filosóficos” (1884). Porém, foi em “O Capital”, obra publicada em 1867, que Marx apresentou a categoria analítica do trabalho como sendo o elemento nuclear necessário ao desenvolvimento e consolidação do sistema capitalista como modo de produção hegemônico da sociedade moderna, uma vez que somente através do trabalho é que seria possível produzir a base da economia capitalista, ou seja, a mercadoria.

A utilização da força de trabalho é o próprio trabalho. O comprador da força de trabalho consome-a, fazendo o vendedor dela trabalhar. Este, ao trabalhar, torna-se realmente no que antes era apenas potencialmente: força de trabalho em ação, trabalhador (MARX, 1983, p. 201).

---

<sup>4</sup> Para Marx essa infra-estrutura é a base econômica de uma sociedade e que por sua vez irá condicionar a superestrutura.

<sup>5</sup> Trata-se, nesse caso, das estruturas políticas e ideológicas da sociedade.

Esse processo de trabalho é composto de três elementos distintos e complementares: “a atividade adequada a um fim, isto é o próprio trabalho; a matéria a que se aplica o trabalho, o objeto de trabalho; os meios de trabalho, o instrumental de trabalho” (p. 202) e que juntos conformaram a gênese da produção de mercadorias dentro do modo de produção capitalista. Numa definição simplificada podemos considerar, então, que se trata do trabalho abstrato, que pode ser entendido como aquele que diferencia o animal humano das demais espécies viventes à medida que somente ele é capaz de realizar o trabalho no campo das idéias antes mesmo que ele se concretize. E é a partir daí que podemos perceber a humanidade elaborando suas representações do mundo que a circunda que é aquele em que o homem transforma substancialmente a natureza com fins de satisfazer suas necessidades e seus objetivos mais básicos garantindo, assim a produção e reprodução da vida através das forças produtivas – que são o conjunto formado pela matéria-prima e pelos meios de produção – e pelas relações de produção - que são as interações que os homens estabelecem entre si nas atividades produtivas.

Podemos entender a partir dos conceitos marxianos que o trabalho é o vetor central que rege a vida humana e, por conseguinte, é a base das relações sociais que envolvem os produtores de hortaliças da Comunidade Agrícola Nova Esperança. Foi em busca de melhorias no processo de produção, ou seja, melhores condições tecnológicas e econômicas para desempenharem seu trabalho, o cultivo de hortaliças, e assim alcançar novos patamares de qualidade de vida para suas famílias. O trabalho ganha novo valor para aqueles produtores, deixando de ser apenas uma atividade que garanta sua sobrevivência para se tornar uma atividade que lhes alçou a um novo *status* dentro da esfera de produção e circulação das mercadorias. Nesse momento, é importante recuperarmos alguns argumentos expressados no primeiro capítulo deste trabalho, quando verificamos algumas das considerações expostas pelos próprios produtores de hortaliças. Ao apontar as dificuldades encontradas nas localidades interioranas do Estado do Amazonas, o Sr. Lopes nos ajudou a compreender a importância que os produtores de hortaliças atribuem ao trabalho, porém, não apenas como a possibilidade de aprimorar as condições de vida de sua família, mas também como oportunidade de ascender na sociedade. O mesmo aconteceu com o depoimento do Sr. Francisco que saiu de Altamira – MA, onde trabalhava para fazendeiros de arroz, recebendo por dias trabalhados, para ser dono de sua própria plantação na cidade de Manaus.

Mas, essas definições só podem ser completadas se a elas juntarmos a compreensão de valor definida por Marx como sendo a quantidade de trabalho socialmente necessária para se produzir valor de uso, e sendo assim, “tempo de trabalho socialmente necessário é o tempo de trabalho requerido para produzir-se um valor de uso qualquer, nas condições de produção socialmente normais, existentes, e com o grau social médio de destreza e intensidade do trabalho” (Marx, 1994, p. 170). A “circulação simples de mercadorias”, onde  $M \rightarrow D \rightarrow M$  regia, até então, as relações econômicas daqueles produtores, ou seja, eles produziam mercadorias, hortaliças e frutas, e trocavam por dinheiro junto aos marreteiros e patrões e ao mesmo tempo trocavam esse dinheiro por outras mercadorias, de uso básico e cotidiano (produtos de limpeza, vestuário, medicamentos, etc.). Porém, a dinâmica de mercado do modo econômico capitalista, impôs uma nova racionalidade produtiva dominante.

... pra cá a gente fica mais perto pra botar preço. Porque mesmo quando tava caro o preço das hortaliças aqui, lá no interior a gente sempre vendia barato, por causa dos atravessadores. Aqui não! Aqui a gente ta perto, às vezes eu entrego até ali na Feira do Produtor, direto lá pro cara que vende na banca, aí sempre tem um preço melhor. Às vezes até acontece disso, de ter muita gente pra comprar e num tem o produto ainda, ainda não deu o tempo de colher (Sr. Evanche, 29 anos produtor de hortaliças).

Novamente recorreremos aos argumentos dos produtores de hortaliças, dessa vez na intervenção do Sr. Evanche, para compreendermos melhor a idéia de valorização das mercadorias produzidas quando afirma que a vinda para a cidade possibilitou praticar melhores preços na venda das hortaliças e, desse modo, aumentar a competitividade, inclusive garantindo a distribuição antes mesmo do período de colheita. O processo de “acumulação moderna de capital”, explicada por Marx a partir da fórmula  $D \rightarrow M \rightarrow D$ , que condiciona a produção à obtenção do lucro, passa a ser pretendido pelos produtores agrícolas interioranos, porém as adversidades da logística e as dificuldades de aprimoramento tecnológico impediam, e ainda impedem esses produtores de alterar a esfera da circulação da produção das mercadorias em que se encontram inseridos, mesmo aqueles que vivam próximo à Manaus, o maior mercado consumidor de seus produtos. Apesar de alguns produtores terem conseguido avançar na produção agrícola com vista à obtenção do lucro, incorporando parte da racionalidade produtiva capitalista, ainda é bastante complicado considerar tanto os produtores agrícolas rurais do interior do Estado do Amazonas, quanto os produtores de

hortaliças da cidade como atores econômicos legitimamente capitalistas, principalmente pelo fato de que mesmo vendendo sua produção e obtendo lucros, apenas uma pequena parte destes lucros é efetivamente utilizada para gerar mais lucros.

Outro fator preponderante nesse sentido é o modelo de produção ainda baseado na divisão do trabalho familiar, pois percebemos que se entre os produtores das áreas rurais ainda é bastante forte o sentimento de ajuda mútua através dos ajuris, ou seja, os mutirões realizados entre os produtores vizinhos para facilitar o processo de produção, entre os produtores de hortaliças da cidade ainda prevalece certa divisão familiar do trabalho dentro da unidade de produção, mesmo que em menor intensidade, pois verificamos que esse fato ocorre, sobretudo entre os produtores de menor porte. Nesse caso, a divisão do trabalho é semelhante àquela que pode ser observada entre as famílias de áreas rurais, ou seja, as crianças começam a ter responsabilidades por volta dos oito anos de idade, realizando outros serviços leves na roça e cuidando da casa e dos irmãos menores, por exemplo. As mulheres se dividem entre os afazeres domésticos e a ajuda na lida semeando, colhendo e transportando as hortaliças junto com o marido, que se encarrega também da venda e distribuição.

Podemos perceber agora, um dos primeiros fatores que compõe a racionalidade produtiva dos produtores de hortaliças da Comunidade Agrícola Nova Esperança, pois eles se diferenciaram daqueles produtores rurais ao identificarem as necessidades de melhoria da qualidade de vida, as demandas colocadas pelo mercado consumidor e, principalmente a oportunidade de alterar a esfera da circulação da produção de mercadorias, apostando em suas qualidades e seus conhecimentos “tradicionais” para organizar, na cidade, uma nova distribuição territorial, uma nova relação espacial, uma reestruturação da esfera de circulação da produção de mercadoria, enfim, um novo modo de vida, ainda com certas características tipicamente rurais, como a forte influência da divisão do trabalho familiar, principalmente nos primeiros anos, mas que vai gradativamente, incorporando certas relações sociais típicas do moderno sistema capitalista de produção.

Nesse ínterim podemos destacar os acordos firmados entre os próprios produtores com vistas à busca de melhorias de infra-estruturas para a localidade como o abastecimento de água de energia, pavimentação dos ramais e sistema de esgotos, como também já fora explicitado no primeiro capítulo. O ápice desses acordos foi a criação da Associação dos Produtores da Comunidade Agrícola Nova Esperança, que conseguiu estreitar as relações com órgãos governamentais como IDAM e SERPROR que resultou em diversos cursos de olericultura que contribuíram bastante para a melhoria do processo de produção das hortaliças. Porém, as melhorias de infra-estrutura ainda não atendem às necessidades dos produtores a contento, pois apesar da instalação das redes de energia e de água, as dificuldades de acesso pelos ramais prejudicam a entrada dos automóveis e, conseqüentemente, à venda das hortaliças.

### **3.1.1. O processo de trabalho no plantio das hortaliças.**

Agora que já se conhecem detalhes da formação da Comunidade Agrícola Nova Esperança, faz-se necessário compreender as etapas que conformam o processo de produção das hortaliças, que também indicarão aspectos fundamentais do modo de vida das famílias daquela localidade. A partir da exposição dos procedimentos e técnicas utilizados na produção das hortaliças, da dinâmica do trabalho no interior da unidade de produção familiar e das estratégias de escoamento da produção, serão revelados outros detalhes das relações sociais, econômicas e políticas que contribuem para o entendimento da consolidação *habitus híbrido* que já fora referido anteriormente. Começando pela limpeza dos terrenos, percebe-se que esse é o momento de maior socialização entre as pessoas tanto entre familiares quanto entre os vizinhos, pois na maioria das vezes todos os membros da unidade de produção familiar participam da atividade. Os homens (adultos e jovens) fazem a capina do mato, utilizando enxadas e terçados, as crianças (meninos e meninas), geralmente a partir do oito anos de idade, ajudam em atividades leves como varrer e formar pilhas de mato e as mulheres (adultas e jovens) estão encarregadas de fazer as refeições, mas também ajudam, sempre que preciso, na capina e limpeza das áreas de plantio. Essa limpeza acontece sempre no fim de cada ciclo da produção, entre 35 (trinta e cinco) e 45 (quarenta e cinco) dias, e durante esse ciclo, sempre que se julgar necessário.

Temos então, uma jornada de trabalho intensa e diversificada que começa, para os adultos (homens e mulheres), por volta das quatro horas da manhã e vai até as oito, onde a atividade majoritária é a colheita e distribuição das hortaliças. Após esse horário, as atividades se concentram na limpeza dos terrenos, poda e adubação das hortas e na sementeira, além de ser o período em que os produtores realizam a compra de insumos e equipamentos e também fazem novos contatos para a venda de seus produtos ao visitarem, por exemplo, estabelecimentos comerciais do setor como restaurantes, mercadinhos e Box das feiras. Em relação ao trabalho dos jovens, este é condicionado, em alguns casos, pelo horário escolar fazendo com que esses indivíduos trabalhem no horário contrário ao turno em que estuda. Porém, as dificuldades em conciliar esses horários fazem com que muitos deles abandonem os estudos.



Figura 15. Limpeza do terreno. Fonte: AMARAL, F.L., Trabalho de Campo/2009.



**Figura 16. Menino ajudando na limpeza. Fonte: AMARAL, F.L., Trabalho de Campo/2009.**



**Figura 17. Mulher lavando roupa. Fonte: AMARAL, F.L., Trabalho de Campo/2009.**



Figura 18. Mulher lavando louça. Fonte: Trabalho de Campo, Fev/09.

Após a limpeza das áreas de plantio, iniciam-se os processos de preparo das culturas que serão plantadas. Entre os produtores da Comunidade Agrícola Nova Esperança verifica-se que esse processo é feito manualmente, utilizando ferramentas simples como o enxadão, o rastelo (ou ancinho), a pá, o carrinho de mão, o terçado, além de objetos alternativos como garrafas plásticas de refrigerantes (pets) e copos descartáveis, por exemplo, além de alguns equipamentos como botas, luvas e chapéus. Note-se que as ferramentas citadas até aqui dizem respeito apenas ao processo de plantio, pois os produtores ainda utilizam uma diversidade maior quando levamos em consideração a construção e manutenção das “casas de vegetação” e, nesse caso, podem ser encontrados martelos, serrotes, trenas, prumos, etc. Para a manutenção da rede hidráulica e a construção das vias de irrigação, encontramos torniquetes, canos, serras, mangueiras, etc.

A primeira parte do processo de preparo é a incorporação do adubo, orgânico (esterco curtido de frango) e químico (calcário dolomítico) ao solo, que ocorre uma vez a cada ciclo de plantio em toda a área de cultivo. Esse procedimento ajuda a corrigir as carências de nutrientes encontradas no solo arenoso do local. Concomitantemente, inicia-se o processo de formação das mudas que obedece às particularidades de cada cultura. As sementes, os fertilizantes, os equipamentos e demais utensílios necessários à produção (inclusive os agrotóxicos) são adquiridos quase que em sua totalidade na Distribuidora AGRO HAYDE,

um comércio especializado que pode ser encontrado em vários bairros da Zona Leste de Manaus.



Figura 19. Preparo do adubo orgânico. Fonte: Trabalho de Campo, Fev/09.



Figura 20. Protótipo de máquina para triturar adubo, feita pelos produtores de hortaliça. Fonte: AMARAL, F.L., Trabalho de Campo/2009.

Para as mudas de alface (*Lactuca sativa*), os produtores fazem o semeio diretamente no solo, em uma área destinada especialmente para esse fim. Após 10 (dez) dias, acontece o “transplante” das mudas para o local definitivo que são leras abertas no solo já adubado e sob as “casas de vegetação”, na grande maioria das vezes, e faz-se, então, a adubação de cobertura. Após um período que varia entre 25 (vinte e cinco) e 30 (trinta) dias ocorre a colheita. As espécies de alface mais cultivadas são: “cristina” e “mônica” (as mais adaptadas à região amazônica) e “vera” e “verônica” (as mais cultivadas pelos produtores da localidade). As duas primeiras podem ser cultivadas a céu aberto, enquanto que as duas últimas apresentam melhor produtividade em sistema fechado, ou em “casas de vegetação”<sup>6</sup>.



Figura 21. *Lactuca Sativa* (Alface). Fonte: AMARAL, F.L., Trabalho de Campo/2009.

Para as mudas de coentro (*Coriandrum sativum L.*), o processo de semeadura, é feito em canteiros apropriados onde as sementes são distribuídas em sulcos de 3cm de profundidade com intervalos de 20cm entre eles. São utilizadas cerca de 7g por metro quadrado. Também após 10 (dez) dias são feitas a adubação de cobertura e o “transplante” das mudas para as “casas de vegetação” e a colheita é feita após 35 (trinta e cinco) a 40 (quarenta) dias. A variedade de coentro mais cultivada pelos produtores locais é o “verdão” que apresenta maior produtividade e é mais resistente às pragas e doenças, porém, existem outras espécies como o

---

<sup>6</sup> Espécie de estufa, construída em madeira, coberta com plástico transparente que mantém a iluminação, porém, impede a radiação solar direta sobre as plantas.

“palmeiras” e o “português”, mas que não são utilizadas. Procedimento semelhante é feito na semeadura da chicória (*Cichorium endivia L.*).



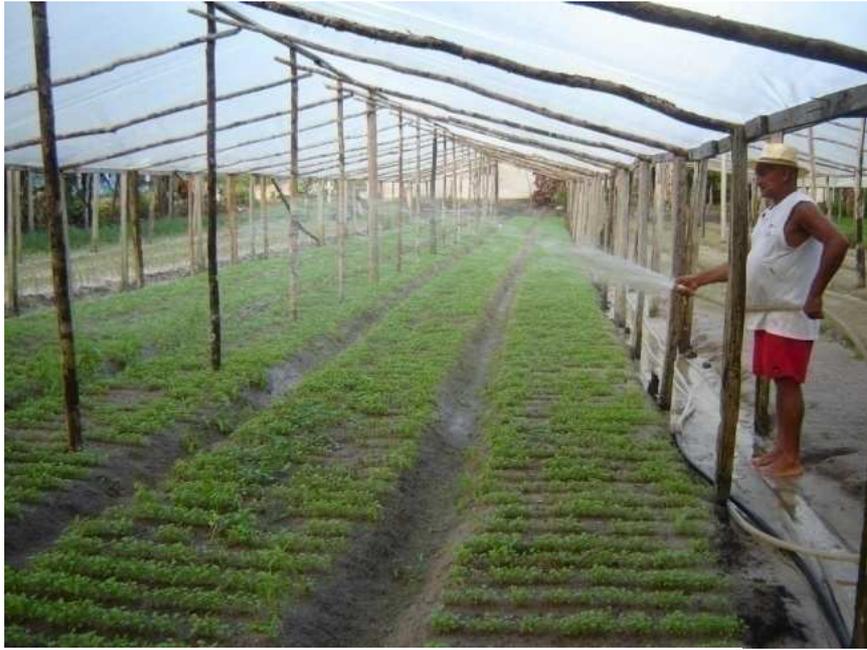
**Figura 22.** *Lactuca Sativa* (Coentro). Fonte: AMARAL, F.L., Trabalho de Campo/2009.

Por fim, temos o cultivo da cebolinha (*Allium schoenoprasum*) que, diferente dos processos anteriores utiliza o sistema de propagação das raízes. Para tanto, uma área específica é destinada para multiplicar as mudas, onde a cada 02 (duas) raízes obtém-se 01 (uma) muda. Nesse processo, faz-se a poda sistemática para facilitar o enraizamento das mudas. Após 02 (dois) meses é feito o transplante para as leras e a colheita também é feita nesse mesmo período. A espécie cultivada é conhecida como “todo ano”, pois dada sua rusticidade, ela pode ser cultivada a céu aberto e durante todos os meses do ano.



Figura 23. *Lactuca Sativa* (Cebolinha). Fonte: AMARAL, F.L., Trabalho de Campo/2009.

Quanto ao sistema de irrigação dessas roças urbanas, percebemos que ainda é bastante precário para a maioria dos produtores devido, principalmente às dificuldades inerentes ao abastecimento de água, como já fora enfatizado anteriormente, e ao fato de que o sistema de gotejamento somente é utilizado pelos poucos produtores que já estão mais bem estruturados. Na maioria das vezes as plantações são regadas com o uso de mangueiras (sistema de aspersão), que podem utilizar tanto a água dos poços artesianos, quanto da rede de distribuição pública. Porém, algumas propriedades localizadas às margens de nascentes do Igarapé do Mindú que corta grande parte da área da Comunidade Agrícola Nova Esperança puderam desenvolver um sistema de irrigação mais avançado tecnologicamente. Mesmo assim, essa diferença nos processos de irrigação não indicou ao que parece, conflitos quanto ao volume da produção e da distribuição entre os produtores, pois aqueles que ainda não usufruem o sistema de irrigação mais avançado, apesar de almejarem esse patamar, não se sentem ameaçados pelos que já possuem tal sistema. As figuras abaixo ilustram esses sistemas de irrigação observados na área do estudo.



**Figura 24.** Sistema de irrigação por aspersão (mangueira). Fonte: AMARAL, F.L., Trabalho de Campo/2009.



**Figura 25.** Sistema de irrigação por gotejamento (bailarinas). Fonte: AMARAL, F.L., Trabalho de Campo/2009.



**Figura 26. Sistema de irrigação por tubulação. Fonte: AMARAL, F.L., Trabalho de Campo/2009.**



**Figura 27. Bomba hidráulica retirando água da nascente do igarapé. Fonte: AMARAL, F.L., Trabalho de Campo/2009.**

Um fato importante e bastante delicado, percebido durante as incursões a campo, refere-se ao livre uso de agrotóxicos por parte dos produtores, que apesar de ser facilmente observado, é um assunto do qual os mesmos não gostam de comentar a respeito. Foi possível perceber, no entanto, que os produtores conhecem os riscos inerentes ao uso de agrotóxicos e demonstram estarem dispostos a mudar de esse procedimento, uma vez que já estão buscando alternativas técnicas junto aos órgãos competentes (IDAAM e SEPROR) para que possam aprimorar o processo e aumentar a qualidade dos produtos.



**Figura 28. Manuseio de material tóxico sem proteção. Fonte: AMARAL, F.L., Trabalho de Campo/2009.**



Figura 29. Aplicador de Agrotóxico. Fonte: AMARAL, F.L., Trabalho de Campo/2009.



Figura 30. Depósito de material Agrotóxico. Fonte: AMARAL, F.L., Trabalho de Campo/2009.

Segundo informou o Seu Lopes, o principal motivo para o uso dos agrotóxicos é decorrente da baixa fertilidade e alta acidez do solo, servindo como o corretivo que possibilita o desenvolvimento das hortaliças. Apesar de terem consciência dos riscos à saúde os produtores afirmam que ainda não possuem outra alternativa e que até sabem da existência da técnica de produção hidropônica, mas que a impossibilidade de conseguir financiamento para investir nesta técnica, bem como a certeza de sua viabilidade na área, não permitem ainda cogitar essa possibilidade. Para Seu Lopes,

É uma preocupação? É uma preocupação! Porque, nos sabemos que apesar de todos os produtos que a gente compra inclusive o morango, que é a menina dos olhos das pessoas, é produzido com o maior número de agrotóxico. Até o frango que a gente come, na ração deles têm agrotóxico. Aqui, o nosso produto, existe uma preocupação minha, muito particular, até porque o agrotóxico me faz muito mal, eu trabalho muito pouco porque na hora de inalar é um sufoco danado (...). Então, existe essa preocupação sim, mas aí, a grande preocupação: Onde é que você vai produzir sem agrotóxico? Só se existisse a forma de colocar tudo orgânico. É muito difícil, primeiro, que nós num temos nem serviço de engenharia, nem serviço técnico orgânico de maneira nenhuma. Apesar de ser um produto saudável, é bem mais caro! Não existe como você produzir sem agrotóxico. Pra gente aqui ainda tá difícil! Eu num sei se vai chegar, espero em Deus que chegue, mas ainda num é agora não! Vai demorar ainda um pouco (Seu Lopes, 63 anos, produtor de hortaliças).

Para tentar reduzir as conseqüências das agressões causadas pelo uso de agrotóxicos os produtores buscaram auxílio técnico junto aos órgãos públicos competentes. A partir da iniciativa da Associação de Produtores local, atualmente presidida pelo Sr. Aluísio (62 anos), vários cursos de capacitação já foram promovidos em parceria com técnicos do IDAAM e, apesar do pouco envolvimento dos produtores nos processos políticos que envolvem a Associação, boa parte deles participa e usufrui dos ensinamentos repassados durante os cursos. Mesmo assim, segundo técnicos do IDAAM, a fragilidade da organização política, a pouca infra-estrutura existente na área e a falta de documentação legalizando a posse da terra, que inviabiliza a obtenção de financiamentos, são os fatores que mais prejudicam o desenvolvimento da localidade.

Quando, no entanto, nos debruçamos sobre as teorias de Max Weber, percebemos significativa ampliação da análise da importância do trabalho dentro da sociedade, visto que o autor toma como método analítico, além da economia, os demais elementos culturais da sociedade moderna, ainda assim, mantendo certa proximidade com a obra marxiana, apesar das críticas feitas à redução da análise deste outro autor à esfera econômica. Dentro da análise da cultura, Weber elegeu o estudo da religião como sendo capaz de melhor explicar o processo de desenvolvimento e consolidação do capitalismo moderno e, é aí que o trabalho ganha importância crucial em sua análise, como um dos componentes da cultura e que daria conta de explicar, de maneira mais completa, os fenômenos sociológicos a partir da compreensão da racionalização da sociedade moderna.

Como forma de entender e explicar esse processo de racionalização da sociedade moderna Weber viu na racionalização a possibilidade de dominação humana do mundo através da ciência e da técnica ao mesmo tempo em que, o crescimento desta tornava a vida sem sentido e o homem sem liberdade. Contudo, essa racionalização tem, para ele, um expoente principal e situado que compreende a mais elevada expressão da racionalidade moderna, o Ocidente, como podemos perceber a seguir.

Racionalizações dos mais variados tipos têm existido em vários setores da vida, em todas as áreas da cultura. Para caracterizar suas diferenças de um ponto de vista da história da cultura é necessário saber quais setores foram racionalizados, e em que direção. Por isso, nossa primeira preocupação é desvendar e explicar a gênese e a peculiaridade do racionalismo ocidental e, por que enfoque, sua forma moderna (WEBER, 2007, p. 32).

A partir de então, foi que o trabalho passou a se destacar ainda mais como categoria de análise sociológica dentro da obra weberiana, pois apesar de não ter no viés econômico o fim explicativo dos fenômenos sociais, este deixou de ser fundamental em sua análise. Por isso, assim como no materialismo dialético, o modo de produção da moderna sociedade capitalista tem papel central na análise compreensiva weberiana uma vez que as “peculiaridades do capitalismo ocidental derivaram seu significado, em última análise, apenas de sua associação com a organização capitalística do trabalho” (p. 29), pois “sem a organização capitalística do trabalho, tudo isso, até onde fosse possível, não teria o mesmo

significado, quanto à estrutura social e a todos os problemas específicos ocidentais da atualidade que daquela derivam” (p. 29–30). Em seus estudos sobre religião, particularmente o protestantismo e sua relação com a conduta do modo de produção capitalista, acreditou que foi através da ética praticada pelos cristãos protestantes que o capitalismo forjou o *ethos* que o tornou capaz de se expandir pelo mundo como sistema econômico hegemônico.

Em *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo* (1904 – 1905) o trabalho aparece como o diferencial entre o modo de vida do cristão católico e o modo de vida particular adotado pelas seitas protestantes, onde o trabalho passou a ser o fim em si mesmo, pelo qual o homem pode expressar sua religiosidade e garantir sua salvação e sua entrada no “Reino de Deus” de acordo com sua capacidade de acumular riquezas durante sua vida terrena. Apesar disso, o autor não considera esse fato como causa única do capitalismo. É essa conduta ética pautada no puritanismo e na preocupação exacerbada em não desperdiçar a vida com prazeres e futilidades, que criou as condições necessárias à hegemonia do capitalismo como sistema econômico.

O capitalismo não pode se utilizar do trabalho daqueles que praticam a doutrina da *liberum arbitrium* indisciplinado, e menos ainda pode usar os homens de negócios que pareçam absolutamente inescrupulosos ao lidar com outros, (...). Por isso, a diferença não está no grau de desenvolvimento de qualquer impulso de ganhar dinheiro (WEBER, 2007, p. 54).

Essa autonomia do capitalismo estava fortemente ligada ao comportamento ascético do protestante, pois ao mesmo tempo em que a religião foi escolhida por Weber para explicar o surgimento do capitalismo, essa prática religiosa não leva, como no catolicismo, a um culto exacerbado do “divino”, ao contrário, o dado novo que se apresenta é justamente o que indica que essa prática religiosa ascética desembocou numa racionalização da vida através da ética no trabalho, o que o autor denomina de “secularização da vida”. Foi, portanto, essa secularização, representada por uma “vida metódica, dedicada ao trabalho, de forma disciplinada e ordenada” (SELL, p. 121), e que representou uma forma extremamente racionalizada da vida, que possibilitou ao capitalismo criar autonomia enquanto instituição social fazendo com que a sociedade moderna atingisse o ápice da racionalização, o

“desencantamento do mundo”, onde não havia mais espaço para a magia ou para as questões transcendentais. Temos então que,

A idéia de que o moderno trabalho teria naturalmente um caráter ascético não é nova. O limitar-se ao trabalho especializado, com a renúncia à faustiana universalidade do homem por ele subentendida, é uma condição para qualquer trabalho válido no mundo moderno; daí que a realização e a renúncia, hoje, inevitavelmente se condicionem uma à outra. (...) O puritanismo quis trabalhar no âmbito da vocação; e fomos todos forçados a segui-lo. Pois quando o ascetismo foi levado para fora das celas monásticas, se fez introduzir na vida cotidiana e começou a dominar a moralidade laica, fê-lo contribuindo poderosamente para a formação da moderna ordem econômica. Essa ordem está hoje ligada às condições técnica e econômica da produção pelas máquinas, que determina com força irresistível a vida de todos os indivíduos nascidos sob este regime, e não apenas os envolvidos na aquisição econômica (WEBER, 2007, p. 139-140).

Nesse íterim foi possível observar que o elemento religioso possui um papel importante entre os produtores de hortaliças da Comunidade Agrícola Nova Esperança, mesmo que não tenha sido esse o fator preponderante, segundo as informações dos próprios produtores, para determinar as mudanças, tanto territorial quanto espacial que realizaram visando a transformação de seu modo de vida. Contudo, percebemos que a fé professada pelos produtores serve também de esteio para suportar e superar as dificuldades e manter a esperança de prosperar com a produção de hortaliças e alçar melhor *status* entre seus pares. Fato é que alguns dos mais bem sucedidos produtores de hortaliças também são personagens atuantes dentro de suas instituições religiosas, tanto católicas quanto evangélicas.

### 3.2. Automação do trabalho e as relações com o mercado.

O sentido de racionalidade adotado por Weber remete a uma espécie de burocratização da vida social, que pode ser representada, por exemplo, por uma razão instrumental baseada na elaboração de meios ideais para alcançar determinados fins, que direcionam as ações da vida na sociedade moderna. Porém, essa racionalidade, só se torna possível e necessária a partir do momento em que os atores sociais passam a agir de forma individualizada, “desencantada”, ou seja, rompem com o pensamento mágico e ritualístico das sociedades pré-modernas. A essa variedade de ações individualizadas Weber denominou de “processo de racionalização” que refletiu os mecanismos utilizados pela sociedade moderna para direcionar, respeitando certa variabilidade, as ações de seus indivíduos.

Weber identifica, assim, a burocracia com a racionalidade e o processo de racionalização com o mecanismo, despersonalização e rotina opressiva. A racionalidade, nesse contexto, é vista como contrária à liberdade pessoal. (...) A ascensão e queda de das estruturas institucionais, os altos e baixos das classes, partidos e governantes implementam a tendência geral da racionalização secular. (...) Esse processo de racionalização está pontilhado, porém, de certas descontinuidades na História. Estruturas institucionais consolidadas podem, assim, desintegrar-se e as formas rotineiras de vida podem mostrar-se insuficientes para dominar um estado crescente de tensões, pressão ou sofrimento (GERTH e MILLS, 1982, pp. 68-70).

A expressão mais completa desse processo de racionalização foi encontrada por Weber na existência de uma ética peculiar aos indivíduos praticantes das religiões protestantes e que teria sido o estopim para a consolidação de um *espírito capitalista* capaz de consolidar o sistema econômico de origem Ocidental que se expandiu, mesmo de forma heterogênea, por todo o globo. É nesse momento que se pode perceber como e por que Weber atribuiu à cultura ocidental o papel determinante de formatar a sociedade moderna a partir dos *sentidos* dados às ações que sistematizam a vida em sociedade, em particular os processos econômicos e ajudam a compreender a unidade entre os vários sistemas de ações humanas que deixam de ser individuais e passam a ser coletivas.

Através da idéia de *vocação*, percebida entre os praticantes de religiões protestantes, cuja finalidade pode ser entendida através de ações metodicamente planejadas, que abdicava dos prazeres terrenos em prol de uma vida centrada na acumulação de riquezas visando melhor *status* (a salvação) no Reino dos Céus, Weber percebe uma racionalidade sistematizada na organização das ações desses indivíduos e que, mesmo de forma não planejada (irracional), contribuiu para o fortalecimento e a consolidação do sistema econômico capitalista, pautado na minimização de custos e maximização de lucros através da exploração sistemática do trabalho.

É possível perceber, a partir de então, a atuação do modo de vida característico da sociedade moderna se expandindo através da consolidação de uma racionalidade pautada não apenas na instrumentalização das ações dos indivíduos, seus grupos e instituições, mas também, e principalmente, nas práticas culturais que coordenam essas ações, expressas pelas racionalidades afetivas e valorativas que Weber identificou como fenômenos distintivos na comparação entre a cultura ocidental e as demais culturas. É nessa comparação que Weber apontou para o Ocidente como sendo o nascedouro do modo de vida moderno e que justamente pela capacidade singular de se apropriar e modificar culturalmente as ações humanas, ou seja, através do processo de racionalização, foi capaz de se expandir, mesmo que heterogeneamente, mundo a fora.

O que se viu a partir de então foi uma expansão, tão crescente quanto devastadora, de uma racionalidade, expressa principalmente no campo da economia, que re-configurou todas as esferas das relações sociais nos séculos que se seguiram. Porém, mesmo que Weber tenha avançado na discussão sobre o processo de racionalidade e racionalização do mundo moderno ao identificar os seus aspectos morais e afetivos, foi justamente a idéia de racionalidade instrumental que sobressaiu como fomentadora e organizadora das ações internas e externas, das instituições, dos Estados e demais relações sociais da vida na sociedade moderna. Essa instrumentalização de ações coordenadas para atingir fins determinados deu à ciência, à tecnologia e à necessidade constante de inovação a tarefa de ditar os processos de dominação e transformação da Natureza e da vida em sociedade.

### 3.2.1. O processo de distribuição das hortaliças.

O processo de distribuição e comercialização das hortaliças produzidas na Comunidade Agrícola Nova Esperança apresenta características bastante peculiares e reforçam a idéia de que a mobilidade ocorrida entre as famílias que a formaram também foi motivada, entre outros fatores, pela possibilidade de alteração da esfera de circulação dos agentes de comercialização das mercadorias produzidas, ou seja, das hortaliças. Isso porque foi possível observar que houve certa inversão na relação estabelecida entre os produtores locais e os chamados “atravessadores”, que difere daquela que normalmente é observada entre esses mesmos “atravessadores” e os produtores ribeirinhos das comunidades interioranas.



Figura 31. Bicicleta, utilizada par o transporte de hortaliças nos bairros adjacentes. Fonte: AMARAL, F.L., Trabalho de Campo/2009.



Figura 32. Produtor transportando hortaliças. Fonte: AMARAL, F.L., Trabalho de Campo/2009.



Figura 33. Colheita e transporte de hortaliças. Fonte: AMARAL, F.L., Trabalho de Campo/2009.

A diferença é encontrada no fato de que os produtores locais não têm a necessidade de transportar a produção até os pontos de distribuição, o que demandaria mais custos como gastos com combustível, frete (já que são poucos os que têm condução apropriada, ex. caminhonetes, caminhão, etc.) e perdas de produtos durante o trajeto, e aumentaria, conseqüentemente, o preço dos produtos. Ao contrário, os produtores podem praticar preços competitivos em relação aos produtos que vêm de fora da cidade, sem esses gastos, pois são os próprios “atravessadores” que se dirigem à Comunidade Agrícola Nova Esperança para comprar as hortaliças. Essa particularidade foi, provavelmente, a grande responsável por tornar a localidade atraente às famílias que para lá se deslocaram.

O [melhor] daqui é que os [atravessadores] vêm aqui na nossa porta comprar. Eles chegam, encostam o carro, pede a quantidade que eles querem e a gente colhe na hora. Num precisa de a gente ir no mercado pra vender (Sr. Silvano, 32 anos, produtor da hortaliças).

É por isso que quando se questiona sobre quais seriam as intervenções que ajudariam a melhorar a vida naquela localidade, quase a unanimidade dos entrevistados compartilham da idéia de melhorar a infra-estrutura das vias de acesso de veículos, ou seja, o asfaltamento dos ramais, seguida da construção de um ponto de distribuição dentro da própria Comunidade Agrícola Nova Esperança. Note-se que numa escala de prioridade, a preocupação com a qualidade da água e com o fim do uso de agrotóxicos, por exemplo, acaba ficando em segundo plano, mesmo sendo uma preocupação evidente dos produtores com o atual estágio da produção de hortaliças.

... precisa muito dessa rua aí, ó. O senhor viu mesmo, que o senhor veio a pé. Não é que ta muito feia? Se asfaltar dali do início até aqui nessa outra rua fica muito bom demais pra gente, Até pra poder o pessoal vim aqui dentro comprar as verdura (Sr. Francisco, 38 anos, produtor).

... ideal mesmo é que pudesse ser feita uma feirinha, aqui mesmo na comunidade, só pra [facilitar] a distribuição. Aí, ia [facilitar] pro pessoal que mora lá pra cima, onde num dá pra ir de carro, por um exemplo. E se [asfaltasse] as ruas, aí que fica melhor porque na época de chuva os carros num pode entrar e às vezes a gente perde a venda (Sr. Sebastião, 32 anos, produtor de hortaliças).

Além dos feirantes que vão à Comunidade Agrícola Nova Esperança para comprar as hortaliças, existe uma comercialização mais interna que atende aos comércios de menor porte existentes nos bairros próximos. Esses comércios são atendidos principalmente pelos produtores de menor porte que transportam através de bicicletas, motos e até mesmo a pé (os chamados *bacieiros*) as hortaliças até esses locais. Mesmo com essas adversidades, percebe-se que a produção de hortaliças ainda é uma atividade bastante lucrativa, mesmo que para alguns produtores a renda obtida com as vendas sirva principalmente para suprir as necessidades familiares mais básicas e a reposição dos materiais para a nova plantação, não havendo muita acumulação de capital. Porém, ao contrário do que se acreditava no início da pesquisa, grande parte dos produtores apresenta uma média significativa de lucro que varia de R\$ 2 mil, na entressafra, até R\$ 10 mil na alta temporada. Em média, os lucros com a produção das hortaliças têm um valor próximo a R\$ 4 mil na maioria dos meses do ano.

### **3.3. As novas demandas produtivas da cidade de Manaus.**

Entendemos melhor o processo de racionalização do grupo social estudado, que compõem a sociedade amazonense, fazendo uma breve digressão na história para relembrar (ou conhecer) os motivos e o processo de implantação da Zona Franca de Manaus como modelo econômico hegemônico. Historicamente, as políticas de desenvolvimento econômico do Brasil estiveram e, de certa maneira, ainda estão pautadas no desenvolvimento de *grandes projetos nacionais*, criados para dar conta de resolver, no menor espaço de tempo, as crises que por ventura estejam comprometendo o sistema de produção. Tem sido assim desde a extração das drogas do sertão, passando pelos dois ciclos da borracha até chegar ao período dos governos militares que, em nome da soberania nacional e da expansão do progresso e do capitalismo e também devido à nova reorganização da economia mundial adotam o modelo das chamadas áreas de livre comércio, ou zonas francas e sendo este um modelo capitalista de produção trata-se, portanto, de um modelo excludente e de exploração.

Fato é que a Zona Franca de Manaus, ao redefinir o papel da Amazônia Ocidental no cenário da economia capitalista global, encontrou aqui as condições ideais e necessárias para a introdução das indústrias multinacionais, dentre elas a isenção dos impostos a abundante e barata mão-de-obra, estando assim, inserida na consolidação desse processo que vinha se desenvolvendo no séc. XX. A respeito disso, Ianni (2001) nos ensina que:

O globalismo é uma configuração histórico-social abrangente, convivendo com as mais diversas formas sociais de vida e trabalho, mas também assinalando condições e possibilidades, impasses e perspectivas, dilemas e horizontes. Tanto é assim que no âmbito do globalismo emergem ou ressurgem localismos, provincianismos, nacionalismos, regionalismos, colonialismos, imperialismos, etnicismos, racismos e fundamentalismos; assim como reavivam-se os debates, as pesquisas e as aflições sobre a identidade e a diversidade, a integração e a fragmentação (IANNI, 2001, p. 68).

Essa nova ordem global trouxe consigo a economia informacional que também influencia na nova divisão internacional do trabalho ao acentuar as já conturbadas relações de poder entre regiões, nações, continentes, etc. A noção de economia informacional foi tomada aqui das teorias de Manuel Castells (1999, p. 87 - 88) que entende que uma economia é “*informacional* porque a produtividade e a competitividade de unidades ou agentes (...) dependem basicamente de sua capacidade de gerar, processar e aplicar de forma eficiente a informação baseada em conhecimentos” e uma vez que “a produtividade impulsiona o desenvolvimento”, a combinação entre regiões *subdesenvolvidas*, mão-de-obra farta e barata, isenção de impostos e avanços tecnológicos tornou-se a fórmula perfeita para o aperfeiçoamento do modo de produção capitalista.

No que tange às novas dimensões assumidas pelo trabalho, engendradas por essa nova divisão internacional do trabalho, o que podemos observar é um intenso e complexo processo de transição que, de uma forma ou de outra, ainda mantêm o trabalhador assalariado sob forte regime de exploração, pois, se antes era submetido a infundáveis jornadas de trabalho que levavam à exaustão, agora, exigem níveis de qualificação que permitam o desenvolvimento de múltiplas atividades de forma simultâneas. Em Manaus a formação do “exército de reserva” foi beneficiada pelo forte movimento migratório no sentido interior/capital que também respondeu pelo redimensionamento espacial e territorial da

cidade. E é aí que percebemos a ação tanto do Estado quanto da iniciativa privada em relação às novas demandas de serviços e de produtos que também reorganizam as relações de trabalho, incluindo e excluindo determinados grupos sociais de acordo com as necessidades do momento. Esses movimentos acabam por possibilitar a determinados grupos sociais a consolidação de novos modos de vida a partir da sobreposição de seus *habitus*.

Ocorre, então, que uma vez que as necessidades de mão-de-obra nas fábricas do Pólo Industrial passaram a não mais absorver a população migrante como mão-de-obra barata e desqualificada, novas alternativas de reorganização social, econômica, política e cultural passaram a ser encontradas com maior frequência entre os grupos sociais que se formavam nas áreas periféricas da cidade. É aí que percebemos a capacidade desses grupos sociais, a maioria de origem rural, de conviverem e superarem as adversidades. Relegados à falta de assistência por parte do Estado, não encontrando colocação no mercado de trabalho formal, esses grupos passam a ter então na informalidade, sua única alternativa de sobrevivência, especialmente na prestação de serviços. É a diversidade desses serviços que pode ser entendida como resultado da articulação entre o *habitus* rural e o *habitus* urbano.

É fato que o processo de modernização da sociedade produziu e continua produzindo demandas determinadas que possam suprir as necessidades de manutenção dos padrões de vida de seus indivíduos e da organização das suas instituições. Desse modo, os movimentos migratórios rumo à cidade de Manaus, ocorridos com maior expressividade a partir da década de 70, resultado da implantação, pelo governo militar, do modelo econômico da Zona Franca de Manaus, deu à capital amazonense a heterogeneidade típica dos grandes centros urbanos modernos. Os novos bairros que surgiram no entorno da cidade, foram formados justamente pelas interseções entre os diversos subgrupos que se deslocaram das áreas rurais para a área urbana, cada um com suas particularidades, porém, em certa medida compartilhando de um mesmo *habitus* original e que de diversas maneiras iniciaram a construção de um novo espaço e de uma nova identidade que pudesse tornar possível sobreviver no interior da nova realidade.

Alguns desses grupos internalizaram o modo de vida e o ritmo urbanos, se inserindo no novo mercado local, as fábricas, os comércios, outros compuseram a parte significativa do setor de trabalho informal (camelôs, artesãos, empregados domésticos, vendedores de comidas e café, pedreiros, etc.), porém, a parcela maior desses grupos sociais acabou mesmo ficando à mercê do subemprego (catadores de lixo, capinadores de quintal, lavadores de carros, etc.). Porém, o crescimento populacional e econômico de Manaus gerou também novas demandas no que diz respeito à produção de alimentos que atendesse aos costumes de uma parte da população que já introduzira alimentos não regionais em sua dieta, como por exemplo, as saladas de legumes e as hortaliças. Essa produção ainda é de responsabilidade dos produtores rurais dos municípios vizinhos à Capital, porém, as dificuldades de transporte da produção e, principalmente, a dinâmica natural dos rios (cheia e vazante) são fatores determinantes para que esse abastecimento ainda deixe a desejar no quesito distribuição da produção.

Assim, essa deficiência na distribuição de hortaliças e outros alimentos, foi um dos fatores determinantes e que facilitou o processo de territorialização de um espaço dedicado à produção e abastecimento de hortaliças para o mercado local. Nosso objeto de estudo, a Comunidade Agrícola Nova Esperança resultou, então, da vontade de determinados indivíduos que traçaram estratégias específicas para melhorarem seu modo de vida, formando um *habitus* híbrido a partir da junção do *habitus* original e o *habitus* urbano, e que também dependeu do surgimento de uma demanda de complementação da produção e distribuição das hortaliças no mercado consumidor manauense, refletindo as novas relações sociais, econômicas e culturais características da sociedade moderna, que exige sempre uma racionalização dinâmica e flexível dos grupos sociais em suas diversas esferas.

Ao analisarmos os trechos de depoimentos dos produtores entrevistados durante o trabalho de campo podemos perceber como a articulação entre os conhecimentos rurais e urbanos forjou um novo estágio de conhecimento, híbrido, possibilitando àqueles atores sociais um “capital social” capaz de viabilizar uma visão de mundo diferenciada, capaz de identificar e associar suas necessidades de melhoria das condições de vida com as demandas de mercado apresentadas pela economia da cidade, formando assim, um novo modo de vida. Vejamos, então:

É bem assim, ó: quando eu cheguei ali no Iranduba, eu num tinha um pedaço de terra pra mim trabalhar. Eu cheguei como carregador de caminhão mesmo, e era ruim pra mim porque o que eu ganhava num dava nem pra comer. E depois que eu entrei na agricultura, aí melhorou. Vim trabalhar pra cá, consegui terra, agora eu trabalho pra mim mesmo. De cinco anos pra cá melhorou muito minha vida, porque eu só ganhava uma faixa de setenta, cem, por semana e aí num dava né, porque eu já tinha família né, só dava pra gente comer e num era nem bem. Quando pagava a comida já ficava devendo de novo. E agora, não, melhorou muito. Mudou muito mesmo, consegui terra, consegui ter crédito pra comprar as coisas pra mim, pros meus filhos, pra mulher, então de cinco anos pra cá mudou muito a minha vida (Sr. Silvano Silva, 32 anos, produtor de hortaliças).

E mais,

... ah, mudou muito! A roupa, a vida melhorou bastante, o sistema de alimentação também mudou, num tem mais a comida gostosa da mamãe, o peixe. Principalmente o peixe, aqui já num se come mais tanto peixe. Na saúde, aqui parece que a gente adoece mais, eu acho assim, porque aqui em Manaus pra todo canto que você vira é todo mundo se queixando é de gripe, é de virose. Mas, pra mim, tudo é bom porque tudo é mais perto de que no interior. Porque no interior tu sabes né, tem que pegar o barco pra tudo. Aqui não, qualquer coisa o hospital é perto, num tem que esperar o barco, mas só custa a ser atendido porque é o hospital público né (Sr. Wellington Silva, 38 anos, produtor de hortaliças).

Podemos perceber no trecho acima como a percepção das necessidades de manutenção dos requisitos básicos de sobrevivência como a alimentação, saúde, vestimenta, levaram ao estabelecimento de estratégias, pensadas a partir de um conjunto de fatores como trabalho, determinação, necessidade, esperança, perseverança, desejo, etc, levaram a uma mudança de vida significativa possibilitada pela racionalização de todo esse processo. Essa racionalização também é refletida no tocante à satisfação ou insatisfação como o lugar onde se vive e novamente, percebemos a associação das características do campo e da cidade, como no trecho a baixo:

... no meu caso eu moro ali no bairro, no Valparaíso, mas aqui é bom pra dormir porque é mais frio, é mais tranquilo. É área de lazer, quando dá a gente vai pra algum banho aqui perto, mesmo. Já na área urbana eu num acho muito bom não morar lá, num acho muita vantagem não, tem violência, muito barulho. É bom só quando a gente precisa de fazer alguma coisa, comprar alguma coisa, ir no médico, essas coisas (Sr. Ezequiel Sabino, 29 anos, produtor de hortaliças).

Em outro momento significativo da racionalização que diferenciou o grupo social estudado de outros grupos percebemos como o “capital social” adquirido pelos indivíduos que formam esse grupo, articulou as experiências vividas no processo de escolha e consolidação do modelo social, cultural e, principalmente econômico que melhor se ajustou às suas pretensões e aumentou suas perspectivas de consumo de bens materiais. O trecho a seguir exemplifica nosso argumento:

... eu morava lá no Lago do Ubim. Lá eu trabalhava com pimenta de cheiro e maxixe. Olha, durante cinco anos que eu tô aqui eu tô me sentindo muito bem, porque, no interior eu acho que você sabe como é que é, tem dia que o cara come, tem dia que o cara num come. Mas aqui, eu quero fazer de melhor tanto minha família como pros meus amigos que vem aqui comigo. Então, pra mim mudou assim, quase noventa por cento, bem melhor de que no interior. Antes de vim pra cá [para a Comunidade] eu morava no Educandos, nessa época eu era novo, trabalhava na Moto Honda, uma empresa muito boa. Então, foi o tempo que eu trabalhei na Moto Honda que tive dinheiro pra compra isso aqui, eu também tenho outro lá em Manacapuru. Aqui é melhor porque todo dia, se tiver produção, a gente tem o trocado da gente, na base de duzentos, trezentos reais, diariamente. Por mês acho que dá uma base de três mil, quatro mil, cinco mil, conforme o preço da verdura, por exemplo, essa época agora [época da cheia no interior do Estado] dá pro cara tirar quase de dez mil reais por mês (Sr. Mauro de Oliveira, 65 anos, produtor de hortaliças).

Além da consolidação de um modelo de vida melhor que o vivido anteriormente, o depoimento acima já aponta para outro fator preponderante no processo de racionalidade dos produtores de hortaliças. Trata-se do viés econômico, refletido na assimilação do modo de produção capitalista, diferente daquele modo de produção entendido como “pré-capitalista” típico do ambiente rural. Esse fator já fora explicitado no decorrer do trabalho, porém reforça nosso argumento de que foi essa racionalidade propiciou o rompimento com a esfera da circulação dos agentes de comercialização existente no campo e que a partir da consolidação

do modo de vida na Comunidade Agrícola Nova Esperança, estabeleceu uma gama de novas relações sociais onde esses atores adquiriram maior autonomia no processo de produção, bem como maior *status* em detrimento dos demais atores sociais envolvidos no processo. O trecho a seguir exemplifica melhor nossa idéia:

Eu vou lhe ser franco. Eu sempre lutei e lidei pra que as coisas ficassem fáceis em relação à alimentação e sobre custo de vida, porque eu num me importo muito com a minha situação de trabalho porque eu sinto que trabalho num mata homem. Eu tô aqui dentro trabalhando, mas eu tenho outras coisinhas por fora, que quando me fracassa aqui eu tenho onde me agarrar um pouco. Eu tenho casa alugada, eu tenho bancas de verdura, que também me rende um aluguel. Então isso aí tudo vai segurando a gente, porque se a gente num pensar o dia de amanhã, porque muita gente diz: ah, o dia de amanhã não nos pertence! De fato não nos pertence, mas a gente tem que dá uma olhada porque a gente tem filhos, netos. Então, se for esbagaçar, gastar tudo que ganha numa hora só, amanhã vai fazer falta. Então, sempre a gente vai segurando uma coisinha pro dia de amanhã, a gente sempre tem qualquer coisa pra segurar mais na frente. Esses aqui são meus filhos, mas eu tenho funcionários, eu tenho quatro homens trabalhando lá em cima. Então, sempre foi assim que eu lidei, sempre foi o que eu fiz, eu sei separar as coisas, minha vida de interior, muito gostosa, tranqüila, comendo um peixinho hoje, amanhã eu faço um frango, depois de amanhã eu faço um picadinho, e depois eu faço uma carne cozida, é um costume de casa. Mas tem que pensar sempre na frente (Sr. Aldenor Mendonça, 64 anos, produtor de hortaliças).

Percebemos assim, como a consolidação do modo de vida dos produtores de hortaliças da Comunidade Agrícola Nova Esperança refletiu o processo de distinção social a partir da acumulação de capital social que cada ator social envolvido é capaz de realizar, formando o campo social onde se estabelecerão as relações sociais, culturais e econômicas dos mesmos. Processo pelo qual Bourdieu nos mostrou que as possibilidades de consumo de bens culturais aumentam, significativamente, a estruturação dos gostos que por sua vez, consolidam as classes sociais, pois os produtores de hortaliças entendem a si próprios como indivíduos que diferem, por exemplo, daqueles que permaneceram no campo, dos que vieram para a cidade, mas abandonaram grande parte dos costumes, assim como dos indivíduos que moram na cidade, mas têm outro modo de vida.

### 3.4. A reorganização das relações sociais na Comunidade Agrícola Nova Esperança.

É imprescindível para nosso trabalho compreendermos como o advento da modernidade, que transformou as relações sociais em todas as esferas da vida, influenciou, da mesma maneira, o processo de formação do modo de vida dos produtores de hortaliças da Comunidade Agrícola Nova Esperança. Por se tratar da adaptação entre costumes e culturas pode-se entender que, tal processo não seria possível sem que os efeitos e as influências da modernidade mesmo que *a priori* o modo de vida original das famílias de produtores apresente um *habitus* com características “tradicionalis”.

Como já evidenciamos no capítulo anterior, os níveis de contato entre as culturas das famílias que vivem no campo e daquelas que vivem na cidade são, segundo Bourdieu (1979), o fator determinante para que os *habitus* possam sofrer alterações e se desdobrem em *habitus* híbridos, compostos de ambas as partes envolvidas. Mas, esse contato também revela outros fenômenos sociais igualmente importantes, observados nas contribuições teóricas de vários autores, dentre eles optamos pelas análises de um dos sociólogos contemporâneos mais influentes na atualidade, Anthony Giddens. Na obra *As conseqüências da modernidade* (1991), o autor nos mostra a estruturação tanto moral quanto das várias instituições modernas que re-organizaram a vida em sociedade no momento em que a modernidade apresenta-se consolidada e já aponta para uma iminente transição para um período de pós-modernidade.

Uma das primeiras conseqüências desse período moderno diz respeito ao processo de “descontinuidade”, ou seja, uma característica da modernidade que contradiz, até certo ponto, a idéia de linearidade da história que pode ser percebida, segundo o autor, “nos pontos de transição entre sociedades tribais e a emergência de estados agrários” (GIDDENS, 1991, p. 14). Essas descontinuidades foram, para o autor, responsáveis por profundas transformações na vida moderna, pois

Os modos de vida produzidos pela modernidade nos desvencilharam de *todos* os tipos tradicionais de ordem social, de uma maneira que não tem precedentes. Tanto em sua extensibilidade quanto em sua intensionalidade, as transformações envolvidas na modernidade são mais profundas que a maioria dos tipos de mudança característicos dos períodos precedentes. Sobre o plano extensional, elas serviram para estabelecer formas de interconexão social que cobrem o globo; em termos intensionais, elas vieram a alterar algumas das mais íntimas e pessoais características de nossa existência cotidiana. Existem, obviamente, continuidades entre o tradicional e o moderno, e nem um nem outro formam um todo à parte (GIDDENS, 1991, p.14).

Entendemos, a partir desse argumento, o quanto é complexo terminar nos tempos atuais aquilo ou aqueles que pertençam a um modo tradicional de vida, mesmo que essas nomenclaturas ainda sejam necessárias em termos metodológicos e didáticos. Igualmente, podemos reafirmar a idéia de que o modo de vida dos produtores de hortaliças da Comunidade Agrícola Nova Esperança é um reflexo, uma consequência de um período histórico que devido seu dinamismo reorganiza continuamente as estruturas morais e institucionais que regem as relações sociais. O fenômeno das discontinuidades é percebido, nesse sentido, através do *ritmo de mudança*, pois na modernidade ele é “extremo”; por apresentar um *escopo da mudança*, quando partes diferentes do Planeta se inter-relacionam, revelando “ondas de transformação social que penetram através de virtualmente toda a superfície da Terra” (GIDDENS, 1991, p. 16) e por revelarem a *natureza intrínseca das instituições*, apresentando formas sociais que não podem ser encontradas em outros períodos históricos ou que apresentam uma “continuidade especiosa”<sup>7</sup>. Com exemplo dessa última característica, o autor destaca a cidade, ao indicar que

Os modernos assentamentos urbanos freqüentemente incorporam os locais das cidades tradicionais, isto faz parecer que meramente expandiram-se delas. Na verdade, o urbanismo moderno é ordenado segundo princípios completamente diferentes dos que estabeleceram a cidade pré-moderna em relação ao campo em períodos anteriores<sup>8</sup> (GIDDENS, 1991, p. 16).

---

<sup>7</sup> A esse respeito ver GIDDENS, A. *As consequências da modernidade*. (1991).

<sup>8</sup> Ver GIDDENS, A. *A Contemporary Critique of Historical Materialism* (1981)

Nesse sentido, podemos destacar mais uma peculiaridade do lócus estudado quando observamos a distribuição territorial em que a Comunidade Agrícola Nova Esperança está inserida, pois temos que a cidade de Manaus detém todas as características desse modelo moderno de urbanização, percebido, por exemplo, na distribuição bastante segregada, dos equipamentos sociais, dos estilos de comportamento e do consumo de bens materiais e culturais. Porém, essa característica moderna também possibilita hibridismos que resultam no surgimento de modos de vida compostos por traços sociais e culturais “tradicionais” e modernos como a agricultura em meio urbano a partir de uma nova estrutura das relações econômicas.

As associações realizadas pelos grupos sociais em geral e pelos produtores de hortaliças em particular, também podem ser compreendidas através do conceito de “reflexividade moderna” que, para Giddens, está contida “na própria base da reprodução do sistema, de forma que o pensamento e a ação estão constantemente refratados entre si” (p. 45). Significa dizer que, no caso aqui estudado, os indivíduos que compõem tal grupo social refletiram em suas ações – qual seja a percepção da oportunidade de melhorar de vida rompendo com a esfera da circulação dos agentes de comercialização de mercadorias, além da sobreposição dos *habitus* do campo e da cidade como estratégia de construção do espaço e do lugar do no modo de vida – os resultados do exame constante das suas práticas sociais com base nas informações acumuladas no decorrer da vida.

Esses fatores implicam, portanto, outra consequência moderna, caracterizada pela ocorrência de um “desencaixe” espaço-temporal das relações sociais que são essenciais no processo de organização do modo de vida inaugurado no local onde a pesquisa foi realizada. A respeito do conceito de desencaixe, Giddens, (1991) referiu-se “ao ‘deslocamento’ das relações sociais de contextos locais de interação e sua reestruturação através de extensões indefinidas de tempo-espaço” (p. 29). Certamente, essa idéia ajuda a entender o processo de estruturação do modo de vida na Comunidade Agrícola Nova Esperança, que em determinado momento histórico se desencaixou do cotidiano ao qual pertenciam tendo como ponto de partida as “fichas simbólicas”, que segundo o autor, resultaram do intercâmbio de experiências entre a vida do campo e a vida da cidade, refletidas, por exemplo, no desejo de mudar de *status*, melhorar de vida.

Esse desejo se concretizou através da confiança nas relações estabelecidas na Comunidade Agrícola Nova Esperança, percebidos entre os que já tinham experiência na produção de hortaliças em detrimento daqueles que ainda precisavam se adaptar às novas técnicas; entre aqueles que possuíam a liderança natural e que passaram a organizar e representar as ações dos indivíduos dentro e fora da localidade; entre o conhecimento possuído e os incorporados para melhorar a produção das hortaliças; e, por fim, os novos padrões de consumo das famílias, determinadas, contudo, pela economia de mercado inerente às sociedades modernas, mas somente possível pela confiança de que as investidas em um novo modo de vida teriam sucesso.

Contudo, os fatores acima também indicam a existência de outra característica da modernidade a qual Giddens (1991) denominou “sistemas peritos”, referindo-se “a sistemas de excelência técnica ou competência profissional que organizam grandes áreas dos ambientes material e social em que vivemos” (p. 35). Esse conceito reflete as ações tomadas pelos produtores de hortaliças de buscar orientações junto aos órgãos competentes, ou seja, credenciados pelas instituições sociais que os habilitam a prestarem serviços especializados, no caso, as técnicas que melhorariam a produção e a distribuição, tais como as casas de vegetação, a adubação da terra, a comercialização na própria localidade em vez de gastar com transportes e aluguéis de bancas nas feiras, por exemplo. Porém, a relação com os sistemas peritos vai bem mais além, pois a confiança neles depositada passa a conter todas as características percebidas nos demais locais da cidade como, quando buscam a ajuda de médicos, utilizam os transportes coletivos, elegem os governantes, etc.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através do trabalho de campo, utilizando do método etnográfico e dos instrumentos de coleta de dados como as entrevistas, os formulários, os registros fotográficos e de áudio, além da observação do cotidiano dos produtores de hortaliças da Comunidade Agrícola Nova Esperança, vimos que aquela população é oriunda principalmente, dos municípios amazonenses próximos à capital Manaus, onde em suas moradias anteriores (o mundo rural, regido pelo tempo da Natureza) viviam do cultivo da terra e utilizando os instrumentos de trabalho (terçados, enxadas, arados, etc.) comuns à atividade de agricultura, além das demais atividades que envolvem a relação desses indivíduos com a Natureza, ou seja, os sistemas aquático e florestal. Porém, devido à proximidade espacial e o contato estreito com o ritmo de vida urbano da Capital, puderam realizar sua mobilidade social e territorial sem muitos transtornos, e incorporaram diversos elementos constitutivos da racionalidade moderna que foram fundamentais no processo de consolidação do novo modo de vida daquelas famílias, tendo como base a constituição de um *habitus* híbrido.

O primeiro exemplo concreto de mudanças na racionalidade desse grupo social foi a estruturação temporal e espacial na construção da identidade local. Temporal, percebida nas novas relações mais impessoais com a vizinhança e com a Natureza – as famílias já não se conhecem tão intimamente quanto antes, agem mais em função de seus interesses particulares que em prol dos interesses do grupo e já não usufruem tanto os sistemas naturais que os cercam – e também na junção de um modelo de arquitetura tipicamente rural – casas de madeira, mistas e de alvenarias, com cômodos básicos e amplos – com a distribuição espacial urbana, revelada na divisão dos terrenos a partir das necessidades mínimas de moradia – terrenos um murados ou cercados, exclusivos para a moradia. Preservaram, no entanto, muitas características da terra de trabalho, como o respeito aos espaços da produção ainda a partir dos acordos verbais entre os indivíduos e as técnicas de cultivo das hortaliças. Foi possível assim, a construção da identidade local das famílias dos produtores de hortaliças, expressadas, por exemplo, quando eles se afirmam pertencerem a um “pedacinho do campo na cidade”, o que nos permite concluir que se trata de um grupo de produtores agrícolas urbanos.

Outra característica pertencente ao meio urbano e que foi incorporada pelos produtores de hortaliças da Comunidade Agrícola Nova Esperança pode ser percebida nas mudanças no processo de cultivo das hortaliças, quando adotaram a utilização das casas de vegetação, em contrapartida ao “plantio a céu aberto”, aumentando consideravelmente a qualidade dos produtos e, conseqüentemente, a competitividade e os lucros, quando tiveram a possibilidade da aquisição de novos e mais eficientes produtos químicos e sementes de qualidade, alterando assim, o seu sistema de trabalho ao incorporar novos conhecimentos. É importante frisar que, quando destacamos a integração entre o mundo rural e o mundo urbano, não estamos enfatizando a existência de dicotomias entre estes, mas apenas evidenciando as características e particularidades com que cada um deles rege o ritmo e o modo de vida dos grupos sociais que neles encontram-se inseridos.

Essas alterações nas relações econômicas não suprimiram as características da base familiar da divisão do trabalho no interior de cada unidade de produção, mas alteram-na substancialmente. As responsabilidades de provedor dos chefes da família não são mais unanimidade da figura masculina, pois encontramos durante o trabalho de campo, algumas mulheres que comandavam sua unidade de produção, figurando também entre as de maior estrutura e sucesso. Mais uma vez as tendências observadas nas relações sociais urbanas podem ser claramente percebidas no caso estudado, pois o aumento da incidência de mulheres como provedoras familiares é uma tônica dos últimos censos populacionais realizados no País.

O ápice da observação do hibridismo entre *habitus* do campo e da cidade, através da ampliação do processo de racionalização dos produtores agrícolas urbanos se dá justamente quando analisamos o rompimento com a esfera da circulação dos agentes de comercialização das hortaliças. Como já foram destacadas anteriormente, as relações econômicas nas quais as famílias do grupo estudado participavam eram regidas por um forte e consolidado sistema de poder que determinava a divisão social do trabalho, onde aos agricultores (donos dos meios de produção) está determinado o papel de subordinação em detrimento dos interesses dos comerciantes (donos dos meios de comercialização da produção), papel desempenhado pelos Regatões e Patrões. Contudo, a mobilidade do campo para a cidade, proporcionou a inversão desses papéis, inclusive, proporcionando o desaparecimento das figuras do Regatão e do Patrão, substituídas pela figura do atravessador.

Nessas novas relações, o poder social dos produtores de hortaliças foi substancialmente elevado, quando passa a ter mais condições de ampliar sua área de produção, corrigir as deficiências de fertilidade do solo, melhorar os equipamentos da produção, projetar e planejar o futuro da produção e, principalmente, de não depender mais dos ciclos de cheia e vazante dos rios amazônicos para produzir. Todos esses fatores elevaram aqueles atores sociais a um novo *status* dentro da cadeia produtiva e os dois exemplos que melhor caracterizam essas mudanças são a possibilidade de não necessitarem de uma logística de transporte da produção, pois são os atravessadores que se deslocam até a localidade para comprar as hortaliças, e pela possibilidade de aumentar a competitividade dos produtos, elevando seus lucros.

A questão que desafiava o trabalho era, então, caracterizar o grupo social estudado. Seriam eles agricultores rurais na cidade, ou se tratava de um iminente exemplo de agricultura urbana/periurbana? Como observamos, no entanto, nem uma nem outra nomenclatura pode expressar de maneira satisfatória a caracterização dos produtores de hortaliças da Comunidade Agrícola Nova Esperança. Isso porque vimos a complexidade e os riscos que permearam e ainda permeiam as tentativas de determinar, na atualidade, o que seja campo e o que seja cidade, o que seja rural e o que seja urbano. A modernidade sem dúvidas é o fator determinante para essas dificuldades encontradas pelas ciências sociais na atualidade, pois a imposição de sua dinâmica ao modo de vida da sociedade em esfera planetária desmistificou a idéia de segregação entre os indivíduos de culturas distintas e aponta, inclusive pondo em xeque a relevância de tal paradigma segregador.

De acordo com o conceito de Agricultura Urbana determina, tal atividade reflete ações de políticas públicas, em conjunto ou não com o Terceiro Setor que aproveitam determinadas potencialidades identificadas em grupos sociais que compõem os setores periféricos das cidades a fim de equilibrar as imensas contradições existentes no setor produtivo da economia do País, servindo como medida paliativa de correção em curto prazo das distorções sociais e econômicas, atenuando essas contradições através da possibilidade de geração de renda. Mas, o surgimento do núcleo agrícola urbano que aqui foi estudado, foi fruto de da vontade individual daqueles atores, o desejo de melhorar de vida, motivada pela formação de um *ethos* que estruturou um campo de novas relações percebido no surgimento de um *habitus* híbrido que não dependeu, portanto, de ações externas para se consolidar. Ao

passo que a determinação daquele território, não pode ser outro senão a de um território híbrido, que aglutina aspectos do campo e da cidade.

Por fim, a análise das nuances da formação da racionalidade dos produtores de hortaliças da Comunidade Agrícola Nova Esperança vem consolidar os objetivos do estudo, de perceber o modo de vida das famílias que a constituem, por permitir a partir da compreensão e aplicação das teorias das Ciências Sociais, a caracterização de um processo de transformação social singular que ainda vem tendo pouca visibilidade por parte da Sociologia. O estudo corrobora tanto as possibilidades de associação entre perspectivas de análise clássicas e contemporâneas atendendo às novas demandas exigidas pelas Ciências Sociais na atualidade, pelos menos em se tratando de trabalhos acadêmicos dessa natureza, quanto a consolidação das características do povo amazônida de viver plenamente, associando tradições e modernidades, não somente no campo como também na cidade.

A cidade de Manaus também se revela dentro desse hibridismo de gostos, costumes, culturas e saberes, que permitem como poucas cidades no mundo a convivência, quase sempre harmoniosa entre o antigo e o novo como, aliás, acontece com toda cidade existente regida pela égide da modernidade. Foi essa a experiência vivida no decorrer desses dois anos de pesquisa junto ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Amazonas, tempo em que o aprendizado superou, e muito, as barreiras acadêmicas, fortaleceu os conhecimentos já adquiridos ao passo em que possibilitou o acúmulo de muitos outros que apenas aumentaram mais a inda o gosto e a dedicação pela investigação sociológica.

## REFERÊNCIAS

**ALMEIDA, J.** *A construção social de uma nova agricultura: tecnologia agrícola e movimentos sociais no sul do Brasil*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRS, 1999.

**ALVES, E. R.** *Pierre Bourdieu: a distinção de um legado de práticas e valores culturais*. Sociedade e Estado, Brasília, v. 23, n. 1, p. 179-184, jan./abr. 2008. Resenha. (site <http://www.scielo.br/pdf/se/v23n1/a09v23n1.pdf>, acessado em 14/07/2008).

**BARIANI, E.** *Indivíduo, sociedade e genialidade: Norbert Elias e o caso Mozart*. Leituras cotidianas nº 280, 16 de setembro de 2006. (site <http://br.monografias.com/trabalhos915/genialidade-elias-mozart/genialidade-elias-mozart.shtml>, acessado em 25/08/2008.)

**BOMBARDI, L. M.** *O Bairro Reforma Agrária e o processo de territorialização camponesa*. São Paulo: Anablume, 2004.

**BOURDIEU, P.** *A economia das trocas simbólicas*. 3º Ed. São Paulo: Perspectiva, 1992.

\_\_\_\_\_ *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

\_\_\_\_\_ *Esboço de uma teoria da prática*. In ORTIZ, R. (org.). Pierre Bourdieu: Sociologia. (Coleção Grandes Cientistas Sociais). Tradução de Paula Monteiro e Alícia Auzmendi. São Paulo: Ática, 1983.

\_\_\_\_\_ *O campo científico*. In ORTIZ, R. (org.). Pierre Bourdieu: Sociologia. (Coleção Grandes Cientistas Sociais). Tradução de Paula Monteiro e Alícia Auzmendi. São Paulo: Ática, 1983.

\_\_\_\_\_ *O camponês e seu corpo*. Revista Sociologia e Política, nº 26, p. 83-92, Tradução: Luciano Codato. Revisão: Fábria Berlatto e Bruna Gisi. Jun. 2006. (site <http://www.scielo.br/pdf/rsocp/n26/a07n26.pdf>, acessado em 25/08/2008).

\_\_\_\_\_ *O desencantamento do mundo: Estruturas econômicas e estruturas temporais*. Tradução de Sílvia Mazza. São Paulo: Editora Perspectiva, 1979.

**BRASIL.** *Panorama da agricultura urbana e periurbana no Brasil e diretrizes políticas para sua promoção: Identificação e Caracterização de Iniciativas de AUP em Regiões Metropolitanas Brasileiras*. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, Governo Federal. (site [www.rede-mg.org.br/article\\_get.php?id=100](http://www.rede-mg.org.br/article_get.php?id=100), acessado em 05/02/2009).

**CAMARGO, R. L. OLIVEIRA, J. T. A.** *Agricultura Familiar, Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar*. Anais do XIV Congresso Brasileiro de Sociologia, GT 01 – Agricultura Familiar, Desenvolvimento rural e Segurança Alimentar, Rio de Janeiro, 2009.

**CANCLINI, N. G.** *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1997.

**CASTELLS, M.** *A sociedade em rede (A era da informação: economia, sociedade e cultura; vol. 1)*. 4ª Ed., Trad.: Roneide Venâncio Majer. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

**COHN, G.** *Weber. Sociologia*. FERNANDES, Florestan (coord.). Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Ática, 2001.

**CONCEIÇÃO, S. G.** *Atividades agrícolas na cidade: A influência da urbanização na produção de hortaliças em Manaus – AM*. Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia – Universidade Federal do Amazonas, 2009. (Dissertação de Mestrado)

**ECO, U.** *Como se faz uma tese*. São Paulo: Perspectiva, 1985.

**ELIAS, NORBERT.** *A sociedade dos indivíduos*. Tradução: Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zaar, 1994.

\_\_\_\_\_. *Mozart: sociologia de um gênio*. Rio de Janeiro: Zaar, 1995.

**FRAXE, T. J. P.** *Cultura cabocla-ribeirinha: mitos, lendas e transculturalidade*. São Paulo: Anablume, 2004.

**FROZI, D. S. SILVA, E. R. FONSECA, A. B.** *Agricultura Urbana e Segurança Alimentar e Nutricional: Concepções e práticas de alunos e professores*. Anais do XIV Congresso Brasileiro de Sociologia, GT 01 – Agricultura Familiar, Desenvolvimento rural e Segurança Alimentar, Rio de Janeiro, 2009.

**GAUDEMAR, J. P.** *Mobilidade do trabalho e acumulação do capital*. Tradução de Maria do Rosário Quintela. Lisboa: Estampa, 1977.

**GEERTZ, C.** *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1983.

**GERTH, H.H. & MILLS, C. W.** (Orgs.) *Ensaio de sociologia. Max Weber*. Rio de Janeiro: Guanabara. 1982. (5ª edição).

**GONDIM, L. M. P.** *O Projeto de pesquisa no contexto do processo de construção do conhecimento*. Fortaleza: EUFC, 1999.

**IBGE.** *Pesquisa Nacional Por Amostra de Domicílios – PNAD*, 1999.

**IANNI, O.** *A era do globalismo*. 5ª Ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

**IDAM** – Instituto de desenvolvimento Agrário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas. *Curso de Olericultura para Comunidades Agrícolas de Manaus*. Unidade Local/IDAM. Manaus, 2008.

**LEFREBvre, H.** *A revolução urbana*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

**LÉVI-STRAUSS.** *O pensamento selvagem*. Ed. São Paulo: Papyrus, 1997.

**MARTINS, A. L.** *Quintais urbanos em Manaus: organização, espaço e recursos vegetais no bairro Jorge Teixeira*. Manaus: CCA – UFAM (Dissertação de Mestrado), 1998.

**MARX, K.** *O capital*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

\_\_\_\_\_. Contribuição à crítica da economia política; Tradução de Maria Helena Barreto Alves; Revisão de Carlos Roberto I. Nogueira – 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

\_\_\_\_\_. Manuscritos econômico-filosóficos; Tradução de Alex Marins. São Paulo: Martin Claret, 2004.

**MARX, K. E ENGELS, F.** *A Ideologia Alemã*. 5ª edição. São Paulo: HUCITEC, 1986.

**MAUSS, M.** *Manual de etnografia*. Tradução: Maria Luisa Maia. Lisboa: Portico, 1977.

**NODA, H.** *Sistemas de produção utilizados por agricultores rurais de terra firme no Estado do Amazonas*. Piracicaba: ESALQ – USP, Anais da Semana do Meio Ambiente, 1989.

**NORONHA, G, V. ROCHA, L. G. B. S. P.** *Elias e Bourdieu - Para uma sociologia histórica, ou seria uma história sociológica?* Revista Habitus: revista eletrônica dos alunos de graduação em Ciências Sociais – IFCS/UFRJ, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 47-58, 30 mar. 2008. Anual. (site [www.habitus.ifcs.ufrj.br](http://www.habitus.ifcs.ufrj.br), acessado em 29/08/2008).

**OLIVEIRA, A. U.** *Geografia Agrária: Perspectivas no início do séc. XXI*. In: MARQUES, M. I. M.; OLIVEIRA, A. U. (orgs.). *O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social*. São Paulo: Casa Amarela / Paz e Terra, 2004.

**OLIVEIRA, F. C. B.** *Agricultura familiar em área urbana: análise socioeconômica da Comunidade Nova Esperança, bairro Jorge Teixeira – Zona Leste da cidade de Manaus*. Programa de Pós-Graduação em Geografia da Amazônia Brasileira. Universidade Federal do Amazonas, 2007. (Monografia)

**ORTIZ, R.** *Pierre Bourdieu. Sociologia*. São Paulo: Ática (Coleção Grandes Cientistas Sociais), 1983.

**QUEIROZ, M.I.P.** *Cultura, sociedade rural, sociedade urbana no Brasil*. São Paulo: Livros técnicos e Científicos, EDUSP, 1978.

**REMÉDIOS, M.** *O modo de vida tradicional caiçara*. In: MARQUES, M. I. M.; OLIVEIRA, A. U. (orgs.). *O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social*. São Paulo: Casa Amarela / Paz e Terra, 2004.

**ROSSINI, V. M.** *Identidades culturais: do global ao local*. ACTAS DO III SOPCOM, VI LUSOCOM e II IBÉRICO – Volume II, 2005. (site <http://www.bocc.uff.br/pag/rossini-veneza-mayora-identidades-culturais-do-global-ao-local.pdf>, acessado em 17/08/2008).

**SANTOS, M.** *Espaço e Método*. 3ª edição. São Paulo: NOBEL, 1985.

\_\_\_\_\_ *A natureza do espaço – Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. 3ª edição. São Paulo: HUCITEC, 1999.

\_\_\_\_\_ *Técnica, Espaço, Tempo – Globalização e Meio Técnico-Científico informacional*. 2ª edição. São Paulo: HUCITEC, 1996.

**SAHLINS, M.** *Cultura e razão prática*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

**SEABRA, O., CARVALHO, M. E LEITE, J. C.** *Território e Sociedade – entrevista com Milton Santos*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2000.

**SELL, C. E.** *Sociologia Clássica*. 4ª ed. Itajaí: Univali, 2006.

**SEPLAN** – Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Econômico do Amazonas. *Atlas do Desenvolvimento Humano em Manaus*. Amazonas, 2006.

**SERPA, A.** *Parâmetros para a construção de uma crítica dialético-fenomenológica da paisagem contemporânea*. Revista Formação, nº14 volume 2 – p. 14-22 (site [http://www4.fct.unesp.br/pos/geo/revista/artigos/3\\_serpa.pdf](http://www4.fct.unesp.br/pos/geo/revista/artigos/3_serpa.pdf), acessado em 17/08/2008)

**SILVA, J. G. DA.** *O novo rural brasileiro*. 2ª Ed. rev. Campinas: UNICAMPI. IE, 1999.

**SETTON, M. G. J.** *Uma introdução a Pierre Bourdieu*. Revista CULT, nº 128, Ano 11, p. 47 – 50, Set - 2008.

**SOCHA, E.** *Pequeno glossário da teoria de Bourdieu*. Revista CULT, nº 128, Ano 11, p. 46, Set - 2008.

**TUAN, Y.** *Espaço e lugar: a perspectiva da experiência*. Tradução: Livia de Oliveira. São Paulo: DIFEL, 1983.

**VEIGA, J. E.** *Cidades Imaginárias: O Brasil é menos urbano do que se calcula*. 2ª Ed: Autores Associados, Campinas, 2003.

**SÉRGIO, L.O.V.** *Racionalização e globalização: uma leitura a partir de Max Weber*. Revista Raízes, Ano XVIII, Nº 19, maio/99 (site [http://www.ufcg.edu.br/~raizes/artigos/Artigo\\_43.pdf](http://www.ufcg.edu.br/~raizes/artigos/Artigo_43.pdf), acessado em 27/08/2008).

**YIN, R. K.** *Estudo de Caso: planejamento e métodos*. 3ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

**WACQUANT, L.** *Esclarecer o habitus*. Traduzido do Inglês por José Madureira Pinto e Virgílio Borges Pereira; revisto por Carla Augusto e pelo Autor. Educação e Linguagem, Ano 10, nº 16, pág. 63-71 Jul – Dez 2007. (site <https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/EL/article/viewFile/126/13>, acessado em 29/08/2008).

**WANDERLEY, M. N. B.** *Raízes históricas do campesinato brasileiro*. In: XX Encontro Anual da ANPOCS, Minas Gerais, 1996. (site <http://gipaf.cnptia.embrapa.br/publicacoes/artigos-e-trabalhos/nazareth96-1.pdf>, acessado em 26/08/2008).

**WEBER, M.** *A ética protestante e o espírito do capitalismo*; Tradução de Pietro Nassetti. São Paulo: Martin Claret, 2007.

## GLOSSÁRIO

**ROÇA URBANA:** Plantação de hortaliças e/ou árvores frutíferas em áreas residenciais da cidade, voltadas tanto para o auto-consumo, quanto para a comercialização em grande escala. Este termo foi utilizado no trabalho considerando a tentativa de classificação da área estudada, a partir do hibridismo entre os *habitus* do campo e da cidade envolvidos no processo de construção do modo de vida dos produtores de hortaliças da Comunidade Agrícola Nova Esperança.

**GRANDES SUBCONJUNTOS:** O bairro Jorge Teixeira, devido às suas proporções gigantescas, foi subdividido em etapas, conforme sua expansão territorial. Essas etapas acabaram sendo nomeadas e assumindo a identidade de bairros autônomos, porém, legalmente continuam fazendo parte do bairro maior.

**RACIONALIDADE ECONÔMICA CIDADINA:** É como entendemos a postura e as ações dos indivíduos residentes na cidade, em relação às atividades econômicas que desempenham e que estão pautadas no moderno modo de produção capitalista.

**HABITUS HÍBRIDO:** É a expressão da associação de estruturas sociais de base diferenciadas, mas que co-existem, estruturando um novo modo de vida, construído a partir de elementos inerentes a cada base envolvida no processo. No caso estudado, trata-se da associação entre o *habitus* do campo e o *habitus* da cidade.